

DEFENSORAS PopuLAREs

APRENDIZAGENS EM REDE (DE MULHERES),
ATUAÇÃO COMUNITÁRIA E ACESSO À
JUSTIÇA NO ESTADO DO CEARÁ



Amélia Soares da Rocha
Violeta Maria de Siqueira Holanda
Organizadoras

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

Editores

Lia Machado Fiúza Fialho | Editora-Chefe
José Albio Moreira Sales
José Gerardo Vasconcelos

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil
Rosângela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Conselho Internacional

António José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha
Nancy Louise Lesko, Columbia University, Estados Unidos da América
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França
Susana Gavilanes Bravo, Universidad Tecnológica Metropolitana, Chile
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR - Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR - Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

COORDENAÇÃO EDITORIAL - Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Costa Pereira - Ana Cristina de Moraes - André Lima Sousa - Antonio Rodrigues Ferreira Junior
Daniele Alves Ferreira - Fagner Cavalcante Patrocínio dos Santos
Germana Costa Paixão - Heraldo Simões Ferreira - Jamili Silva Fialho - Lia Pinheiro Barbosa
Maria do Socorro Pinheiro - Paula Bittencourt Vago - Paula Fabricia Brandao Aguiar Mesquita
Sandra Maria Gadelha de Carvalho - Sarah Maria Forte Diogo - Vicente Thiago Freire Brazil

Amélia Soares da Rocha
Violeta Maria de Siqueira Holanda
Organizadoras

DEFENSORAS PopuLARES

APRENDIZAGENS EM REDE (DE MULHERES),
ATUAÇÃO COMUNITÁRIA E ACESSO À JUSTIÇA
NO ESTADO DO CEARÁ

AMÉLIA SOARES DA ROCHA
GRAZIELLE ALBUQUERQUE
IANNAELI SOUSA DA SILVA
LARISSA AMORIM DO NASCIMENTO
LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE
MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA ALVES
ROQUE DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE
SÂMIA FARIAS
SANDY KELLY SANTANA DE OLIVEIRA
SARAH LÍBIA DA MATA TEMOTEO PEREIRA
SHEILA DE CARVALHO
SILMARA LANAI
SORAYA VANINI TUPINAMBÁ
VERA REGINA RODRIGUES DA SILVA
VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA



1ª EDIÇÃO | FORTALEZA | CE | 2025

**DEFENSORAS POPULARES: APRENDIZAGENS EM REDE (DE MULHERES),
ATUAÇÃO COMUNITÁRIA E ACESSO À JUSTIÇA
NO ESTADO DO CEARÁ**

© 2025 *Copyright by* Amélia Soares da Rocha e Violeta Maria de Siqueira Holanda
(Orgs.)

O conteúdo deste livro bem como os dados usados e sua fidedignidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. O *download* e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



Coordenação Editorial
Cleudene de Oliveira Aragão

Projeto Gráfico e Capa
Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

Revisão Vernacular e Normalização
Francisco Fred Lucas Linhares
José Carlos Redson

Bibliotecária Responsável: Doris Day Eliano CRB-3/726

H722d Holanda, Violeta Maria de Siqueira
Defensoras populares: aprendizagens em rede (de mulheres),
atuação comunitária e acesso à justiça no estado do Ceará / Amélia
Soares da Rocha, Violeta Maria de Siqueira Holanda (org.). – Fortale-
za: EdUECE, 2025.
313p. il. [livro eletrônico]
ISBN: 978-65-83910-54-7
<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7>

1. Defensoria pública. 2. Mulher. 3. Justiça. 4. Rocha, Amélia Soa-
res da. 5. Holanda, Violeta Maria de Siqueira. I. Título.

Sumário

PREFÁCIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA • 7

Sheila de Carvalho

PREFÁCIO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ • 11

Sâmia Farias

PREFÁCIO DA UNILAB • 15

Roque do Nascimento Albuquerque

1 PRESTANDO CONTAS DO PROJETO I CURSO DE DEFENSORAS

POPULARES: FORMAÇÃO COM MULHERES, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E ACESSO À JUSTIÇA NO CEARÁ • 19

Amélia Soares da Rocha

Violeta Maria de Siqueira Holanda

2 ENSAIO SOBRE OS DADOS: UMA ANÁLISE DO PROJETO DEFENSORAS POPULARES • 49

Grazielle Albuquerque

3 GUIA METODOLÓGICO: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO DIFERENCIADA E PARTICIPATIVA • 65

Amélia Soares da Rocha

4 CLUBES DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS COMO PLANO DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA: PAC POPULAR • 77

Violeta Maria de Siqueira Holanda

5 ARTE-EDUCAÇÃO FEMINISTA NO CONTEXTO DO CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA • 135

Silmara Lanai

6 ESCRIVIVÊNCIAS DE UMA FORMAÇÃO: CARTAS DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS • 151

Sandy Kelly Santana de Oliveira

Iannaeli Sousa da Silva

Maria de Fátima de Souza Alves

Larissa Amorim do Nascimento

Sarah Líbia da Mata Temoteo Pereira

Ana Cássia Alves Cunha

7 A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE DEFENSORAS POPULARES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA: DESAFIOS E APRENDIZAGENS • 173

Soraya Vanini Tupinambá

8 CAMINHOS PEDAGÓGICOS DO I CURSO DE DEFENSORAS POPULARES A PARTIR DOS NÚCLEOS REGIONAIS: CONQUISTAS E RESULTADOS • 193

Vera Regina Rodrigues da Silva

Luma Nogueira de Andrade

Violeta Maria de Siqueira Holanda



PREFÁCIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

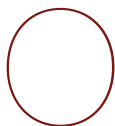
<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/pre1>

SHEILA DE CARVALHO

Secretária Nacional de Acesso à Justiça



PELO DIREITO DE INCOMODAR: O EMPODERAMENTO JURÍDICO COMUNITÁRIO COMO PILAR DO ACESSO À JUSTIÇA



Empoderamento jurídico comunitário é um mecanismo fundamental para universalização do acesso à justiça, um mecanismo que possa permitir a justiça também ser pensada pelas comunidades e que possa servir, sobretudo, as comunidades.

Durante o último ciclo tive a oportunidade de estar na construção das Defensoras Populares do Ceará. Uma política pública de acesso à justiça, feita por elas para elas.

O percurso das defensoras populares envolve uma formação sobre uma série de direitos, frutos de muita luta popular. É muito importante olharmos com atenção nossa história e a luta de tantas mulheres, por vezes invisibilizadas nos anais da história, mas que foram determinantes para que hoje tivéssemos aqui empoderando mulheres na busca por justiça, busca por direitos.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e essa desigualdade também se manifesta na forma como diferentes grupos sociais conseguem, ou não, acessar a justiça. Para muitos, o sistema jurídico permanece distante, inacessível e revestido de formalismos que excluem. Por isso, considero essencial falar sobre empoderamento jurídico comunitário: um caminho para democratizar o acesso à justiça e transformar realidades.

Esse conceito parte da ideia de que comunidades não devem depender apenas de advogados, tribunais ou grandes estruturas para resolver suas questões. O empoderamento jurídico, na prática, é oferecer às pessoas ferramentas para compreender seus direitos, se organizarem coletivamente e reivindicarem. Não se trata apenas de conhecer a lei, mas de transformá-la em conhecimento e poder de ação social e política.

Nesse cenário, as defensorias públicas exercem um papel essencial. Em 2024, segundo a Pesquisa Nacional da Defensoria Pública, houve um crescimento de 20% nos atendimentos em relação ao ano anterior, representando mais de 29,5 milhões de acessos ao serviço. Sua atuação gratuita e voltada, em maioria, às populações vulneráveis é, muitas vezes, o único ponto de contato entre o cidadão e o sistema de justiça. Contudo, acredito que sua missão vai além da defesa judicial: envolve também promover educação em direitos, mutirões, rodas de conversa e parcerias com organizações locais que desmistificam a linguagem jurídica.

O desafio, portanto, não é apenas ampliar estruturas, mas fortalecer pontes. Entre o Estado e as comunidades, entre os gabinetes e as periferias, entre o escrito da lei e a vida real. Minha experiência reforça a percepção de que a ausência de informação jurídica amplia desigualdades. Em comunidades periféricas e rurais, vejo que muitas vezes a violação de direitos não está na falta de leis, mas no desconhecimento de que elas existem. Famílias deixam de acessar benefícios sociais porque não sabem que têm direito; mulheres permanecem em ciclos de violência porque desconhecem os mecanismos de proteção; trabalhadores aceitam condições precárias porque acreditam que não têm alternativas.

A missão do Ministério da Justiça e Segurança Pública na iniciativa vai além de ensinar o que é direito ou acesso à Justiça. Nosso papel é oferecer ferramentas, formações e re-

des de apoio para que vocês mulheres se tornem protagonistas na defesa de seus direitos. Acreditamos que vocês têm o poder de mobilizar e defender os direitos seus, dos seus familiares e de suas comunidades.

O acesso à justiça não pode ser visto como favor ou privilégio, mas sim como direito fundamental. E só quando cada brasileiro souber que pode exigir respeito, quando cada comunidade se sentir parte ativa da construção da justiça, é que estaremos, de fato, caminhando para uma democracia plena.

Por isso, defendo que empoderamento jurídico comunitário e fortalecimento das Defensorias Públicas caminhem juntos. A Defensoria é fundamental para garantir a defesa técnica, mas é a mobilização comunitária e as iniciativas de educação popular em direitos que criam cidadãos conscientes e preparados para reivindicar sua dignidade.

Após esse percurso formativo hoje vocês detêm o poder de exercer na prática o direito de incomodar. Incomodar para fazer justiça. Questionar para garantir direitos. Usar todo o potencial de suas vozes para melhorar a vida de vocês e de suas comunidades.

“Nunca abandone o desejo de transformar a sua vida em algo extraordinário”, ouvi essas palavras pela primeira vez em um, essa frase faz parte de um poema que também inclui “Jamais deixe de sonhar, pois são os sonhos que nos libertam”. O que ouvi no curso das defensoras populares foram essas palavras: defesa dos direitos, defesa de nossas vidas, emancipação coletiva e, acima de tudo, liberdade para ser quem podemos ser.

Que esse curso tenha sido para tantas um marcador em uma longa trajetória de compromisso com uma agenda de direitos e de transformação social. Ao lado de pessoas que fazem essa luta acontecer todos os dias na defensoria pública e em tantas outras instituições de defesa de direitos. Viva a defensoria pública do Ceará, viva nossas defensoras populares!

PREFÁCIO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO CEARÁ

<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/pre2>

SÂMIA FARIAS

Defensora Pública Geral do Ceará

Há quem ainda acredite que ciência só nasce em laboratórios ou nos muros das universidades. Mas a história destas 100 mulheres mostra o contrário. O livro que apresentamos é fruto do primeiro curso de formação em direitos humanos da Defensoria Pública do Ceará, em parceria com a Unilab e da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça, e reúne práticas comunitárias que carregam a força de saberes seculares. É conhecimento produzido por quem enfrenta diariamente o machismo, o racismo e a pobreza, transformando resistência em método de sobrevivência.

Não se trata de meras experiências pessoais. São planos de ação construídos coletivamente, com uma metodologia robusta capaz de difundir direitos e propor novas formas de vida comunitária. É isso que confere a esta publicação um valor inestimável: a legitimidade de quem vive, sente e enfrenta os problemas que pretende resolver.

Aos poucos, os “nãos” que historicamente nos foram dados por sermos mulheres estão sendo transformados em “sins”. Portas antes fechadas estão sendo abertas graças às lutas feministas, individuais e coletivas, que nos fazem avançar e tornam possível a existência de um livro como este.

A Defensoria Pública do Ceará somou forças com estes parceiros inestimáveis para realizar esse curso pioneiro voltado a lideranças femininas em vulnerabilidade. Esta obra não é apenas uma coletânea de trabalhos finais: é um compilado de sonhos e esperanças. Em um ano de aulas, 240 horas de formação, essas mulheres elaboraram Planos de Ação Comunitária e se tornaram as primeiras defensoras populares do Ceará.

Seus saberes, transmitidos geração após geração, muitas vezes pela oralidade, quase nunca são reconhecidos pela academia. Mas aqui é justo o contrário: o que essas mulheres produzem é ciência: a ciência do chão da vida, dos territórios onde tudo acontece. É preciso que essa sabedoria seja cada vez mais documentada, porque ela complementa todas as outras e tem potência para transformar espaços. Essas mulheres melhoram os lugares por onde passam, sempre com um olhar comprometido com o futuro.

A qualidade das práticas aqui reunidas testemunha a favor delas. É por isso que mulheres como estas vão ocupar cada vez mais o lugar da produção de conhecimento. Devem ocupar. Precisam ocupar. Pelo bem da diversidade de saberes.

Enquanto cidadã, mãe e mulher, tenho orgulho do que as 100 primeiras defensoras populares do Ceará representam: força, resiliência, inteligência, revolução. Convido você a conhecer nosso outro livro “Esperanças”, homenagem a Esperança Garcia, a primeira advogada do Brasil, mulher negra quilombola. Ele narra histórias de vida que refletem o que a Defensoria tem de mais precioso: as pessoas.

Que esta leitura inspire cada um a ser também agente de transformação em sua comunidade. É urgente nos reconhecermos como parte da mudança, assumindo nossa parcela de responsabilidade pelo estado em que chegamos. Como ensina o quilombola ancestral Nêgo Bispo: não cuidamos da natureza, somos parte dela. “Nós somos o começo, o meio e o começo.”

Essas 100 mulheres já oferecem uma imensa contribuição para o presente e o futuro. Na Defensoria, não aceitamos retrocessos em direitos conquistados com tanta luta. Por isso, sabemos que há apenas um caminho: seguir em frente. Sempre em frente. Porque a esperança é inegociável.

Boa leitura.

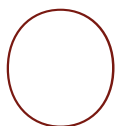


PREFÁCIO DA UNILAB

<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/pre3>

ROQUE DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE

Reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Defensoras Populares é mais do que uma iniciativa acadêmica — é um gesto político, pedagógico e afetivo que marca profundamente a trajetória da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Ao se aliar à Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, por meio da Escola Superior da Defensoria e do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero – CIEG DANDARA, a universidade reafirma seu compromisso com a transformação social e com a escuta ativa das vozes historicamente silenciadas.

Este curso nasce da convicção de que o saber não pode estar enclausurado entre muros acadêmicos. Ele precisa circular, ser partilhado, ser vivido. Alinhado ao nosso Plano de Desenvolvimento Institucional, o projeto se enraíza em valores que sustentam a UNILAB: interiorização, responsabilidade social, respeito à diversidade e excelência acadêmica com sentido ético. Ao promover a formação de lideranças femininas comunitárias, a universidade se coloca como parceira das lutas populares, reconhecendo que o conhecimento também brota da experiência, da resistência e da ancestralidade.

Foram muitos os desafios enfrentados — logísticos, estruturais, simbólicos — mas nenhum maior do que a potência das mulheres que participaram. Mais de trezentas se inscreveram. Cem foram selecionadas. Todas carregam histórias de enfrentamento e coragem. Mulheres negras, indígenas, quilombolas, ciganas, trans, lésbicas, mães solo,

em situação de rua, estudantes e tantas outras que, ao se encontrarem, construíram uma rede plural, insurgente e solidária. Não são apenas números: são sementes vivas que germinarão em cada território, em cada denúncia, em cada gesto de cuidado e justiça.

Este livro é testemunho e memória. É também ferramenta de luta. Ao registrar a experiência do I Curso de Defensoras Populares, ele mostra que a universidade pública, quando se alia às instituições de justiça e se abre às comunidades, torna-se protagonista na construção de um país mais justo, inclusivo e democrático.

Agradeço profundamente a todas as servidoras e servidores da UNILAB que, com dedicação e sensibilidade, tornaram este projeto possível. Agradeço também às equipes externas e aos parceiros que somaram forças, saberes e afetos. Cada contribuição foi essencial para que este sonho coletivo se tornasse realidade.

Como Reitor da UNILAB, é com honra e esperança que apresento esta obra. Que ela inspire outras universidades, outras defensoras, outras caminhadas. Que ela nos lembre que se algo é digno de ser realizado que seja realizado bem.



1 PRESTANDO CONTAS DO PROJETO I CURSO DE DEFENSORAS POPULARES: FORMAÇÃO COM MULHERES, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E ACESSO À JUSTIÇA NO CEARÁ

<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap1>

AMÉLIA SOARES DA ROCHA

Doutora em Direito Constitucional (UNIFOR), Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE), Bacharel em Direito (UFC), Especialista em Direito Privado (UNIFOR). Defensora Pública de Segundo Grau com atuação na 5a. Câmara de Direito Privado.

E-mail: amelia.rocha@defensoria.ce.def.br

VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA

Pós-doutora em Antropologia pela Universidade de Sevilha (Espanha). Doutora em Ciências Sociais (UFRN); Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização na área de violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo LACRI/USP e Graduada em Ciências Sociais pela UFC. É docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNI-LAB), vinculada ao Instituto de Humanidades. Líder do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero - CIEG DANDARA (CNPq/Unilab).

E-mail: violeta@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos, neste capítulo, os objetivos, metas, processos seletivos e educativos, além de alguns resultados do Projeto I “Curso de Defensoras Populares”, realizado no período de abril/2024 a abril/2025, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) da Secretaria de Acesso à Justiça – Ministério da Justiça, por meio do Termo de Execução Descentralizada SAJU/MJSP Nº 11/2023, no valor de R\$ 1.306.162,00 (um milhão, trezentos e seis mil cento e sessenta e dois reais). O Projeto é realizado por meio da parceria entre a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, através da Escola Superior da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (ESDP) – e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), por meio do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG DANDARA), do Instituto de Humanidades (IH).

Inicialmente, como demanda espontânea do Orçamento Participativo¹ da Defensoria Pública Geral do Estado do

1 O Orçamento Participativo da Defensoria Pública foi implementado em 2016 com o objetivo de ouvir a população sobre quais devem ser as prioridades de atuação da DPCE. É possível sugerir melhorias nos atendimentos e criação de núcleos, reivindicar a nomeação de mais defensores, indicar a realização de parcerias, propor a implementação de projetos etc. Em março de 2021, a Defensoria conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa do Estado (Alece) a transformação do OP em lei. Isso significa que a realização da consulta pública e das audiências passou a ser obrigatória anualmente e não mais algo que dependa da visão administrativa de quem estiver à frente da instituição (Defensoria Pública do Estado do Ceará, 2025). Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/comeca-nesta-sexta-31-consulta-publica-para-orcamento-participativo-da-defensoria/>

Ceará, o I Curso de Defensoras Populares foi pensado como formação de lideranças comunitárias MULHERES sobre seus direitos e os meios de exercê-los. Depois, foi amadurecido não apenas para o aprendizado dos direitos como estão hoje, mas sobretudo em uma metodologia que as fizesse compreender os processos de (des)construção dos direitos e se tornassem multiplicadoras de conhecimentos hábeis à identificação da violação a direitos e os meios de garantir o acesso à Justiça, de modo a, concretamente, fomentar a efetivação da cidadania ativa. Por outro lado, o curso também se torna como mecanismo de fortalecimento da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, em especial, dos preceitos do seu artigo 4º parágrafo III, que dista: “promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico”. Mas, sobretudo, ele também é um meio de fortalecimento da própria Defensoria Pública: O contato direto das lideranças com os núcleos de atendimento, a Ouvidoria Geral Externa, leva a revisões de fluxos, identificação de gargalos e fortalecimento de uma Defensoria mais presente, acessível e sensível às realidades dos territórios. Assim, a prática não apenas aproxima o sistema de justiça das pessoas, mas também transforma, na prática, a própria Defensoria Pública e sua atuação institucional.

Objetiva diminuir a distância estrutural entre o sistema de justiça e a vida das pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade: temos um sistema historicamente construído distante dos territórios populares, das mulheres, das pessoas negras e das periferias, marcado por dinâmicas que não dialogam com as experiências concretas desses grupos. Essa distância repercute em barreiras de acesso, exclusão social, e reprodução de violências, especialmente de gênero, raça e classe. Dados do próprio projeto evidenciam a dimensão desse contexto: 69% das participantes são

as principais responsáveis pela renda da casa, mas, desse total, 69% trabalham na informalidade; 52% tiveram alguém próximo assassinado e 55% alguém preso ou apreendido; 38% sofreram violência doméstica e 31% violência sexual. São mulheres que vivem, majoritariamente, em territórios atravessados pela pobreza, pelo racismo estrutural, pela violência e pela ausência do Estado. A metodologia parte do problema vivido — uma violação trazida pela própria turma — para, a partir dele, compreender como o sistema de justiça funciona (ou não funciona) e como pode ser acessado, tensionado e transformado. Redesenha, na prática, a relação entre comunidade e Estado Defensor.

O primeiro desafio foi adotar uma seleção inclusiva para 100 lideranças comunitárias MULHERES, residentes ou com atuação profissional nas macrorregiões de Fortaleza, Cariri e Sobral, distribuídas em, no mínimo, 12 cidades do Estado do Ceará, são elas: (a) Microrregião de Fortaleza (Fortaleza, Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Redenção e Acarape); (b) Macrorregião do Cariri (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) e (c) Macrorregião de Sobral, podendo se inscreverem mulheres das cidades do entorno até a fronteira com o Piauí. Foi estabelecido, desde o edital de seleção, que seriam priorizadas lideranças comunitárias, com experiência declarada ou em processo de formação (novas lideranças), vulneráveis econômica e socialmente, negras, quilombolas, indígenas, ciganas, mulheres em situação de violência doméstica, vivendo em situação de rua, mãe solo, chefes de família, mulheres com deficiência (ou mãe ou cônjuge de pessoa com deficiência), mulheres trans e lésbicas, estudantes.

A metodologia utilizada no processo seletivo contou com o recebimento e a análise da Carta de Intenção/Memorial (máximo três páginas) ou Vídeo Explicativo em que a

liderança pudesse relatar sua trajetória de vida; as motivações pessoais e comunitárias (ações sociais, culturais e/ou políticas) acerca de sua autoidentificação (pertencimento); e justificativa de participação (qual o impacto na comunidade decorreria da participação) e disponibilidade para a efetiva participação no I Curso de Defensoras Populares. A Comissão de Seleção foi composta por um representante do Ministério da Justiça, dois docentes da Unilab, duas defensoras públicas, como membros natos e duas suplentes designadas para esse fim, pela Coordenação Geral do projeto na UNILAB e na DPGE. Foram 351 inscrições recebidas de mulheres com perfis notadamente plurais e vulneráveis. O que mais chamou a atenção da Comissão de Seleção, foi a riqueza de experiências das lideranças comunitárias que se candidataram a uma vaga no Curso, além da interseccionalidade de situações de vulnerabilidades vivenciadas e descritas por elas.

No contexto da Unilab, o I Curso de Defensoras Populares está cadastrado como projeto de extensão, vinculado ao Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Cieg Dandara), e contou com a colaboração de três docentes do Instituto de Humanidades e 12 monitoras, sendo 10 de graduação (Antropologia, Bacharelado em Humanidades, História, Pedagogia e Sociologia) e 2 de pós-graduação (Mestrado em Antropologia e Mestrado Interdisciplinar em Humanidades). O processo seletivo também foi bastante concorrido, tendo um registro de 50 candidaturas para participação no projeto como bolsista. A configuração da equipe formada pela Coordenação Geral (DPGE-UNILAB) + Coordenações de Núcleos (Fortaleza, Cariri e Sobral) + Assistentes de Núcleos + Bolsistas Monitoras + Lideranças Comunitárias foi denominada de **Rede de Defensoras Populares do Ceará**.

Para o preenchimento das vagas de monitoria no projeto, também foi aplicada a política afirmativa estudantil,

sendo 50% das vagas destinadas a estudantes que se autodeclararam negra, parda, indígena, quilombola, cigana, pessoas trans e travesti, lésbica, de terreiro, marisqueira, pescadora, em situação de rua ou vítima de violência doméstica, chefe de família ou mãe solo. Os critérios adotados no processo seletivo das estudantes consideraram, ainda, a avaliação qualitativa da Carta de Intenção/Memorial solicitada; a avaliação das atividades comprovadas em pesquisas, atividades de extensão/cultura/artísticas, e/ou cursos nas Áreas de Gênero, Direitos Humanos, Educação Inclusiva e/ou Desenvolvimento/Voluntariado/Comunitário; e, por fim, a análise do potencial motivacional de participação e disponibilidade da candidata ao projeto de extensão.

A conexão entre os perfis de mulheres da Rede de Defensoras Populares, formados por mulheres de bases comunitárias, identidades étnico-racial distintas e compromisso com a emancipação social solidária, proporcionou um elo de envolvimento e ajuda mútua durante todo o processo formativo. Esse importante componente, juntamente com o auxílio financeiro, garantiram uma excelente assiduidade e evasão inexistente no Curso. Vale ressaltar que a garantia dos recursos financeiros e operacionais do projeto, também, dependem da parceria e compromisso de outras importantes mulheres e parceiros, como aquelas que ocupam os cargos decisórios no âmbito ministerial e da defensoria pública, mas também aquelas e aqueles que nos auxiliam nos trâmites cotidianos e burocráticos institucionais.

Ademais, o encontro de saberes comunitários, acadêmicos e do sistema de justiça fomentou reflexões potentes com intervenções práticas em situações de violação de direitos nas comunidades. Operacionalmente, foi elaborado um Guia Metodológico do I Curso de Defensoras Populares, que teve por objetivo geral “desenvolver estratégias de

aprendizagem hábil a aproximar, concreta e eficazmente, a realidade da violação de direitos das mulheres (e suas comunidades) com a reflexão acadêmica e a prática jurídica, bem como da Defensoria Pública e a Academia da realidade dos seus respectivos territórios e vivências” (Guia Metodológico do I Curso de Defensoras Populares, 2024).

Desde sua concepção inicial, o projeto esteve fundamentado nos princípios do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2010), que promove a formação crítica de sujeitos/sujeitas com potencial para agir em defesa e proteção da dignidade humana, relacionando as dimensões cognitivas (o pensar e o processo de construção e apreensão do conhecimento); subjetivas (o sentir consigo e com o outro); e as práticas (as atitudes e comportamentos individuais e grupais e ações institucionais). Neste aspecto, a Educação em Direitos Humanos é compreendida como um processo sistemático e multirreferencial, que orienta a formação de sujeito/sujeita de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a. apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b. afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c. formação de uma consciência cidadã, capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d. desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos orientados à mudança de mentalidades e de práticas individuais e coletivas, que possam gerar ações e instrumentos

em favor da defesa, da promoção e da ampliação das políticas dos direitos humanos (PNEDH, 2010).

Desta forma, a formação esteve comprometida com a participação feminina (e feminista) de forma autônoma, consciente e reflexiva. A formação dessas lideranças comunitárias (bem como a formação de novas lideranças de mulheres) proporcionou a difusão de conhecimentos hábeis na identificação da violação a direitos e os meios de garantir o acesso à Justiça, na aproximação do conhecimento universitário e, concretamente, o exercício da cidadania. O espaço educativo transformou-se em um verdadeiro espaço vivo de interações, aberto ao real, em suas múltiplas dimensões. Tornou-se, ainda, um ato de (re)construção do conhecimento em estreita relação com os contextos comunitários nos quais elas estavam inseridas.

2 A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS: IDENTIFICAÇÃO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA

Os módulos formativos foram compostos por 23 encontros de conteúdos (110h/a); encontros de orientações e execução para o Trabalho de Conclusão de Curso (80h/a); e 01 seminário final de apresentação dos TCCs (10h/a), totalizando uma carga horária de 200h/a. Os encontros foram realizados de forma remota, presencial e/ou híbrida, nos respectivos núcleos do projeto: Fortaleza, Sobral e Cariri (acerca dos módulos, local e formato será detalhado no capítulo 2 - “Guia Metodológico - Trilhando caminhos para uma formação diferenciada e participativa”). Cada módulo, como visto, se constitui por um triplo olhar: inicia com a problematização de uma violação de direito vivenciado por uma Mulher Liderança Comunitária; apresenta a reflexão acadê-

mica sobre o problema (e o seu contexto social) e; em seguida, a visão jurídica (resposta do sistema de justiça).

Os temas abordados durante os módulos, foram especialmente selecionados a partir da demanda das próprias mulheres, de suas comunidades e do sistema de justiça, em especial, da Defensoria Pública Geral do Ceará. São eles:

Mulheres em locais de poder e a (des)estruturação das (in)justiças;
Educação em Direitos Humanos e Políticas Afirmativas;
Direitos das Mulheres e enfrentamento à violência doméstica e familiar;
Sistema de Justiça: instituições nacionais e internacionais;
Diversidade Sexual e Direitos da população LGBTQIAPN+;
Direitos da pessoa consumidora;
Memória, Verdade e Democracia;
Programa de proteção dos Direitos Humanos;
Racismo e Lutas antirracistas;
Justiça restaurativa, infância e juventude;
Direitos à Saúde e Bem Estar;
Direito Ambiental;
Justiça Penal e Direitos Humanos;
Educação Financeira;
Direito à Moradia e a Cidade;
Direito ao Trabalho e ao Lazer;
Direito da Pessoas com Deficiência;
Lei de Acesso à Informação;
Luta e organização popular;
Direito das Famílias e Sucessões.

O material educativo era disponibilizado antecipadamente às lideranças comunitárias, a partir da seleção de

conteúdos das/os parceiras/os convidadas/os em cada módulo. Contamos com a parceria de importantes referências e operadoras/es do Direito, docentes universitárias e ativas de diferentes áreas, a depender do foco temático em cada módulo (ver referências das/os palestrantes no capítulo 2 do “Guia Metodológico”). Todas as atividades propostas, contaram com o repasse das orientações em rede, cujo monitoramento aconteceu, de forma constante e organizada, da coordenação geral do projeto até as comunidades (e vice-versa).

Diante do perfil plural das lideranças participantes do projeto, algumas com larga experiência em trabalhos comunitários, e outras, ainda em processo de formação (novas lideranças), coube à equipe manter o acompanhamento respeitoso, garantindo-lhes a autonomia das suas práticas em seus respectivos territórios. Todavia, coube também manter o compromisso com o fortalecimento das competências e capacidades analíticas, instigadas a partir dos conteúdos temáticos apresentados ao longo do curso.

Firmeza, acolhimento e sensibilidade foram atitudes necessárias ao longo do processo formativo e da execução paulatina das atividades de atuação comunitária (Pac Popular). Em rede, a equipe manteve o papel de orientar, dirimir as dúvidas, perguntar, questionar, levantar possibilidades e alternativas, no sentido de ajudar a solucionar as demandas surgidas ao longo do I Curso de Defensoras Populares. Se por um lado, tínhamos ciência do ineditismo e desafios propostos no planejamento do projeto, por outro, acreditamos em nossa experiência e na vontade de acertar – com responsabilidade e competência.

3 O PLANO DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA (PAC POPULAR): CLUBES DE LEITURA DE MULHERES E EVENTOS TEMÁTICOS

A formação propiciou momentos de escutas das necessidades locais, ao mesmo tempo que abordou conteúdos sobre a realidade formal do Direito, problematizando as vulnerabilidades das mulheres e de suas comunidades, e permitindo, ainda, a possibilidade de encaminhamentos de casos para os serviços jurídicos da Defensoria Pública Geral do Ceará. Ademais, durante todo o processo formativo, havia a expectativa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que foi denominado de “Plano de Atuação Comunitária (Pac Popular)”. As lideranças deveriam, obrigatoriamente, planejar e executar ações capazes de compartilhar os conteúdos apreendidos durante o curso em suas comunidades. Assim, a equipe do projeto conseguiu articular um termo de cooperação com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), por meio da Coordenadoria de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade (COEDH), e propor o Clube de Leituras de Mulheres nas Escolas

Nos clubes de leituras de mulheres nas escolas, fortalecemos a política estadual de implantação das prateleiras Maria da Penha, uma iniciativa da SEDUC nas escolas estaduais de ensino médio que, também, aconteceria a partir de 2024. Ampliamos os objetivos, quando debatemos conteúdos produzidos por mulheres, como a importância da igualdade de gênero e garantia de direitos, sexualidade, combate ao racismo e à violência doméstica e familiar. Ajudamos a ampliar o gosto pela leitura, a formação crítica e de consciência coletiva entre adolescentes, especialmente as meninas, e a importante parceria entre as lideranças comunitárias e as escolas de seus territórios. Ademais, com a homenagem do clube por meio da adoção do nome de uma liderança co-

munitária de notório saber, preferencialmente local, valorizamos os laços identitários locais e a aproximação entre a escola e a comunidade.

Foram implantados, no total, 33 clubes de leituras de mulheres nas escolas da rede pública de ensino, sendo 14 em Fortaleza (sendo 1 na Unilab); 14 no Cariri (sendo 1 escola municipal e 1 escola da PM); e 05 na região de Sobral. E, ainda, foram realizados, em média, 4 encontros durante os meses de fevereiro a abril de 2025. Em alguns dos clubes formados nas escolas, há grandes expectativas de manutenção dos encontros, com o comprometimento de frequência de, pelo menos, 1 vez a cada mês.

Vale ressaltar que os clubes de leitura de mulheres também foram implantados, em alguns casos, nas associações comunitárias, em ONGs, em espaços de projetos sociais, etc., extrapolando positivamente o alcance estabelecido para os clubes. Foram implantados sete Clubes de Leituras nas Comunidades, sendo quatro em Fortaleza e três em Sobral (sendo 1 na biblioteca comunitária). Somando os Clubes de leitura nas escolas e comunitários, foram implantados 40 Clubes nos três núcleos do projeto, sendo 18 em Fortaleza, 14 no Cariri e 08 em Sobral.

Os Planos de Atuação Comunitária (PAC Popular) também aconteceram em associações, projetos populares e em outros espaços em que as lideranças já atuavam diretamente. Foram realizados 24 Eventos Temáticos em comunidades urbanas e rurais dos três núcleos do projeto, sendo 16 em Fortaleza, 05 no Cariri e 03 em Sobral. As temáticas dos eventos comunitários versaram sobre a divulgação dos serviços da Defensoria Pública; Direitos das Mulheres, violência doméstica e familiar, e Lei Maria da Penha; Letramento Racial; Direito Ambiental, dentre outros. No total, foram realizados, aproximadamente, 100 encontros formativos de

multiplicação de conteúdos, e um valor aproximado de 2 mil mulheres e adolescentes beneficiadas indiretamente pelas ações do projeto. Abaixo, o quadro 1 traz a lista detalhada dos PACs Populares, realizados no âmbito do I Curso de Defensoras Populares do Ceará:

QUADRO 1: Listas dos Pacs Populares realizados

RELAÇÃO DOS CLUBES DE LEITURA DE MULHERES - NÚCLEO FORTALEZA				
	Nome do clube	Escola/Comunidade	Local	Defensoras populares responsáveis
1	Clube de Leitura Dona Maria D'Hora	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI Paulo Freire	Bairro Henrique Jorge Fortaleza	Alessandra Felix Xavier; Bruna Raquel Ferreira de Castro; Francisca Lília
2	Clube de Leitura Iara Lavelberg	Escola de Ensino Médio Profissional - EEEP Prof. César Campelo	Bairro Conjunto Ceará - Fortaleza	Allana Karine Sousa Ferreira; Antonia Jessika Alves
3	Clube de Leitura Heloísa Ferreira Lima	Escola de Ensino Médio Profissional - EEEP Leonel de Moura Brizola	Bairro Serriinha - Fortaleza	Antonia Costa de Souza; Francisca Rosirene Pinheiro de Sousa; Maria Luciene
4	Clube de Leitura Natany Alves Sales	Escola de Ensino Médio Profissional - EEEP Ícaro de Sousa Moreira	Bairro Granja Lisboa Fortaleza	Carla Nayra Sousa do Nascimento; Maria Silvelania Pereira De Sousa
5	Clube de Leitura Dandara dos Santos	Escola de Ensino Médio EEM Santo Amaro	Bairro Bom Jardim Fortaleza	Cristina Nascimento de Sousa; Geyse Anne Souza da Silva; Maria Silvana Oliveira Ferreira; Maria José Alves dos Santos

6	Clube de Leitura Thina Rodrigues	Escola de Ensino Fundamental e Médio EEFM Professora Maria Gonçalves	Bairro Castelão Fortaleza	Hozana Lima, Viviane Venâncio Matias, Renata de Jesus Bispo; Natália Nascimento Vieira
7	Clube de Leitura Geisa Firmo Gonçalves	Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA José Walter	Bairro José Walter Fortaleza	Jacinta Maria da Silva Rodrigues; Maria Solidade Clemente Da Silva
8	Clube de Leitura Ana Luiza de Lima Ribeiro	Escola de Ensino Fundamental e Médio EEFM Deputado Manoel Rodrigues	Bairro Vicente Pinzón Fortaleza	Maria das Graças Nunes dos Santos
9	Clube de Leitura Maria Galdino	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI Professor Antônio Martins Filho	Bairro Conjunto Jereisati Maracanaú	Elisângela Rodrigues Leão; Francisca Luciana Albuquerque Benevides
10	Clube de Leitura Tia Sinhá	Escola de Ensino Médio EEM Prof. Flávio Ponte	Bairro Pajuçara Maracanaú	Silmara Lanai
11	Clube de Leitura Jaqueline Costa	Escola de Ensino Médio EEM Doutor Brunilo Jacó	Bairro Conjunto Antônio Bonfim Redenção	Ana Maria Eugênio da Silva; Sol Alves
12	Clube de Leitura Cacique Pequena	Escola Indígena Jenipapo-Kanindé	Lagoa Encantada Aquiraz	Elisangela Soares Sabino
13	Clube de Leitura Maria Brissamar Lima Bezerra	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI Maria do Carmo Bezerra	Centro Acarape	Marta Quizembo; Neusa Vunge; Elen Mirely (Bolsistas IC Unilab)

14	Clube de Leitura Mestra Maria do Socorro	Unilab Biblioteca dos Palmares	Centro Acarape	Marta Quizembo; Neusa Vunge; Elen Mirely (Bolsistas Ic Unilab)
15	Clube de Leitura Rosa da Fonseca	Associação Santa Luzia da Paz	Bairro Barra do Ceará Fortaleza	Larissa Vitoria Xavier dos Santos
16	Clube de Leitura Maria do Carmo de Almeida	Associação das mães vigilantes, do Jangurussu	Bairro Jangurussu Fortaleza	Maria Roselir Da Silva Souza; Raquele De Queiroz Souza
17	Clube de Leitura Dandara dos Santos	Instituto Esperança Garcia	Bairro Barroso Fortaleza	Vera Lucia dos Santos
18	Clube de Leitura Cristina Santos	Cozinha Comunitária	Bairro Genibaú Fortaleza	Cyra Nara Francisca Araújo Nogueira

FONTE: autoria própria

QUADRO 2: Eventos temáticos PC Fortaleza

RELAÇÃO DE EVENTOS TEMÁTICOS - PC FORTALEZA				
	Eventos	Comunidade	Local	Defensoras populares responsáveis
1	Roda de conversa barroso em ação: Diálogos sobre Direito Ambiental e Lixo Urbano.	Associação Comunitária no Barroso	Bairro Barroso - Fortaleza	Ana Lúcia Costa Santos; Maria Claudelania De Moraes Silva
2	Ação na comunidade para conhecer a Defensoria	CRAS Parque São João	Bairro P. São João Fortaleza	Ana Patrícia Silva de Mesquita

3	Projeto “Justiça Climática e Popular”	Associação Comunitária no Bom Jardim	Bairro Bom Jardim Fortaleza	Carla Nayra Sousa do Nascimento
4	Projeto de Lei: “Mamãe me leva!”	Associação Comunitária no Planalto Pici	Bairro Planalto Pici FORTALEZA	Cintiane Silva do Nascimento
5	Evasão escolar, bullying, o problema das facções – Serviços da Defensoria	EEFM São José dos Arpoadores Colônia	Bairro Cristo Redentor / Barra do Ceará Fortaleza	Daniele De Jesus *do Nascimento
6	Formação política antirracista para estudantes	EEMTI Raimundo Tomaz, Aquiraz; EEMTI Parque Maria Bernardo, Aquiraz; e Liceu de Messejana, Fortaleza	Aquiraz e Fortaleza	Daniele Alves Marinho
7	Cria de Favela	Associação Mãe África, Centro Espiritualista de Umbanda Urubu Reis, Caju, CCBJ, AZC: Bom Jardim	Bairro Bom Jardim Fortaleza	Denise Eunice Salviano Pereira da Costa
8	Cria de Favela	Associação Mãe África, Centro Espiritualista de Umbanda Urubu Reis, CaJU, CCBJ, AZC: Bom Jardim	Bairro Bom Jardim Fortaleza	Denise Eunice Salviano Pereira Da Costa
9	Ação Social no Cristo Redentor	Associação Comunitária no Cristo Redentor	Bairro Cristo Redentor Fortaleza	Heloisa Helena Florencio da Silva

10	Construindo Pontes: Mulheres e Políticas contra a Violência	ONG Velaumar	Bairro P. de Iracema – Poço da Draga Fortaleza	Maria Aparecida Costa Lima
11	Não era amor, era cilada!	Associação Comunitária no Bom Jardim	Bairro Bom Jardim Fortaleza	Maria Weyssianne Sousa Borges
12	Projeto “Direitos humanos e combate a exploração sexual de crianças e adolescentes”	Escolas André Luiz e Delma Hermínia – José Walter	Bairro José Walter Fortaleza	Thalia Santos Cavalcante
13	Ação Social – Mulheres Poderosas	Associação Comunitária do Campo da Pirraça	Bairro Barra do Ceará Fortaleza	Silvania da Costa Gomes
14	Roda de Conversa “Direito à saúde e bem estar”	Hemoce	Fortaleza	Lilian Maria Vidal; Lorena Maria Viana De Castro
15	Projeto “A Linha do tempo que nos fortalece”	AME – Associação das Mulheres Empreendedoras Movimento Nacional das Cidades Positivas (MNCP)	Bairro Bom Jardim, Passaré, Cidade Jardim, Papicu, Parque Raquel de Queiroz, P. do Futuro. FORTALEZA	Maria Alice de Oliveira
16	Projeto “Florescer Seguro”	Associação Comunitária no Barroso	Barroso Fortaleza	Francisca Vania Machado De Freitas

FONTE: autoria própria

QUADRO 3: Clubes de leitura de mulheres – Núcleo Cariri

Relação dos Clubes de Leitura de Mulheres – Núcleo Cariri				
	Nome do clube	Escola/Comunidade	Local	Defensoras populares responsáveis
1	Clube de Leitura Profa. Zuleide Queiroz	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI Wilson Gonçalves	Crato	Ana Lídia Pereira Borges; Fátima Mirian; Francisca Clarice
2	Clube de Leitura Mara Guedes	Escola de Ensino Médio Profissional EEEP Maria Violeta Arraes de Alencar	Crato	Ana Karolina Teixeira; Oneide Maria Coelho Costa
3	Clube de Leitura Maria da Penha	Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP José Alves De Figueiredo	Crato	Bianca Silva Holanda
4	Clube de Leitura Nísia Floresta	Escola de Ensino Médio EEM Teodorico Teles de Quental	Crato	Maria Aparecida Oliveira do Nascimento E Suelen Doroth Cavalcante Sobral
5	Clube de Leitura Veronica Neuma Carvalho	Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP Maria Violeta Arraes de Alencar	Crato	Maria Rosario Domingos de Sousa; Vitória Régia das Neves Carvalho
6	Clube de Leitura Dona Edite (biografia em construção)	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI Juvêncio Barreto	Crato	Janayna Leite Silva; Francisca Alves

7	Clube de Leitura Luciana Lindenmeyer	Escola de Ensino Médio EEM Governador Adauto Bezerra	Juazeiro do Norte	Carla Karoline Barbosa dos Santos; Ana Rosane Simplicio De Souza
8	Clube de Leitura Tia Simoa	Escola de Ensino Médio Profissional - EEEP Professor Moreira de Sousa	Juazeiro do Norte	Cícera Cícélia Freitas Lopes; Tarciana Cardoso De Sousa
9	Clube de Leitura Profa Silvano Inácio de Sousa	Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA Profa Cícera Germano	Juazeiro do Norte	Nágila Batista Coelho
10	Clube de Leitura Mestra Margarida	Escola de Ensino Fundamental e Médio EEFM Clotilde Saraiva Coelho (Centro Socioeducativo)	Juazeiro do Norte	Jhully Carla De Sousa; Edinéia Ferreira Miranda
11	Houve atividade, mas ainda não foi definida a homenagem.	Colégio Da Polícia Militar	Juazeiro do Norte	Maria De Fátima Silva; Sandra Margareth Silva Gomes
12	Clube de Leitura Rita de Cássia Furtado Pereira	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI Leandro Lopes De Sousa	Aiuaba	Patrícia de Castro Sousa

13	Houve atividade, mas ainda não foi definida a homenagem.	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI Almiro da Cruz	Barbalha	Pietra Valentina Brito Souza
14	Clube de Leitura Maria Nilza Pereira	Escola Municipal EMEIF Maria Das Dores Sampaio	Barbalha	Joice Maria de Souza Ferreira

FONTE: autoria própria

QUADRO 4: Eventos temáticos PAC Cariri

RELAÇÃO DOS EVENTOS TEMÁTICOS - PAC CARIRI				
	Evento	Comunidade	Local	Defensoras populares responsáveis
1	Roda de Conversa sobre Violência Doméstica e Familiar e a Lei Maria da Penha.	Comunidade Vila Gregório e Sítio São Vicente	Crato	Cicera Pereira De Sousa; Carina Pereira
2	Roda de Conversa sobre Violência Doméstica e Familiar e a Lei Maria da Penha.	Escola Municipal EEIEF Antonio Antuerpio Gonzaga de Melo	Crato	Janaína Lima Braz
3	Roda de Conversa sobre Direitos das Mulheres Trans	Casa de Diversidade de Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte	Alaska Emma
4	Projeto sobre “Usucapião”	Associação Comunitária no Crato	Crato	Ana Maria do Nascimento Santos
5	Projeto “Garantia de Direitos das mulheres na Saúde”.	Associação Comunitária em Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte	Ana Edna Feitosa Alves

FONTE: autoria própria

QUADRO 4: Clubes de leitura de mulheres – Núcleo Sobral**RELAÇÃO DOS CLUBES DE LEITURA DE MULHERES – NÚCLEO SOBRAL**

	Nome	Escola/Comunidade	Local	Defensoras populares responsáveis
1	Clube de Leitura Auridéa Melo Aguiar Pereira	Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA Professora Cecy Cialdine	Sobral	Dark Antonia Lucas Farrapo Lima
2	Clube de Leitura MarluCIA dos Santos Gomes	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI Professora Carmosina Ferreira Gomes	Sobral	Eliene Da Silva Mesquita, Juliana Gonçalves de Araújo; Tereza Cristina Mendes Carneiro
3	Clube de Leitura Talita	Escola de Ensino Médio EEM Ribeiro Ramos	Sobral	Maria Inês Oliveira Costa; Cirliany Fernandes Albuquerque; Ana Marcia Vasconcelos Gomes; Maria Fabiana Nascimento Sampaio
4	Clube de Leitura Kieza Fran Nascimento	Biblioteca Comunitária Adalberto Mendes	Sobral	Raiana Venancio de Souza; Maria Thais Gadelha Passos
5	Clube de Leitura Bruna Gomes Frota Araújo	Escola de Ensino Médio Profissional EEEP Gerardo Jose Dias de Loiola	Forquilha	Dorilândia Maria Jerônimo Siqueira
6	Clube de Leitura Tia Lila	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI Irmã Lins	Viçosa do Ceará	Maria Do Socorro dos Santos Souza; Shirlene do Socorro Coelho Santos
7	Clube de Leitura Ana Soraia Galdino	Comunidade Rua Das Dores	Sobral	Maritza Fabianne Cedro Silva Saboia; Leticia Marques Ripardo
8	Clube de Leitura Tia Nazaré	Comunidade do Morgado	Massapé	Leomara Braz Lino; Lucivânia Galdino

FONTE: autoria própria.

RELAÇÃO DOS EVENTOS TEMÁTICOS - PAC SOBRAL

	Evento	Comunidade	Local	Defensores Populares Responsáveis
1	Letramento Racial para Mulheres Agricultoras/conversas na fila do CRAS.	CRAS de Viçosa do CE	Viçosa do Ceará	Cristina Costa Souza
2	Roda de Conversa sobre Violência Doméstica e Familiar e a Lei Maria da Penha entre Estudantes.	Faculdade de Direito - Anhanguera Sobral	Sobral	Francisca Moana Araújo de Oliveira
3	Março Lilás - Rodas de conversas nas comunidades.	Comunidades de São Francisco, Lagoa dos Lopes, Santa Rita e sede.	Sobral	Érica Maria Do Nascimento Lourenço
	Letramento Racial para Mulheres Agricultoras/conversas na fila do CRAS.	CRAS de Viçosa do CE	Viçosa do Ceará	Cristina Costa Souza

FONTE: autoria própria.

4 O SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO

No dia 26 de abril de 2025, em uma cerimônia marcada por emoção e simbolismo, as 100 lideranças comunitárias de Fortaleza, Sobral e Cariri, estiveram todas reunidas para as apresentações dos PACs e a Solenidade de Formatura, com a presença de autoridades, como a secretária nacional de Acesso à Justiça, Sheila de Carvalho; a ouvidora do Supremo Tribunal Federal (STF) e juíza do TJSP, Flávia Martins; a defensora pública geral do Ceará, Sâmia Farias; além de representantes da Unilab, da sociedade civil e do Governo do Estado.

Esse importante momento de culminância do I Curso de Defensoras Populares revela o caráter diferenciado da participação feminina na garantia do projeto e de seu próprio financiamento (atual e de continuidade), desde as res-

ponsáveis por setores estratégicos no Ministério da Justiça até a gestão superior da Defensoria Pública. O reconhecimento e visibilidade do sucesso do projeto, também, traduz o esforço coletivo feminino e a importância das mulheres (progressistas), quando ocupam cargos institucionais decisórios e de poder, na garantia de ações que impactam, verdadeiramente, na vida de mulheres e de suas comunidades periféricas.

Durante todo o dia, as lideranças comunitárias defenderam os seus trabalhos de conclusão do curso, apresentando os resultados do processo formativo por meio da execução dos PACs Populares. Foram momentos de muita emoção quando o público testemunhou o impacto multiplicador das atividades educativas nas escolas e nas comunidades assistidas. Toda a equipe do projeto, as/os convidados/as de secretarias do governo do Estado (educação, igualdade racial, direitos humanos, etc.), da universidade, e demais integrantes da Defensoria Pública vislumbraram os resultados surpreendentes do I Curso de Defensoras Populares, sobretudo, no tocante ao conjunto de ações voltadas para a igualdade e a equidade de gênero, com perspectivas interseccionais de combate ao racismo, à homofobia, ao capacitismo, dentre outras vulnerabilidades, sendo realizadas nos territórios mais periféricos, urbanos e rurais, do Estado do Ceará.

Durante o evento, também, foi organizada a “I Exposição Fotográfica Defensoras Populares”, com o registro fotográfico de todo o processo formativo. A exposição foi acompanhada por apresentação artística na abertura do encontro, propiciando um momento lúdico-informativo com arte e som.

Finalmente, ainda durante o preparatório da solenidade de formatura, a grande maioria das defensoras populares, manifestou o desejo de encerrar o ciclo de maneira

formal, ou seja, utilizando o traje completo de formatura (as becas). Ademais, também foram trajadas com uma faixa na cor lilás que, simbolicamente, representa a luta por igualdade e libertação. Essa faixa costuma ser utilizada em eventos feministas para representar a garra contra a opressão e a dominação das mulheres. A figura 1 mostra esse momento:

FIGURA 1: Formatura do I Curso de Defensoras Populares, em 26/04/2025



FONTE: arquivo das autoras.

5 DO PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

O I Curso de Defensoras Populares promove uma ruptura epistemológica, metodológica e operacional na relação entre o sistema de justiça e os territórios populares. Sua inovação se expressa em três pilares fundamentais: Metodológica: a formação parte de problemas concretos, trazidos pelas próprias participantes, e se constrói como uma metodologia viva, dialógica e crítica. Antes de cada painel teórico, uma liderança apresenta sua experiência prática no tema — a dor, a ausência ou a negação de um direito. Só então, se avança para a compreensão jurídica: como funciona

(ou não) o sistema de justiça, como deveria operar e como pode ser acessado ou tensionado.

O saber jurídico se articula aos saberes comunitários e acadêmicos, em um processo sensível às interseccionalidades de gênero, raça, classe, território, deficiência e diversidade, o que permite, por exemplo, que uma mulher da luta por moradia, compreenda mais profundamente a luta indígena; que uma liderança do movimento negro se aproxime da pauta das pessoas com deficiência, e todas se reconheçam na pluralidade das opressões e das resistências. É o encontro do saber com o sentir, como já ensinava Tobias Barreto. No que corresponde ao Estrutural, o projeto amplia a compreensão da Defensoria Pública não apenas como prestadora de serviços jurídicos tradicionais, mas como agente formador de cidadania, de redes e de transformação social, a partir do protagonismo das próprias comunidades.

As lideranças passam a compreender, acessar e tensionar os fluxos internos da Defensoria, levando informações, reivindicações e demandas reais do território. Há, ainda, a perspectiva concreta de institucionalizar essa aproximação por meio da criação de um Conselho Consultivo de Lideranças Populares, vinculado à Ouvidoria Geral Externa, garantindo que essa relação permaneça viva e permanente após a formação.

Além de tudo isso, vez que a Defensoria Pública é a instituição constitucionalmente destinada a produção de direitos hábeis à desconstrução de injustiças estruturais, é um curso que se retroalimenta: cumpre a função institucional de educação em direitos, mas também possibilita, principalmente via Ouvidoria Geral Externa, uma maior presença dos territórios, pessoas e grupos vulnerabilizados na Defensoria Pública, levando-a a não se perder do que ela tem que ser.

6 CONCLUSÕES: LIÇÕES APRENDIDAS E RESULTADOS MAIS RELEVANTES

O sucesso do Defensoras Populares se apoia em três pilares centrais: (1) o comprometimento político das instituições envolvidas, que compreenderam a singularidade e a potência do projeto; (2) a existência de uma equipe técnica, pedagógica e administrativa, altamente estruturada, que garantiu acompanhamento permanente, escuta ativa e constante aperfeiçoamento metodológico; e (3) a política de bolsas, que assegurou viabilidade econômica tanto para as lideranças comunitárias quanto para a equipe executora. Foram concedidas bolsas mensais de R\$ 700,00 para as 100 participantes, permitindo que mulheres, em sua maioria, trabalhadoras informais e sobrecarregadas com tarefas de cuidado, pudessem dedicar tempo à formação, sem prejuízo de sua renda. Também foram garantidas três bolsas de R\$ 2.100,00 para as coordenadoras pedagógicas da Unilab, duas bolsas de R\$ 1.800,00 para alunas da pós-graduação, e dez bolsas de R\$ 700,00 para monitoras da graduação, compondo uma equipe intergeracional, qualificada e comprometida. Este financiamento foi determinante para o êxito do projeto.

Outro fator decisivo foi o vínculo comunitário forte, construído desde o processo seletivo, que reconheceu nas participantes não apenas suas vulnerabilidades, mas também sua potência como lideranças, multiplicadoras de direitos e agentes de transformação social. A metodologia inovadora, baseada no diálogo entre saberes acadêmicos, jurídicos e comunitários, somada às redes de apoio entre as mulheres e ao acolhimento institucional, resultou em uma assiduidade superior a 90%, mesmo diante de contextos marcados por pobreza, racismo, insegurança alimentar, ca-

pacitismo e violência. O impacto concreto — com 100 Planos de Atuação Comunitária (PACs); 37 Clubes de Leitura (realizando em parceria com a Secretária de Educação do Estado do Ceará- - SEDUC); 27 eventos comunitários e mais de 100 ações formativas — confirma que essa soma de fatores foi determinante para um resultado robusto, transformador e replicável.

Por outro lado, os desafios não foram somente estruturais (logística, *internet*, deslocamento, pobreza), mas também internos, humanos e profundamente políticos, pois se trata de um grupo diverso, com trajetórias de muita dor, lutas distintas e, nem sempre, convergentes. O maior desafio, portanto, foi transformar um sonho em realidade: estruturar uma formação coletiva, diversa e potente em um universo de mulheres atravessadas por múltiplas vulnerabilidades, mas também por histórias, pautas e dores, nem sempre, convergentes. Trabalhar a partir das diferenças, sem que elas se convertessem em rupturas, exigiu da equipe uma escuta ativa, permanente e uma metodologia centrada no cuidado e na mediação dos conflitos naturais em processos tão diversos.

Por isso, a formação foi cuidadosamente organizada em dez grupos menores, de dez mulheres cada, distribuídos por territórios, cada um acompanhado por uma monitora da graduação e uma da pós-graduação. A divisão em grupos não foi apenas logística, mas uma estratégia pedagógica e política para criar espaços de confiança, fortalecer vínculos e potencializar as convergências, sem apagar as diferenças. Além desse desafio macro, enfrentamos as desigualdades estruturais dos territórios, marcados por insegurança, racismo, violência, falta de acesso à saúde e serviços básicos, exigindo uma metodologia flexível, com escuta sensível e intervenções rápidas para prevenir afastamentos.

Houve também dificuldades logísticas, com deslocamentos intermunicipais constantes, pois o projeto abrange 16 municípios, organizados em três núcleos regionais (Fortaleza, Cariri e Sobral), intercalando encontros presenciais e remotos. Outro obstáculo, foi a barreira digital, sobretudo nas zonas rurais, onde muitas participantes não tinham acesso estável à *internet* ou a equipamentos adequados, exigindo soluções criativas da equipe técnica. Por fim, havia a sobreposição brutal de jornadas de trabalho: as mulheres acumulavam atividades domésticas, cuidado de filhos e familiares, trabalho informal e, ainda assim, precisavam construir tempo e energia para a formação e para as suas lutas políticas na comunidade.

Todos esses desafios, só foram superados porque o projeto contou com uma equipe altamente comprometida, uma metodologia viva e, sobretudo, uma rede de apoio construída entre as próprias mulheres que, mesmo na diversidade, encontraram força na coletividade. O desafio agora é conseguirmos recursos para a próxima turma! Dentre os inúmeros resultados do projeto, destacamos alguns dos principais êxitos:

- a) Cumprimentos das metas e objetivos com êxito, por meio da parceria institucional entre a Defensoria Pública do Estado do Ceará e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), na execução direta e qualificada do projeto;
- b) Diálogos propositivos pautados na realidade da violação de direitos das lideranças comunitárias, mediante a reflexão acadêmica aliada à prática jurídica, aproximando a Defensoria Pública e a Universidade da realidade dos territórios e vivências socioculturais das cursistas;

- c) Realização de formação de qualidade, com abrangência de conteúdos formativos, a partir das escutas e necessidades locais, bem como a realidade formal do Direito. As vulnerabilidades das mulheres e de suas comunidades foram problematizadas, permitindo a ampliação da garantia de direitos e o exercício da cidadania plena;
- d) Possibilidade de encaminhamentos de casos para os serviços jurídicos da Defensoria Pública Geral do Ceará, fortalecendo a divulgação dos serviços ofertados institucionalmente e melhorando o fluxo de acesso aos atendimentos jurídicos especializados à população da periferia e do interior do Estado;
- e) Visibilidade de resultados surpreendentes, no tocante ao conjunto de ações voltadas para a igualdade e equidade de gênero, com perspectivas interseccionais de combate ao racismo, a homofobia, ao capacitismo, dentre outras vulnerabilidades, sendo realizadas nos territórios mais periféricos, urbanos e rurais, do Ceará;
- f) Melhoria de acesso à renda, por meio do auxílio financeiro para as cursistas, lideranças comunitárias e monitoras estudantes de graduação e pós-graduação da Unilab, permitindo a permanência universitária com maior dignidade e formação crítica profissional de qualidade.;
- g) Formação da Rede de Defensoras Populares no Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos III*. Brasília: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2010.

BRASIL. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos /* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília*: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2006.

BRASIL. *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica*. Brasília, 2007/10, CIG 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

2 ENSAIO SOBRE OS DADOS: UMA ANÁLISE DO PROJETO DEFENSORAS POPULARES

<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap2>

GRAZIELLE ALBUQUERQUE

Jornalista e doutora em Ciência Política pela Unicamp. Trabalha como consultora e pesquisa o Sistema de Justiça, especialmente sua interface com a mídia. É membro do Colégio de Estudos Avançados (CAE) e professora do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (Mapp), ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC). É coordenadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas (Nuesp) da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), responsável pela produção da série de informações analisadas nesse artigo. Vale ressaltar que o trabalho do Nuesp, em especial no tocante aos dados relacionados aqui, contou com a colaboração de José Edmilson Rios Morais Junior e Yasmin Cristine Lopes e Silva Costa, email: grazialbuquerque@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

“Mapear o que transforma”. Talvez, no jargão do mundo dos dados, fosse possível escrever o que “inova”, mas o elemento humano traz o potencial de transformação de vidas como um fator essencial para compreender um projeto que gera uma análise de informações a partir de uma aplicação social e jurídica efetivas. Este elemento prático, calcado em uma realidade objetiva, altera o que poderia ser uma compilação meramente numérica. O que é da ordem do humano, se destaca, possibilitando uma feição particular ao projeto, tal qual este próprio artigo, que sai de uma expressão acadêmica clássica e ganha um formato ensaístico.

Neste percurso, a análise e o mapeamento de dados foi um desafio que acompanhou a realização do projeto Defensoras Populares, que reuniu 100 mulheres, distribuídas em três regiões distintas do Ceará (Fortaleza, Sobral e Cariri), em um recorte temporal, de junho de 2024 a abril de 2025, com o objetivo de aproximar essas mulheres do Sistema de Justiça.

Uma aproximação que tinha como foco a educação em direitos, unindo saberes acadêmicos às próprias vivências, eis o potencial transformador. Do ponto de vista pedagógico, foram ao todo, 25 módulos, sendo 13 presenciais/híbridos e 12 remotos, compostos por uma metodologia própria

de acompanhamento na qual o conhecimento estava atrelado à prática e à vivência de cada participante.

Realizado pela Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE) e pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com o apoio do Ministério da Justiça (MJ), o projeto Defensoras Populares é pioneiro não só na metodologia, mas também na ausência de evasão, de modo que 100% das mulheres integrantes, eram bolsistas e concluíram todas as etapas, apresentando um trabalho final de intervenção na comunidade em que vivem ou se relacionam.

Novamente, destaque-se no projeto, a importância do acompanhamento com três professoras do corpo docente da Unilab e dez monitoras de graduação e duas assistentes de núcleo de pós-graduação, participando do dia a dia das atividades. Na análise, uma das evidências apresentadas para o alto índice de efetividade do projeto, foi justamente a estrutura envolvida e o acompanhamento constante.

No que toca à Defensoria Pública, além dos aspectos relativos à concepção e realização do Defensoras Populares, vale ressaltar a série de dados mapeados e analisados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa (NUESP), compondo o panorama aqui apresentado. Assim, organizamos informações que montam o perfil das participantes e que, sobretudo, nos permitem analisar o projeto como um microuniverso de uma realidade social desafiadora.

Neste artigo, vamos tanto tratar do perfil inicial dessas mulheres, a partir dos dados das inscrições, como ir além no detalhamento de vulnerabilidades e construindo “pontos de destaque”, que nos fazem desenhar uma análise mais aprofundada do Defensoras Populares. Veremos, por exemplo, como a maioria das participantes tiveram um incremento real na formalização educacional em relação à geração an-

terior, seus pais e mães, e como isso, ainda assim, não foi suficiente para garantir uma inserção social isenta de uma série de vulnerabilidades, em especial, no que toca à violência. Olhar o projeto não nos possibilita fazer inferências sociais mais amplas. Contudo, dentro da realidade trabalhada, o cruzamento das informações mostra como este “microuniverso” nos dá possibilidade de análises além do mero agrupamento de indicadores isolados.

2 O CAMINHO PARA OS DADOS

No processo de análise dos dados do projeto Defensoras Populares, é importante destacar que, para além do exame das informações, o Núcleo de Estudos e Pesquisas (NUESP) da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), foi responsável pela produção dos dados primários, aqui expostos, que se dividiram em dois momentos: um primeiro, relativo à organização mapeamento e escrutínio das informações relativas à inscrição das mulheres ao projeto; e um segundo, baseado em um *survey*, aplicado às participantes, com o intuito de detalhar os critérios de vulnerabilidades estipulados pela comissão responsável pela seleção e ampliar o quadro de análise, a partir do cruzamento de indicadores, que iam de características pessoais à questões socioeconômicas e de acesso à justiça.

De maneira um pouco mais detalhada, o caminho feito em relação à primeira etapa das inscrições, fundamentou-se em uma metodologia que combina análise quantitativa e qualitativa, a partir de duas fontes principais de dados: as fichas de inscrição das 100 mulheres selecionadas (dentre 348 inscritas no Ceará) e materiais complementares, enviados pelas candidatas, como memoriais escritos, cartas de intenção e vídeos com relatos pessoais.

Após a seleção, realizada por uma comissão formada por defensoras públicas, professoras da Unilab e um representante do Ministério da Justiça, o NUESP conduziu uma leitura detalhada do material. Inicialmente, os dados objetivos foram tabulados a partir das fichas. Em seguida, realizou-se uma análise individualizada dos materiais adicionais, buscando identificar aspectos não explícitos nas inscrições formais, como condições de vulnerabilidade (ex: mães solas), inserção comunitária e potenciais de atuação. Assim, em um trabalho que perdurou os meses de abril e maio de 2024, compusemos o perfil inicial das mulheres selecionadas no projeto.

Essa fase exigiu um cruzamento minucioso de informações, com especial atenção para o conteúdo subjetivo e narrativo contido nos vídeos e textos enviados. As informações foram compiladas e categorizadas conforme os critérios definidos pela comissão do projeto, gerando indicadores, como faixa etária, escolaridade e índice de vulnerabilidades. A metodologia adotada permitiu ampliar a compreensão sobre os perfis das selecionadas e fornecer subsídios qualificados tanto para o desenvolvimento do projeto Defensoras Populares quanto para futuras políticas públicas voltadas a esse público.

A segunda etapa da pesquisa foi marcada pela aplicação de um *survey* em agosto de 2024, respondido por 99 das 100 mulheres. A elaboração do questionário foi precedida por um estudo aprofundado do perfil das participantes, justamente com base na primeira etapa da pesquisa sobre o projeto. Esse estudo prévio, possibilitou o desenho de um instrumento sensível às múltiplas dimensões de vulnerabilidade.

A metodologia seguiu um modelo integrado e progressivo, em que os dados qualitativos iniciais, orientaram a formulação de perguntas que captassem nuances importantes,

como tipo de deficiência, idade ao ter o primeiro filho, arranjos familiares, fontes de renda, histórico socioeconômico e relações com instituições como a Defensoria Pública. O instrumento também investigou traços de violência no entorno das participantes e seus núcleos afetivos, permitindo maior compreensão do contexto em que essas mulheres estão inseridas e do potencial transformador do projeto. O desenho do *survey* passou por uma etapa de pré-teste, com monitoras e alunas, garantindo ajustes e aferição do tempo médio de resposta (oito a dez minutos). Após a aplicação, os dados foram limpos, tabulados e analisados quantitativamente, compondo uma base de dados robusta.

Nesse sentido, é importante ressaltar o caráter inédito da metodologia no contexto da Defensoria Pública do Estado do Ceará. O processo de construção contou com a colaboração de especialistas de diversas áreas, tais como juventude, políticas públicas, sociologia e direito, com experiências em projetos, como o Virando o Jogo¹ e parcerias com instituições, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa articulação interdisciplinar, reforçou a centralidade da escuta das mulheres. Era preciso se centrar nas características e vulnerabilidades das mulheres e seu potencial de transformação social e a metodologia empregada buscou um desenho que atendesse a essa demanda.

3 MAS, AFINAL, QUEM SÃO AS DEFENSORAS POPULARES?

Um dos primeiros pontos a ser salientado, é o perfil das mulheres participantes no projeto. São mães solo, pes-

¹ O projeto Virando o Jogo integra o Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio), coordenado pela Assessoria de Prevenção à Violência da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará. Voltado para adolescentes e jovens, o projeto busca fortalecer capacidades individuais, vínculos familiares e comunitários, promovendo também a reinserção escolar.

soas com deficiência, mulheres trans, em situação de rua ou em outras condições, entendidas como conferindo a essas mulheres diversas vulnerabilidades. Como as 100 mulheres foram divididas em três núcleos (Fortaleza, Sobral e Cariri), trabalhamos esse perfil no todo do grupo de maneira específica pela região trabalhada.

3.1 MULHERES NEGRAS, JOVENS E MÃES SOLO

Vejamos alguns pontos de destaque: em relação ao índice de vulnerabilidade, vemos que “autodeclarada pessoa negra” é destaque em dois núcleos: Fortaleza e Cariri, respectivamente, com 31 mulheres de um total de 50 (62%) e 15 mulheres de um total de 30 mulheres (50%). Na sequência, no núcleo Sobral, que contempla 30 mulheres, “outros” ganha a primazia com 10 mulheres (50%), aparecendo na sequência “mãe solo”, com 9 mulheres (45%) e “autodeclarada pessoa negra”, com 8 mulheres (40%). Levando em consideração os números gerais do projeto, vale salientar ainda a incidência da vulnerabilidade “chefe de família”, que ficou em segundo lugar, contemplando 48% das 100 mulheres.

Pela amostragem geral de faixa etária, temos uma prevalência de mulheres jovens adultas em primeiro lugar, com a faixa prioritária de 27 a 31 anos – 19 mulheres (19%), seguida de mulheres de meia idade: 47 a 51 anos – 16 mulheres (16%). Esses números, se repetem como prevalentes (de 47 a 51 anos – 11 mulheres – 22%) no núcleo Fortaleza. Porém, tanto nos núcleos de Sobral como no Cariri, retorna-se à faixa de mulheres jovens adultas, com faixa etária de: 22 a 26 anos (20%); em Sobral, e 27 a 31 anos (26,73%) no Cariri. Ou seja, temos dois recortes de idade em destaque, variando conforme o núcleo, presentes no projeto.

No que toca à escolaridade, temos a prevalência de mulheres com ensino médio completo: em Fortaleza, são 18 mulheres, o que equivale a 36%; já no Cariri esse recorte abrange 10 mulheres, o que equivale a cerca de 30% das participantes daquela região. Na sequência, temos no núcleo Sobral, o recorte prevalente de ensino superior incompleto (7 mulheres, 35%). Assim, no escopo geral, podemos dizer que do ponto de vista do grau de escolaridade, o projeto alcança a janela de mulheres entre o ensino médio completo e o superior incompleto.

Este último ponto, é importante porque na segunda etapa da pesquisa, com os dados obtidos pelo *survey*, foi possível verificar o que o dado da escolaridade nos diz, quando ligado ao histórico de educação formal dessa mulher e das suas condições atuais de sobrevivência e acesso à Justiça. Assim, o perfil aqui levantado, é uma espécie de primeira trilha para compreendermos, de uma forma ampla, o projeto, e como ele pode nos dar informações que representem uma maior possibilidade de compreensão do contexto geral (ainda que sem uma relação de causalidade, como insights para pensar novas ações) e da importância de observar os indicadores de forma relacional, evitando ver variáveis isoladas sem a conjuntura adequada.

Para além, da divisão por núcleo, olhando o todo, podemos sintetizar os números em um perfil que indique que do total de 100 mulheres do Defensoras Populares, de um total de 282 características e vulnerabilidades apontadas, prevalece o retrato de mulheres autodeclarados negras (seguidas pelas chefes de família e com vulnerabilidades econômicas e sociais), estando a sua maioria, entre 27 a 31 anos (seguidas de mulheres de meia idade). Neste quadro geral, pode-se falar em jovens adultas responsáveis pelo sustento do lar. Estas são informações significativas, mas é preciso

avancar em uma compreensão detalha desse perfil, conforme faremos a seguir.

4 DETALHES QUE MOSTRAM O TODO

Na segunda etapa da pesquisa, com a aplicação do *survey*, foi possível aprofundar as dimensões de vulnerabilidade das participantes. A amostragem obtida, permitiu captar nuances como tipo de deficiência, idade ao ter o primeiro filho, arranjos familiares e fontes de renda, mas também ter uma perspectiva mais geral, ultrapassando a compreensão de perfil mais estreito para uma visão mais contextual através do cruzamento de indicadores. Além disso, de forma mais ampla, também merece ser retomada a informação de que foram investigadas questões socioeconômicas e vínculos institucionais com a Defensoria Pública. A seguir, detalhamos os principais pontos de destaque revelados por esses dados.

No perfil geral das 100 mulheres inscritas no projeto, de acordo com as inscrições, 39% se declararam mães solo, item que pontuou em 4º lugar entre características e vulnerabilidades depois de autodeclarada pessoa negra (54%); chefe de família (48%) e vulnerável econômica e socialmente (46%), mas restava-nos saber: Que mãe é essa? O que mais podemos entender sobre o perfil dessa mulher que tem a maternidade como fator preponderante em seu perfil? Eis um ponto no qual a segunda etapa da pesquisa nos amplia a visão.

3.1 MULHERES DO CUIDADO

Dentre os pontos de destaque da maternidade, é possível salientar a quantidade de mulheres que tiveram o primeiro filho antes dos 18 anos de idade (19 mulheres) e dos 21

anos (38 mulheres), ou seja, quase metade das mulheres foram mães jovens. A maioria (62%) possui apenas um ou dois filhos e 46% delas moram com os filhos, ou seja, se desenha um ponto que, atrelado a outros fatores, podem nos ajudar a ter um retrato mais preciso da importância dessa mulher no suporte familiar.

Por outro lado, essas mulheres, que cuidam dos seus filhos, considerando esta interpretação a partir das suas características como mãe solo, são também aquelas que precisam de cuidados. Confirmam-se os números de mulheres PcD, tendo como base as informações presentes na inscrição 10%. Contudo, quando perguntamos sobre questões de saúde, de forma geral, 62% das mulheres afirmaram ter alguma doença, das quais destacaram pressão alta, diabetes, depressão e ansiedade. Neste ponto, as doenças crônicas ganham uma prevalência importante.

3.2 RESPONSÁVEIS PELO SUSTENTO DO LAR

Ao apontarmos os dados que indicam essas mulheres como mães solo, vale ressaltar aspectos socioeconômicos que nos ajudam a compreender também essa dimensão. Das 97 mulheres que responderam a pergunta sobre a situação financeira familiar, 57 afirmaram não ter renda ou estarem em uma faixa que possui uma renda mensal de até um salário mínimo (R\$ 1.412,00), ao somarem os rendimentos de todas as pessoas que moram na sua casa. Esse número representa cerca de 58% do total das respondentes.

Além disso, quando separadas especificamente as faixas de um e dois salários mínimos, os dados nos mostram um quantitativo de cerca de 44%. Lembrando que 69% delas, é a principal responsável pela renda da casa. A discrepância para o segundo responsável, é significativa: apenas 12,39%

têm o companheiro como o principal provedor e, em 69% dos casos, seja quem for o provedor, não trabalha com carteira assinada. Destaque, também, para o fato de que 53,68% dessas mulheres, recebem algum benefício do governo, sendo o Bolsa Família, o de maior incidência (74% dentre as que recebem algum benefício).

3.3 MAIS EDUCADAS DO QUE A GERAÇÃO ANTERIOR

Se no desenho que temos até agora, se esboça um quadro com uma mulher jovem mãe solo com problemas de saúde crônicos e responsável pelo sustendo do lar, vale pensar sobre os aspectos educacionais desse perfil, em especial, quando comparado à sua ascendência. Neste aspecto, os dados apontam uma prevalência de mulheres que possuem o ensino médio completo (41,41%), com destaque para uma porcentagem relevante com superior completo (19,19%). Esses números representam um avanço significativo quando comparado ao nível de educação materno e paterno. Assim, 23,23% das mães das Defensoras Populares, eram/são não alfabetizadas e mais 23,23% sabiam/sabem ler e escrever. O mesmo acontece com os pais, em relação aos quais 23,23% eram/são não alfabetizados e mais 17,17% sabiam/sabem ler e escrever. Percebe-se que há claramente um incremento educacional em relação à geração anterior, sobretudo, quando pensamos na figura paterna. Diante desse quadro, é importante pensar se tal configuração representou também um avanço relativo à segurança e ao acesso à Justiça.

3.4 VIOLÊNCIA AO REDOR

A questão da violência é um fator recorrente em depoimentos das Defensoras Populares, relatos marcantes

abordando a temática pontuaram o lançamento do projeto em novembro de 2023, no auditório da DPCE. Contudo, era preciso esmiuçar o assunto, compreender como essa violência estava presente no cotidiano de mulheres integrantes de uma formação centrada na educação em direitos.

O survey detalha esse ponto: há um número expressivo de mulheres do projeto que sofreram violência (Violência doméstica – 38,38%; Violência sexual – 31,31% e Negligência/abandono – 16,16%). A mesma questão se repete quando se pergunta sobre parentes que sofreram violência: Violência doméstica 49,49%; Violência sexual 32,32% e Negligência/abandono 15,15%. Quando se pergunta que parente sofreu a violência, as mães se destacam com 38,66%, as irmãs aparecem na sequência, com 29,33%. Outra pontuação a ser feita, é que 52,52% de mulheres tiveram alguém do seu ciclo de afeto assassinado e 52,52% de mulheres, tiveram alguém do seu ciclo de afeto preso/apreendido. Vale ressaltar, em um cruzamento de indicadores, que estamos falando de um grupo de mulheres que, em sua maioria, têm maior educação formal que a geração anterior, de modo que isso não se refletiu em uma proteção em relação à violência. Cruzar os dados da educação com a vulnerabilidade econômica, também, aponta uma importante discrepância em relação a expectativas de ganhos financeiros.

3.5 ACESSO À JUSTIÇA

Se as vulnerabilidades socioeconômicas são um demarcador importante em nosso estudo, em especial, no contraste com o nível de educação das mulheres do projeto. É significativo observar aspectos do conhecimento dessas mulheres em relação à temática de acesso à Justiça e ao conhecimento institucional. Sobre o conhecimento prévio

dessas mulheres, em relação à Defensoria Pública, 77,77% já conhecia a instituição, sendo 51,02% por meio de amigos e familiares. Em relação às questões demandadas à Defensoria, o item “pensão alimentícia” tem destaque com 50% das demandas que chegam por parte das mulheres.

4 AS PARTICULARIDADES DO PROJETO

Embora a educação em direitos seja uma prática típica da Defensoria Pública e existam alguns formatos de projetos com natureza semelhante ao Defensoras Populares, o modelo instituído no Ceará, conta com particularidades que lhe dão um caráter inédito pela estrutura e pelo acompanhamento: o aporte financeiro que garantiu uma bolsa de estudos para as 100 mulheres participantes e para um corpo de profissionais que acompanharam o trajeto dessas mulheres por um ano.

A esse escopo, deve se acrescentar uma construção pedagógica voltada ao ampliar a compreensão do acesso à Justiça por meio da prática, incluindo a necessidade de um projeto comunitário por parte das participantes. Tal formato garantiu que o projeto tivesse como marca uma integralidade de aproveitamento, sem nenhuma evasão ao longo de todo o percurso.

Esse arranjo, no que se entendeu ser um projeto-piloto, contava com a oportunidade do aporte financeiro e o acompanhamento pedagógico, mas em contrapartida, exigia um olhar mais cauteloso, com o objetivo de estabelecer indicadores que pudessem ajudar em uma análise baseada em evidências. Desse processo, deriva a profusão de dados aqui detalhada. Logo, observou-se a necessidade de estabelecer critérios claros para a escolha das participantes, com a indicação precisa de vulnerabilidades e características.

Além disso, o quadro final do perfil das participantes, revela que o projeto tratou de mulheres que, em sua maioria, eram autodeclaradas negras, mãe solo, responsáveis pelo sustento da família, com grau de instrução superior à sua ascendência familiar, com importantes fragilidades sociais e econômicas. Esse quadro é o retrato da complexidade brasileira e um apanhado de informações relevantes para futuras edições do projeto, para a formatação de outras ações com intuítos semelhantes e, por fim, uma contribuição com dados que servem de insumo para políticas públicas embasadas. Um projeto instigante para capacitar mulheres para atuarem como líderes comunitárias na defesa de direitos e que também impunha o desafio da pesquisa como diagnóstico do que foi feito e bússola para o futuro. Como todo levantamento inicial, ele tem limitações e está circunscrito a uma realidade. Ponto esse que nos convida a avançar em pesquisas aplicadas dessa natureza.

5 UM ARREIMATE NECESSÁRIO

O projeto Defensoras Populares, reuniu 100 mulheres, em três regiões do Ceará, com o objetivo de aproximá-las do Sistema de Justiça, por meio de uma formação em educação em direitos. Com uma proposta metodológica inédita e interdisciplinar, que articulou teoria e prática, o projeto contou com acompanhamento constante, monitoria qualificada e um percurso formativo, com 25 módulos. Ao lado dessa dimensão pedagógica, a coleta e análise de dados sobre as participantes, também, foi um eixo estruturante da experiência, permitindo que o projeto fosse entendido como um microuniverso revelador de dinâmicas sociais complexas.

Os dados foram produzidos em duas etapas: uma primeira, a partir das inscrições e materiais complementares,

enviados pelas participantes; e uma segunda, com a aplicação de um *survey*, voltado ao aprofundamento das dimensões de vulnerabilidade. Os resultados revelam um perfil majoritário de mulheres negras, mães-solo, chefes de família, com histórico de maternidade precoce, doenças crônicas e baixa renda. Apesar disso, nota-se um avanço significativo em relação à escolaridade, quando comparada à geração anterior que, por sua vez, não se traduziu em acesso pleno à justiça ou proteção frente à violência — presente de forma contundente tanto na trajetória pessoal quanto nos núcleos afetivos dessas mulheres.

Ao cruzar escolaridade, renda, maternidade, saúde e experiências com a violência, os dados do projeto permitem compreender melhor a sobreposição de vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres participantes. Além disso, revelam a potência da escuta qualificada, como estratégia de formulação e avaliação de políticas públicas. Os dados, aqui sistematizados, não apenas iluminam o impacto do projeto, mas também oferecem subsídios concretos para pensar ações futuras voltadas à garantia de direitos e à transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Avaliação de políticas públicas*: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea, 2018. v. 1.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Avaliação de políticas públicas*: guia prático de análise ex post. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ; UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. *Relatório de pesquisa Defensoras Populares: um perfil para conhecer as mulheres do projeto* [recurso eletrônico] / coordenação: Grazielle de Albuquerque Moura Paiva. Fortaleza: DPCE; UNILAB, 2024. ISBN 978-65-84557-15-4.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; GIARDINA, Michael D.; CANNELLA, Gaile S. (Org.). *The SAGE handbook of qualitative research*. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2024.

SALDAÑA, Johnny (org.). *The Oxford handbook of qualitative research*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2020.

3 GUIA METODOLÓGICO: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO DIFERENCIADA E PARTICIPATIVA

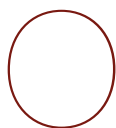
<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap3>

AMÉLIA SOARES DA ROCHA

Doutora em Direito Constitucional (UNIFOR), Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE), Bacharel em Direito (UFC), Especialista em Direito Privado (UNIFOR). Defensora Pública de Segundo Grau com atuação na 5a. Câmara de Direito Privado.

E-mail: amelia.rocha@defensoria.ce.def.br

1 INTRODUÇÃO



O Curso de Defensoras Populares nasceu de um sonho institucional amadurecido no âmbito do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Ceará. Mas, desde o início, entendemos que apenas educação em direitos, no modelo tradicional, não seria suficiente. Era preciso construir algo maior: uma formação que, além de transmitir conhecimento, promovesse vínculos duradouros com a instituição e dotasse essas mulheres de conhecimento capaz de acionar, fiscalizar, provocar o sistema de justiça para olhar as pessoas e grupos vulnerabilizados. O projeto ganhou viabilidade com a possibilidade de financiamento por meio de recursos do Pronasci (Ministério da Justiça), o que garantiu bolsas de estudo para as participantes e para a equipe técnica. Isso foi decisivo, pois permitiu que mulheres que normalmente estariam trabalhando na informalidade — muitas vezes vendendo lanches, fazendo faxinas ou atividades similares nos finais de semana — pudessem, sem prejuízo de sua renda, dedicar tempo à formação.

A construção da metodologia foi um dos maiores desafios e também um dos maiores acertos. Estruturamos uma triangulação entre: a Defensoria Pública, trazendo a dimensão prática e aplicada do sistema de justiça; a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Bra-

sileira (Unilab), garantindo reflexão crítica, rigor acadêmico e elaboração científica sobre direitos humanos, gênero, raça e território; e as lideranças dos territórios, que traziam a realidade viva das violências, das ausências e das potências das comunidades. Daí surgiu uma metodologia que é, ao mesmo tempo, teórica, prática, crítica e afetiva. Um dos desafios operacionais foi cumprir as exigências do Pronasci, que previa abrangência no interior. Para isso, organizamos a formação em três núcleos regionais (com 16 cidades): Núcleo Fortaleza, Núcleo Cariri, Núcleo Sobral. As aulas eram híbridas e interativas: quando o encontro era presencial em Sobral, Cariri e Fortaleza acompanhavam online; quando em Fortaleza, os outros dois núcleos participavam remotamente, e assim sucessivamente, garantindo coesão metodológica, unidade do grupo e presença em todos os territórios. O processo de seleção foi pensado para ser inclusivo e criterioso. Buscamos montar uma turma diversa, considerando não só a vivência de vulnerabilidades, mas também a capacidade de articulação comunitária e a disponibilidade para participação, conciliando critérios objetivos e análise qualitativa de cartas, memoriais e vídeos das candidatas.

Assim, o Guia Metodológico do I Curso de Defensoras Populares apresenta estratégias de aprendizagem hábil a aproximar, concreta e eficazmente, a realidade da violação de direitos das mulheres (e suas comunidades) com a reflexão acadêmica e a prática jurídica, bem como da Defensoria Pública e a Academia da realidade dos seus respectivos territórios e vivências. Esse importante material didático-pedagógico foi desenvolvido no início do curso como ferramenta para melhor entendimento do processo organizativo e formativo do curso, tanto por parte da equipe técnica como das lideranças comunitárias cursistas.

2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mais que construir uma resposta, construir uma escuta, de modo a elaborar um material pedagógico conectado com a realidade concreta das discentes, impactando direta e positivamente em seu cotidiano de liderança comunitária.
- Apresentar o processo de construção e efetivação dos direitos, tanto para que se conheçam mais profundamente as conquistas dos direitos humanos já estabelecidos (e muitas vezes ainda desconhecidos), como para que entendam o caminho da identificação e superação de possíveis violações, bem como o percurso da conquista de direitos.
- Propiciar um intercâmbio entre a diversidade existencial e territorial da turma, na perspectiva da compreensão efetiva da indivisibilidade dos direitos humanos bem como um aprendizado mútuo a todas pessoas envolvidas no curso (inclusive docentes e membros da Defensoria Pública).
- Fomentar convergências diante da apresentação do amplo processo de construção e consolidação dos direitos e desestruturação das injustiças.
- Demonstrar, a cada painel, a inter-relação entre conhecimento concreto da violação, reflexão acadêmica e prática jurídica.

3 FLUXO METODOLÓGICO

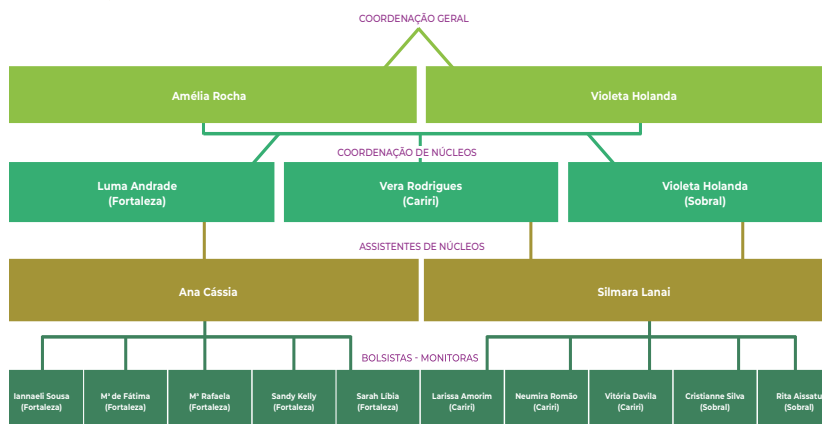


- Cada módulo será construído por um triplo olhar: inicia com a problematização de uma violação de direito vivenciado por uma Mulher Liderança Comunitária, apresenta a reflexão acadêmica sobre o problema (e o seu contexto social) e, em seguida, a visão jurídica (resposta do sistema de justiça).
- Momento de escuta das necessidades locais, como metodologia contínua.
- Ao mesmo tempo em que se ensina sobre a realidade formal do Direito, aprende-se sobre a realidade das vulnerabilidades, numa constante retroalimentação.
- Cada módulo será concluído com breve apresentação do módulo seguinte, gerando reflexão e possibilitando melhor planejamento do material a ser

utilizado a partir das pré- compreensões da turma sobre o tema.

- Serão 25 módulos, sendo 13 módulos presenciais/híbridos e 12 módulos remotos.
- 6 módulos presenciais realizar-se-ão a partir do Núcleo Fortaleza (momento em que as alunas dos Núcleos Cariri e Sobral participarão remotamente).
- 4 módulos presenciais realizar-se-ão a partir do Núcleo Cariri (momento em que as alunas dos Núcleos Fortaleza e Sobral participarão remotamente).
- 3 módulos presenciais realizar-se-ão a partir do Núcleo Sobral (momento em que as alunas dos Núcleos Fortaleza e Cariri participarão remotamente).
- O Monitoramento constante em rede está organizado da seguinte forma:

4 REDE DE DEFENSORAS POPULARES DO CEARÁ - ORGANOGRAMA DA EQUIPE



- Cada bolsista monitora estará responsável pelo acompanhamento direto e constante de 10 alunas (dando o suporte, verificando assiduidade e entrega de atividades e relatórios, dirimindo dúvidas, etc).

- O acompanhamento em rede abrange recebimento e encaminhamento de demandas concretas da comunidade aos serviços da Defensoria Pública, num momento que pode ser compreendido como etapa de exercícios e aprendizado (não apenas para as discentes, mas também para as bolsistas passarão a conhecer melhor a sistemática de atendimento defensorial).

5 INSTRUMENTOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE ASSIDUIDADE

- Listas de Presenças e Chamadas Orais;
- Elaboração e acompanhamento a partir do caderno de campo das monitoras-bolsistas;
- Relatórios mensal (monitoras); trimestral (assessoras de núcleo) e final (bolsistas + coordenação de núcleos);
- Captação de imagens durante todo o curso, para o relatório final.

6 MATERIAL PEDAGÓGICO

- Cada painel contará um artigo/nota com exercícios, documentos e sugestões voltados para o Plano de Atuação Comunitária - PAC Popular;
- O material pedagógico deverá conter 5 páginas em forma de matéria jornalística/resumo, 1 página de exercícios, além dos documentos inerentes ao tema;
- Os exercícios devem contemplar notas sobre elaboração de documentos, tais como: OFÍCIOS, PORTARIA, LEI, CÓDIGO, etc.
- Para elaboração do Plano de Atuação Comunitária

- PAC Popular as lideranças comunitárias poderão desenvolver projeto que contemplem: Criação de Lei, projeto de Lei, Criação de conselhos, Projetos comunitários, Criação de associações, Formações temáticas locais, Alteração de nomes de ruas e referências, Memoriais com biografia de mulheres locais, etc.;
- Exposição do Projeto TODAS SOMOS UMA;
- Elaboração de E-book sobre a experiência do I Curso de Defensoras Populares (Guia Metodológico Completo).

7 ESTRUTURA BÁSICA DOS ENCONTROS

8 às 9h – Acolhimento / Mística de abertura

9 às 9h30 – Apresentação de caso concreto

9h30 às 10 h30 – Análise acadêmica e letramento jurídico

10h 30 às 12 – Debate

12 às 13 h – preparatório para o módulo seguinte

QUADRO 1: Organograma dos módulos - I Curso de defensoras populares

LOCAL / MODALIDADE		DIA DO ENCONTRO/ CARGA HORÁRIA	MÓDULOS/ TEMA	PALESTRANTES
1	Remoto	08/06/2024 (5h/a)	Acolhida inicial	Todas
2	Presencial Fortaleza	22/06/2024 (5h/a)	Mulheres em locais de poder e a (des)estruturação das (in)justiças	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto (Secretária dos Direitos Humanos do Estado do Ceará).
3	Remoto	06/07/2024 (5h/a)	Educação em Direitos Humanos e Políticas Afirmativas	Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab)
4	Presencial Sobral	20/07/2024 (5h/a)	Direitos das Mulheres e enfrentamento à violência doméstica e familiar	Rose Marques (Instituto Maria da Penha) Violeta Holanda (Unilab) Dorilândia Siqueira (Defensora Popular)
5	Remoto	03/08/2024 (5h/a)	Sistema de Justiça: instituições nacionais e internacionais	Amélia Soares da Rocha (Defensora Pública), Sarah Líbia Temoteo (Bolsista Unilab), Grazielle de Albuquerque Moura Paiva (Defensora Pública)
6	Presencial Cariri	17/08/2024 (5h/a)	Diversidade Sexual e Direitos da população LGBTQIAPN+	Luma Nogueira de Andrade (Unilab), Luciane de Sousa Silva Lima (Defensora Pública), Renata De Jesus Bispo (Defensora Popular)
7	Remoto	31/08/2024 (5h/a)	Direitos da pessoa consumidora	Amélia Soares da Rocha (Defensora Pública)
8	Remoto	14/09/2024 (5h/a)	Memória, Verdade e Democracia	Lucinha Alencar (Secretaria Estadual dos DH) Alice de Oliveira (Defensora Popular)

9	Presencial Fortaleza	21/09/2024 (5h/a)	Programa de proteção dos Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto (Secretária dos DH), Rachel Saraiva Leão Viana (Defensora Pública) e Maria Rafaela Lima Ferreira (Bolsista Unilab)
10	Presencial Cariri	19/10/2024 (5h/a)	Racismo e lutas antirracistas	Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab), Jannayna Leite Silva (Defensora Popular)
11	Remoto	26/10/2024 (5h/a)	Justiça restaurativa, infância e juventude	Erica Regina Albuquerque de Castro Brilhante (Defensora Pública), Alessandra Felix Xavier (Defensora Popular)
12	Remoto	09/11/2024 (5h/a)	Direitos à Saúde e Bem Estar	Teodora Tchutcho Tavares (Enfermeira SUS), Leilane Barbosa de Sousa (Unilab), Francisca Luciana Albuquerque Benevides (Defensora Popular)
13	Presencial Sobral	23/11/2024 (5h/a)	Direito Ambiental	Soraya Vanini Tupinambá (Ativista Ambiental), Aldiva Sales Diniz (UVA), Maria Inês Oliveira Costa (Defensora Popular)
14	Presencial Fortaleza	07/12/2024 (5h/a)	Justiça Penal e Direitos Humanos	Gina Kerly Pontes Moura (Defensora Pública), Ana Lucia Costa Santos (Defensora Popular)
15	Remoto	14/12/2024 (5h/a)	Educação Financeira	Sandra Helena Pedroso (Ateliê de Cultura/RJ), Leidimar Verneque Rosa (Consultora de Educação Financeira), Martha Maria Ferreira Corrêa (Consultora/RJ)
16	Presencial Fortaleza	18/01/2024 (5h/a)	Direito à Moradia e à Cidade	Elisabeth Chagas (Defensora Pública), Maria Roselir da Silva Souza (Defensora Popular)

17	Remoto	25/01/2025 (5h/a)	Direito ao Trabalho e ao Lazer	Ana Virginia Porto de Freitas (Advogada do Sindicato dos Bancários) e Clebia Mardonia Freitas Rabelo (Unilab)
18	Remoto	15/02/2025 (5h/a)	Direito da Pessoa com Deficiência	Emerson Maia Damasceno (Advogado/Comissão das PCD da OAB/CE) e Maria do Rosário de Sousa (Defensora Popular)
19	Presencial Fortaleza	22/02/2025 (5h/a)	Lei de Acesso à Informação	Dr. Rodrigo Vieira Medeiros (Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União) e Dra. Karla Camila Menezes Vieira (Chefe de Divisão no Gabinete da Secretaria Nacional de Acesso à Informação).
20	Presencial Cariri Presencial Sobral Presencial Fortaleza	08/03/2025 (5h/a) 14/03/2025 (5h/a)	Luta e organização popular - Participação presencial das lideranças nas mobilizações do 8 de março (Dia Internacional da Mulher) - Participação presencial das lideranças na Feira Solidária das Mulheres na Praça do Ferreira	Todas
21	Presencial Fortaleza	22/02/2025 (5h/a)	Lei de Acesso à Informação	Dr. Rodrigo Vieira Medeiros (Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União) e Dra. Karla Camila Menezes Vieira (Chefe de Divisão no Gabinete da Secretaria Nacional de Acesso à Informação).

Encontros Remotos TCC		20h	Orientações dos PACs	Encontros Remotos TCC
Encontros Presenciais TCC		60h	Desenvolvimento dos PACs (Clubes de Leituras de Mulheres nas Escolas ou Evento Temático)	Encontros Presenciais TCC
22	Seminário de Encerramento Presencial Fortaleza	26/04/2025 10h	Apresentação dos PACs	Todas
CARGA HORÁRIA TOTAL		200h/a		

4 CLUBES DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS COMO PLANO DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA: PAC POPULAR

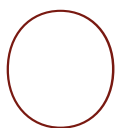
<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap4>

VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA

Pós-doutora em Antropologia pela Universidade de Sevilha (Espanha). Doutora em Ciências Sociais (UFRN); Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização na área de violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo LACRI/USP e Graduada em Ciências Sociais pela UFC. É docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNI-LAB), vinculada ao Instituto de Humanidades. Líder do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero - CIEG DANDARA (CNPq/Unilab).

E-mail: violeta@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO



Os Clubes de Leitura de Mulheres nas Escolas foi uma ação proposta no I Curso de Defensoras Populares no contexto do Plano de Atuação Comunitária (PAC Popular), como trabalho de conclusão do curso. A proposta exigiu um termo de cooperação adicional, reunindo a parceria institucional entre a Defensoria Pública do Estado do Ceará, através da Escola Superior da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (ESDP); a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), através do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Cieg Dandara) e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), através da Coordenadoria de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (COEDH).

2 BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A proposta de implementação dos Clubes se gesta durante a participação no II Congresso de Antropologia Feminista, ocorrido na cidade de Granada/Espanha, no período de 1 a 3 de julho de 2024. Na ocasião, eu coordenava o Simpósio Temático “Antropologia Feminista e Educação: produção de significados emancipatórios”, juntamente com as professoras AnneSophie Gosselin (Universidad Católica

del Oeste Francia) e Begoña Sánchez Torrejón (Universidad de Cádiz).

O diálogo teórico-metodológico sobre o campo da Antropologia Feminista na Educação – seja em contextos institucionais ou da educação informal/popular – abriu o espaço para apresentação da experiência intitulada “Clubes de lectura: espacios para la resignificación y sociabilización feminista”, de autoria da pesquisadora Andrea Vides de Dios (Universidad del País Vasco). Os clubes de leituras existem na Espanha desde os anos 1980 e se constituem como espaços de criação do conhecimento feminista e socialização política a partir da leitura e da conversação.

Na ocasião, eu também apresentava a proposta, até então preliminar, do I Curso de Defensoras Populares, através da exposição do Guia Metodológico do curso. Além disso, apresentava os resultados do projeto de minha autoria, intitulado “Educação em Direitos Humanos e Gênero: percepções sobre a violência machista no contexto escolar”, vencedor do Edital FUNCAP – N° 01 /2022 MULHERES NA CIÊNCIA – Apoio a projetos de pesquisa, coordenados por mulheres, que tinham por objetivo a promoção da educação em direitos humanos, com ênfase na análise reflexiva e propositiva sobre as relações de gênero e a problemática da violência machista no contexto escolar, a partir do estudo comparativo em escolas de ensino médio que possuem (e não possuem) Núcleos de Gênero em sua estrutura didático-pedagógica. Para tanto, também, foi considerada a experiência espanhola de implantação das “Unidad para la Igualdad” em dois Institutos de Ensino Secundário (IES) na cidade de Sevilha.

Desta experiência, nasceu a parceria com a colega Silvia Vieira dos Santos, da Coordenadoria de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade (COEDH), célula Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade

(EDHGS). Juntas, submetemos no II Congresso de Antropologia Feminista, a comunicação oral intitulada “La política de igualdad de género en el contexto escolar: apuntes sobre experiencias entre España y Brasil”. Nesta apresentação, também estavam contemplados os dados preliminares do Projeto Prateleira Maria da Penha, surgido a partir do Termo de Cooperação Técnica celebrado em 2023, entre a SEDUC e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por intermédio do 1º Juizado da Mulher de Fortaleza, que visa a divulgação, promoção e formação acerca da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, tendo como público alvo a comunidade escolar.

Ao retornar ao Brasil, essa confluência de proposições, debates e apresentações de experiências exitosas no campo da educação para a igualdade de gênero, culminou na proposta de implementação dos Clubes de Leitura de Mulheres nas Escolas, por meio do Plano de Atuação Comunitária (PAC Popular), como trabalho de conclusão do I Curso de Defensoras Populares.

Inspirada na experiência internacional, a proposta dos Clubes de Leitura de Mulheres no contexto cearense, considera a realidade local, agregando importantes parcerias institucionais e redes comunitárias para sua implementação. Por meio de encontros de mulheres e adolescentes, inicialmente, quinzenais, a proposta é que o engajamento das integrantes (e parceiras), aconteça de forma voluntária, respeitando a horizontalidade, a cordialidade e o respeito mútuo nas relações entre mulheres e adolescentes. É mister a valorização e incentivo à produção intelectual realizada por mulheres; a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar; o empoderamento feminino; e o intercâmbio de experiências atravessando diferentes gerações.

Os dois projetos pilotos de implantação dos clubes de leitura de mulheres, iniciaram a partir de setembro de 2024, na biblioteca da unidade acadêmica dos Palmares, na Unilab, e na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral, EEMTI Maria do Carmo Bezerra (município de Acarape (CE), localizada nas proximidades da própria universidade. As experiências piloto contaram com o apoio do projeto “Mulheres na Ciência: percepções sobre a violência machista e os desafios da política institucional de gênero no contexto escolar”, coordenado por mim e com a participação de bolsistas de iniciação científica (CNPq/Unilab) e estudantes voluntárias, são elas: Neusa Gaspar Gongga Vunge, Elen Mirely Paz Andrade da Silva, Samyli da Silva Sousa e Leidiane da Silva Ferreira. Segue o registro fotográfico da inauguração dos respectivos clubes:

FIGURA 1: Inauguração da Prateleira Maria da Penha e do Clube de Leitura de Mulheres Mestra Ma. Socorro do Evaristo – Escola Maria do Carmo, Nov/2024



FONTE: arquivo da autora

3 DADOS QUE QUALIFICAM E JUSTIFICAM OS CLUBES

Após 18 anos de vigência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), observa-se que, ainda, persiste a triste reali-

dade do aumento dos crimes praticados contra as mulheres e meninas em nosso país. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apontam que, ao menos 10.655 mulheres, foram vítimas de feminicídio no Brasil entre os anos de 2015 e 2023. Segundo o relatório, o número de feminicídios no país, cresceu 1,4% entre 2022 e 2023 e atingiu a marca de 1.463 vítimas no ano passado, indicando que mais de quatro mulheres foram vitimadas a cada dia. As pesquisadoras apontam que esse é o maior número da série histórica iniciada pelo FBSP, em 2015, quando entrou em vigor a Lei 3.104/15. A legislação vigente, qualifica o feminicídio como um crime que decorre de violência doméstica e familiar em razão da condição de sexo feminino, em razão de menosprezo à condição feminina, e em razão de discriminação à condição feminina (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Em outra publicação, intitulada “Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023”, o fórum apresenta dados recentes de feminicídios, homicídios femininos e estupro de vulnerável de meninas e mulheres. Os números alertam que o Estado brasileiro segue falhando na tarefa de proteger suas meninas e mulheres: os feminicídios e homicídios femininos tiveram crescimento de 2,6% este ano, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e os estupro de vulnerável, apresentaram crescimento de 16,3%. A maior parte das vítimas de violência sexual no Brasil, são crianças, e o local onde essa violência ocorre, é dentro das próprias casas, com autoria de pessoas conhecidas das vítimas, geralmente, familiares. Esse contexto, faz com que seja muito difícil para as vítimas reconhecerem as violências que sofrem, tanto pela falta de conhecimento sobre o tema, como pelo vínculo com o agressor (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

No Estado do Ceará, o FBSP (2023) aponta o crescimento em diversas formas de violação de direitos femininos, inclusive, nas ocorrências de violência psicológica e assédio/importunação sexual. A prática de violência psicológica cresceu 100% nos últimos dois anos, no Ceará, passando de 428 casos para 859 registrados, em 2022. O crime foi incluído no Código Penal, em abril de 2021 e significa “causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Ainda de acordo com o Anuário, cresceram também no Ceará, as denúncias de assédio sexual e importunação sexual. O assédio acontece quando há comportamento de caráter sexual, sem que a vítima tenha solicitado, com objetivo de constranger ou criar um ambiente hostil. O crime saiu de 19 casos em 2021 para 48 registros, em 2022, um aumento de 152%. Já na importunação sexual, não há hierarquia ou subordinação da vítima em relação ao autor. O crime é caracterizado pelo ato libidinoso, praticado sem consentimento. No Ceará, a prática contra mulheres, deu um salto de 29%, saindo de 339 casos em 2021, para 439 em 2022. Ao atender pessoas afetadas por essas violações, a Defensoria faz os encaminhamentos necessários (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Diante dos cenários de vulnerabilidades, importa a responsabilização do Estado e da sociedade civil com medidas que garantam a educação em direitos humanos e, em especial, o compromisso com a igualdade de gênero e o fim

da violência contra mulheres e meninas. No Brasil, dentro do arcabouço normativo construído e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC), tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 –, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que determinam as diretrizes, metas, estratégias e currículos escolares no âmbito educacional do país. Entre os avanços e retrocessos relacionados ao trabalho específico das temáticas gênero, sexualidade e direitos humanos, nos últimos anos¹, corroboramos no entendimento de que a escola se configura como um espaço privilegiado para prevenir a violência contra mulheres e meninas pelo importante papel que desempenha na legitimação ou superação de modelos estereotipados.

No Ceará, a SEDUC dá início à Política de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS), em 2015, tendo como objetivo promover o reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero para a construção de uma educação igualitária, não discriminatória e democrática. Visa contribuir na efetivação de um ambiente escolar saudável, compreensivo e valorizador da diversidade humana, que eduque para o respeito e para a promoção dos Direitos Humanos. A Coordenadoria de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade (COEDH), através da célula de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS), tem ampliado esforços no sentido de promover a equidade de gênero e a proteção às mulheres no ambiente escolar.

¹ Ver em Martins e Rocha (2023). O avanço do neoconservadorismo e as políticas de gênero, sexualidade e direitos humanos no Brasil... In: Mulheres na ciência[livro eletrônico]: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade / Violeta Maria de Siqueira Holanda Anne-Sophie Marie Frédérique Gosselin (org.). – Fortaleza: EdUECE, 2023.

O Projeto Prateleira Maria da Penha, iniciado em 2023, por meio da divulgação, promoção e formação acerca da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar no âmbito escolar, assume um papel importante na formação de sujeitos/as cidadãos/ãs conscientes sobre os efeitos nefastos da violência machista na vida das mulheres e meninas. A partir de então, propomos uma parceria para a promoção da justiça social e equidade de gênero, através da pactuação do termo de cooperação institucional.

O I Curso de Defensoras Populares, juntamente ao Projeto Prateleira Maria da Penha, assume o compromisso no fortalecimento da cidadania e defesa dos direitos humanos de mulheres e meninas no contexto escolar cearense. O termo de cooperação permite a atuação das lideranças comunitárias (Defensoras Populares) nas escolas, desenvolvendo seus Planos de Atuação Comunitária - PACs Popular -, no fortalecimento das Prateleiras Maria da Penha através dos Clubes de Leitura de Mulheres nas Escolas.

4 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A adoção dos referenciais teórico-metodológicos do curso, foi pensada a partir da possibilidade das lideranças comunitárias se posicionarem, analisarem, falarem, colocarem seu ponto de vista, argumentarem, escutarem, perguntarem, elaborarem, tornando-se membras ativas de sua aprendizagem. Para isso, foi preciso constituir um espaço educativo vivo de interações, aberto ao real em suas múltiplas dimensões, transformando-se num ato de (re)construção do conhecimento em estreita relação com os contextos sociais e culturais em que elas estão inseridas. Assim, nos aproximamos das concepções do educador brasileiro Paulo

Freire (1996), que propõe um modelo educativo dialético, objetivando construir e vivenciar metodologias e práticas pedagógicas reflexivas, intencionais, críticas e emancipatórias. Trata-se de um processo educativo dinâmico, que considera as habilidades e os conhecimentos prévios para, a partir deles, (re)construir o conhecimento, fundamentado no “aprender a aprender” para o mundo do trabalho e da vida, baseado na troca e no diálogo entre educadores(as) e educandos(as).

Nessa proposta, a resolução de problemas e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e integradores, baseados na mediação sociocultural, formam os modos principais de aprender, por meio de linguagem acessível e estratégias flexíveis, que aproveitem as experiências e os saberes individuais dos/as agentes envolvidos, permitindo o acompanhamento dos movimentos e as mudanças das próprias relações sociais (Freire, 1996). Portanto, cada módulo/conteúdo do I Curso de Defensoras Populares, foi organizado/ministrado a partir de exemplos concretos, de situações reais vivenciadas pelas lideranças comunitárias.

Ademais, temos como referência a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, com ênfase na prevenção ou até a erradicação, da violência contra as mulheres (Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, ODMs). A situação da mulher emerge nas discussões de organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), em redes de mulheres e organizações comunitárias, como também na opinião pública dos atores da sociedade civil, em sua grande maioria composta por feministas. A redução das desigualdades de gênero é um desafio pertinente no contexto das políticas públicas mundiais, em que a luta por condições dignas de vida e oportunidades iguais para todas as pessoas, faz parte da história construída em

diferentes espaços, por diferentes sujeitos, de diferentes maneiras.

No privado e no público, ativistas em todo o mundo, questionam o preconceito e a rígida divisão entre homens e mulheres, que produzem relações cristalizadas e desiguais de poder. Intelectuais feministas produzem reflexões críticas, no esforço de compreensão das relações de gênero. Joan Scott (1991), em sua publicação pioneira sobre gênero, considera uma temática importante e presente na história da produção científica, conceitua-o como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1991:14). Sobre o mesmo ponto de vista, também fundamentado na construção histórico-cultural do signo feminino, foi formada a identidade social da mulher, definida por Fagundes (2003) como:

A identidade feminina é um construto histórico-cultural; resulta da interação entre a consciência que uma pessoa tem de pertencer ao sexo feminino e as consequências sociais concretizadas nas relações com o outro. Estas relações permitem que o ser humano se desenvolva do ponto de vista psicológico e social, assimilando normas, valores e comportamentos que vão compondo a sua identidade (Fagundes; 2003, p. 63).

De forma geral, considera-se duas diferenciações básicas sobre o conceito de gênero: a primeira, biológica, referenciada nos aspectos corporais da anatomia e características estruturais, que distingue a humanidade, logicamente, em homens e mulheres ou machos e fêmeas; a segunda, por sua vez, centra-se nos valores culturais, atribuídos a representação da imagem simbólica da ação humana, dessa for-

ma, classifica os dois gêneros, delimitando-os pela sua capacidade social.

Miriam Grossi (2010) diferencia quatro categorias conceituais: gênero refere-se à construção cultural de atribuições a feminilidades e a masculinidades, que culminam em expectativas sociais em torno dos indivíduos, de acordo com o sexo anatômico; sexo concerne à diferenciação fisiológica entre fêmeas e machos; identidade de gênero diz respeito a uma localização dos sujeitos na cultura, à forma como os sujeitos se sentem, como se identificam e como se situam no mundo; por fim, sexualidade, designa a atividade sexual experienciada pelos indivíduos, as dimensões sentimental e prática com relação a seu objeto de desejo. Assim, gênero é um conceito que não se restringe apenas às mulheres e aos seus direitos humanos, mas abrange um campo de interesse plural, que inclui também as diversas identidades de gênero²: mulheres, homens, transexuais, dentre outras. Trata-se de um campo de estudo dinâmico das ciências humanas em sua interdisciplinaridade, onde a mulher e a população LGBTQIAPN³, tem conquistado importante espaço acadêmico na produção de estudos, investigações e teorias.

Antropólogas feministas contribuem na reflexão teórica sobre gênero a partir de diversas pesquisas (Rubin, 1975; Rosaldo, 1995; Mendéz, 1993; Lamas, 1996; Corrêa, 2003; Grossi, 2010; Piscitelli, 2008, dentre outras). Corroboram no

² Identidades de Gênero – é a experiência interna e individual de cada pessoa do sexo. É o seu sentido de ser uma mulher, um homem, ambos, nenhum dos dois, ou em qualquer lugar ao longo do espectro de gênero. Identidade de gênero de uma pessoa pode ser a mesma ou diferente de seu sexo atribuído ao nascimento. A identidade de gênero é fundamentalmente diferente da orientação sexual de uma pessoa (ONTARIO HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2014).

³ Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários. e todas outras diversidades sexuais. Oficialmente, muitas instituições adotam a sigla LGBT, respeitando o marco histórico e conceitual das conferências sociais organizadas pelo público em questão.

entendimento de que a origem da opressão às mulheres advém da criação de hierarquias de valores (re)produzidos pelos sistemas sociais. Gayle Rubin (1949-) apontou, em 1975, a existência de um “sistema sexo-gênero”, que ela define como “os arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana”, sendo que a sexualidade é central na constituição social dessas hierarquias, que retratam posições de inferioridade ou subalternização dentro do que ele chama de “hierarquias sexuais”.

Por conseguinte, o gênero e a identidade como frutos dessa construção histórica, baseada nos papéis representados na perspectiva do relacionamento interpessoal, colocaram os seres humanos em patamares assimétricos; isso significa que o gênero superior masculino, fomenta supremacia e dominação sobre o grupo inferior feminino, através do patriarcado. Ideologia que fez as mulheres, ao longo de sua representação na sociedade, sofrerem diante de limitações impostas por barreiras sociais e culturais, além de legislação aplicada; implicando numa desigualdade estrutural na relação entre gêneros.

Para atuar diante deste grave problema social, é necessário repensar desde o modelo econômico, como o educativo e o cultural, em que se priorizam tais relações hierárquicas e de poder. Feministas espanholas cunham o termo “Violência machista” (Francés e Tapía, 2018), para definir as opressões de gênero em contextos sociais:

(...) la violencia machista se articula en y desde un aparato ideológico que comprende valores, creencias y acciones, traducidas en roles asociados a características diversas que pueden variar en función del sistema político, económico, social y cultural (normalmente, al aparato sexo-género; sexo biológico).

gico asignado al nacer que se vincula intrínsecamente con el género, algo que varias y varios autores negarían bajo el espectro de la Teoría Queer), donde la figura del varón se postula como suprema, absoluta y contenedora de todo poder construyéndose a sí mismo como sujeto activo político y tornando a todo aquello que, bajo su cosmovisión, no es natural, activo o sujeto, en antinatural, pasivo y objeto; en este caso la figura de la mujer. Todo ello se establece y posibilita a través de configuraciones donde se sitúa a la figura del hombre en el centro (androcentrismo) sociopolítico y económico de todo, situando a las mujeres en una posición desprovista de todo poder y reconocimiento, identidad, otredad y dignidad, vulnerando de forma severa sus Derechos Humanos. (Francés e Tapía, 2018:56).

Ao se falar em relações de gênero e, especialmente, na violência machista contra as mulheres, é necessário, ainda, que se fale no plural, haja vista que elas estão sujeitas a uma série de violências, sobretudo, quando relacionadas à diversidade das questões de classe, raça/etnia e/ou orientação sexual. Portanto, é necessário perceber que a violência machista contra as mulheres, produz um impacto social significativo, cujas dimensões das hierarquias de gênero, classe social e cor, recaem sobre elas interseccionalmente. Segundo Crenshaw (2002, p. 177):

O princípio da interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de

tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A compreensão do fenômeno da violência machista contra as mulheres, sob a perspectiva interseccional, focaliza os diversos sistemas discriminatórios, como o patriarcalismo, o racismo, as opressões de gênero e de classe, dentre outros, e contribui para a autoafirmação e fortalecimento de diversos segmentos do próprio feminismo, dentre eles, o feminismo negro, indígena, lésbico, transfeminismo, dentre outros. Assim, as múltiplas diversidades sociais constituirão o pluralismo da ação política feminista, sendo denominadas por “feminismos”, no plural. Por exemplo, no Brasil, o feminismo negro chama atenção para as consequências da escravidão e as precárias condições de vida que, ainda, afligem grande parte da população feminina negra do país. Ativistas como Lélia Gonzalez (2020), em *Por um feminismo afro-latino-americano*; Cláudia Nascimento (2019) em *A mulher negra e suas transições*; Núbia Moreira (2012) em *A organização das feministas negras no Brasil*; Luíza Bairros (1995) em *Nossos feminismos revisitados*; Sueli Carneiro (1985, 2011) em *A mulher negra brasileira na década da mulher*; e *Racismo, Sexicismo e Desigualdade no Brasil*”, dentre tantas outras, felizmente, denunciam em suas obras diversas formas de violência contra as mulheres entrecruzadas com o racismo.

Em 2024, a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra, feita pelo DataSenado e pela Nexus – Pesquisa e Inteligência de Dados, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência – aponta que “a maioria das mulheres negras no Brasil (53%) que sofreram algum tipo de violência doméstica passou pela primeira experiência de agressão ainda jovem, antes dos 25 anos de idade”. O levantamento considerou o recorte específico com mulheres

negras, por esse grupo ser o mais vulnerável à violência no país. Dados do Sistema Nacional de Segurança Pública (SINESP) mostram que, entre as mulheres vítimas de violência sexual cujas ocorrências policiais incluíam o registro de cor/raça, 62% eram pretas ou pardas. E dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), indicam que entre as 3.373 mulheres assassinadas em 2022, cujas informações de raça e cor foram registradas, 67% eram negras (2.276). (Agência Brasil, 2024).

Diante dos cenários de vulnerabilidades, é importante entender que a escola se configura como um espaço privilegiado para prevenir a violência de gênero pelo importante papel que desempenha na legitimação ou superação de modelos estereotipados. Contudo, como parte da sociedade, muitas vezes, ela mesma, discrimina quando (re)produz as diversas desigualdades em seu cotidiano. A intolerância tem sido uma tônica de diversos espaços sociais, sendo a escola um desses espaços. É comum, nos dias de hoje, denúncias de machismos e homofobia/transfobia no contexto escolar (Andrade, 2012; Alves, 2013), discriminações raciais (Santa-ana; Muller, 2012), entre tantas outras formas de preconceito ou mesmo discriminação que a escola, ou silencia ou exerce, seja com os estudantes, seja com suas famílias, ou mesmo com professoras e professores (Oltramari, 2015). Corroborando conceitualmente sobre gênero e diversidade na escola em material produzido pela Secretaria de Políticas para Mulheres no Brasil (2009), entende-se por diversidade,

(...) o respeito aos valores culturais e aos indivíduos de diferentes grupos, do reconhecimento desses valores e de uma convivência harmoniosa (p. 51).
(...) A convivência com a diversidade implica o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta

inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos. (Barreto *et al*, 2009, p. 57).

Tendo em vista que vivemos em uma sociedade plural, compreendemos que necessitamos fortalecer os laços interpessoais e a formação continuada, nas perspectivas dos direitos humanos, fortalecendo a compreensão e a visibilidade sobre as relações de gênero em suas interseccionalidades, a diversidade humana do ponto de vista da identidade de gênero e sexualidade, e a consciência de que esses elementos, influenciam no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das pessoas. Os clubes de leitura de mulheres nas escolas na rede pública de ensino, podem e devem ser um instrumento de consciência e empoderamento social entre estudantes, professoras/es e suas famílias. Segue o passo a passo, com as orientações de como implantar um clube feminino/feminista na escola.

5 GUIA METODOLÓGICO DE IMPLANTAÇÃO DOS CLUBES DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS

O Guia Metodológico de implantação dos clubes, foi desenvolvido com o objetivo geral de facilitar a implantação e a permanência dos clubes de leitura de mulheres nas escolas, universidades e demais instituições, que possuem ou desejam possuir as Prateleiras Maria da Penha. Os clubes de leitura de mulheres têm por objetivos maiores:

Propiciar a educação em Direitos Humanos e Gênero, por meio de aprendizagens dialógicas e estudos colaborativos, que tematizem o universo feminino/feminista em obras literárias, científicas e políticas;

Propiciar a ampliação do conhecimento de temas relativos ao enfrentamento da violência contra meninas e mulheres, e da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06);

Propiciar a ampliação do conhecimento de temas relativos aos Direitos Humanos das Mulheres e suas Interseccionalidades de etnia/raça, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, condição física e mental, dentre outras;

Valorizar a participação feminina na Ciência, incentivando e reconhecendo as produções intelectuais de mulheres nas diversas áreas da ciência, literatura e na política, bem como a pluralidade epistemológica das mulheres em sua diversidade;

Incentivar o gosto pela leitura, compreensão crítica de conteúdos e valorização da aprendizagem em grupo, considerando a possibilidade do intercâmbio de saberes e práticas coletivas entre pares e/ou gerações distintas;

Propiciar a ampliação do conhecimento e do acesso à Justiça, de temas relacionados à efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres e de suas comunidades, tais como: sexualidade e saúde sexual e reprodutiva; racismos e lutas antirracistas; políticas afirmativas; educação popular e emancipatória; memória, verdade e justiça; meio ambiente; dentre outros;

Colaborar na participação e na organização coletiva, incentivando a representatividade feminina nos espaços decisórios de poder, (re)conhecendo e atuando em instâncias como o Grêmio Estudantil, o Conselho Escolar, os Conselhos Municipal e Estadual da Mulher, a Rede de Prevenção à Violência

Doméstica e Familiar contra a Mulher no Centro de Referência da Mulher em suas respectivas regiões ou municípios – Conforme a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06); o Comitê de Gestão Colegiada da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência – Conforme a Lei n.º 13.431/17 –, dentre os demais coletivos femininos/feministas e/ou culturais existentes ou a se constituir nos territórios dos Clubes de Leituras de Mulheres;

Fortalecer os laços comunitários e de solidariedade entre a escola e a comunidade, valorizando os saberes locais por meio da nomeação do clube, em homenagem a mestras/personalidades de notório saber no âmbito local; ou de reconhecimento histórico de atuação de empoderamento feminino na sociedade; ou, ainda, em memória a mulheres vítimas de feminicídio privado ou político.

6 PASSO A PASSO PARA IMPLANTAÇÃO DOS CLUBES DE LEITURA DE MULHERES

PRIMEIRO: A liderança deverá assumir a responsabilidade de gestão do Clube. Deverá se apresentar à coordenação escolar e informar sobre os objetivos e cronograma do Clube de Leituras de Mulheres. Deverá conhecer a prateleira Maria da Penha, na Sala de Multimeios/Biblioteca. Cabe à liderança, assumir a gestão do clube com as seguintes atribuições: reserva do local da reunião na biblioteca; divulgação dos encontros e mobilização de convidadas; seleção da obra a ser debatida a partir do roteiro de sugestões; realizar o relatório de encontro do Clube (em anexo) com o registro das respectivas presenças;

SEGUNDO: O Clube deverá acontecer a partir da realidade de funcionamento de cada biblioteca. É recomendável que as reuniões aconteçam, pelo menos, 1 (uma) vez por mês, durante 4 (quatro) horas. Preferencialmente, o Clube de Leituras de Mulheres pode se reunir 2 (duas) vezes por mês, a cada 15 (quinze) dias, totalizando 8 (oito) horas mensais;

TERCEIRO: Recomenda-se a divulgação dos dias e horários de funcionamento do Clube, por meio de cartazes e mídias sociais da escola, universidade ou outra instituição. Nos materiais de divulgação, devem constar as logomarcas das instituições parceiras. O(s) dia(s) e horário(s) de funcionamento do Clube devem estar fixados em locais de boa visualização, preferencialmente, também fixados próximo às Prateleiras Maria da Penha e no flanelógrafo da Biblioteca;

QUARTO: O Clube de Leituras de Mulheres poderá ser “renomeado” por nome de Liderança Feminina/Feminista, amplamente reconhecida na comunidade/município, preferencialmente, em homenagem pelo seu notório saber (mínimo de 20 anos de atuação comunitária); ou de reconhecimento histórico de atuação de empoderamento feminino na sociedade; ou, ainda, em memória a mulheres vítimas de feminicídio privado ou político. O nome do Clube com a homenagem deverá estar fixado próximo a Prateleira Maria da Penha ou em espaço disponibilizado na Sala de Multimeios, com o histórico (memorial) da liderança feminina/feminista homenageada. É importante que a decisão do nome do clube seja de comum acordo entre as suas integrantes;

QUINTO: A Liderança deverá conhecer o acervo de livros disponibilizado na Prateleira Maria da Penha e deverá propor a leitura básica de textos/obras que será indicada ao final do Guia Metodológico. A indicação das leituras, de forma planejada e antecipada (pelo menos, no encontro que

antecede o debate do texto/obra/vídeo), é importante para o bom desempenho do clube. 98179 1390;

SEXTO: As lideranças devem realizar uma mobilização na escola e nos territórios vizinhos para convidar estudantes, familiares, mulheres da comunidade, mulheres das Associações e Movimentos Sociais, professoras/es, gestoras/es, e demais servidoras/es da escola para compor o Clube;

SÉTIMO: Se não existir uma escola estadual com prateleira Maria da Penha na região de atuação da liderança, ela pode fazer uma mobilização juntamente com o Núcleo Gestor, a regente da Sala de Multimeios e outras lideranças escolares para criar a Prateleira Maria da Penha e fazer o Clube de Leitura no local mais próximo de sua residência/trabalho/estudo;

OITAVO: As atividades do Clube de Leituras de Mulheres nas Escolas, deverão ser registradas a cada encontro, por meio do relatório anexo, cujas informações deverão ser apresentadas mensalmente para o bom acompanhamento dos conteúdos compartilhados, da frequência das participantes e registro fotográfico dos encontros.

NONO: Os encontros devem manter uma relação de horizontalidade, cordialidade e respeito mútuo nas relações entre as participantes do clube, evitando a centralidade das discussões em uma única pessoa (evitar apresentações expositivas), e deve valorizar as experiências individuais (em diálogo com a obra escolhida), no interesse da coletividade. Importa a valorização dos saberes locais, dos trabalhos e lutas empreendidas por lideranças da comunidade, em especial, as mulheres. Para tanto, podem e devem ser organizados encontros com lideranças locais (ou do notório saber) para a transmissão do conhecimento sobre as questões/tradições/lutas comunitárias, promovendo o diálogo entre

o conhecimento científico e os saberes locais (da oralidade) para o empoderamento feminino;

DÉCIMO: Os encontros devem fortalecer as mulheres na participação e na organização coletivas, incentivando a representatividade feminina nos espaços decisórios de poder. Divulgar, (re)conhecer e atuar em instâncias como o Grêmio Estudantil, o Conselho Escolar, o Conselhos Municipal e Estadual da Mulher, a Rede de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Centro de Referência da Mulher em suas respectivas regiões ou municípios – Conforme a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06), o Comitê de Gestão Colegiada da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência (Conforme a Lei n.º 13.431/17), dentre os demais coletivos femininos/feministas e/ou culturais existentes ou a se constituir nos territórios dos Clubes de Leituras de Mulheres.

Considerando os referenciais teórico-metodológicos apresentados no contexto de implantação dos clubes de leitura de mulheres na escola, orientamos as cursistas a seguirem três momentos guiados de indicações bibliográficas (livros, cartilhas, documentários, filmes e podcasts) para os respectivos encontros dialogados do clube, são eles:

QUADRO 1: Sugestões de leituras

1 – Para começar:

Vamos iniciar nossa jornada entendendo como se constitui o conceito de gênero, o histórico de lutas e conquistas do movimento feminista, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Gênero, Interseccionalidades e Feminismos. Produções femininas na ciência e literatura.

LIVROS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. Tradução Christina Baum, palestra proferida em TEDxEuston, 2019. Link de Acesso do texto: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/7771/materiais/LIVRO%20Sejam-Todos-Feministas.pdf>

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas. Um manifesto.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ARRUZZA Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi, FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% um manifesto.** Tradução Heci Regina Candiani, Ed. Boitempo, 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Periódicos UFSC.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view-File/16462/15034>

BERTH, Joice. **Empoderamento**, Ed. Jandaíra – 4ª reimpressão, 2020.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero** / Silvia Camurça; Taciana Gouveia. – 4ed. – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2004. 40p. – (Cadernos SOS CORPO; v.1).

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da Mulher Negra na América-latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Geledés, 2020.

DAVIS, Angela. A Obsolescência das Tarefas Domésticas se aproxima: Uma Perspectiva da Classe Trabalhadora. In: **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**, Ed. Jandaíra, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** 1º. ed, Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**, Ed. Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018. Link de acesso: https://coletivosycorax.org/wpcontent/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2019.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo.** 1º ed, 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a comunidade:** uma pedagogia da esperança. 2022.

PENHA, MARIA DA. **Sobrevivi...posso contar**. Editora Armazém da Cultura, 2014.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero**: a história de um conceito. In: Heloísa Buarque de Almeida; José Szwako: Diferenças, igualdade, São Paulo, Berlendis e Vertecchia Editores, pp. 116- 150. Link de Acesso: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/leiturasfeministas/1a_aula/g%C3%AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito.pdf

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, H.I.B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu** (12) 1999: pp.157- 163

SANTOS, Sílvia Maria Vieira dos. **Gênero e sexualidade**: que babado é esse? Silvia Maria Vieira dos Santos, Jarles Lopes de Medeiros. Fortaleza: Seduc, 2022.

SANTOS, Sílvia Maria Vieira dos. **Olhares plurais na escola**: dialogando sobre direitos humanos, gênero e sexualidades. Silvia Maria Vieira dos Santos, Jarles Lopes de Medeiros. Fortaleza: Seduc, 2022.

TEIXEIRA, Juliana. Trabalho Doméstico. Ed. Jandaíra, 2021.

VÍDEOS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Link de Acesso do vídeo: https://youtu.be/hg3umXU_qWc?si=5Us6arJAol_k7Xy2 Link do audiobook: <https://youtu.be/AFik0kNbD3o?si=y4kL7Aw-DctMPufOm>

Curta-metragem cearense, VIDA MARIA. **O filme, o resumo e uma análise, por Rebeca Fuks**. Link de acesso: https://www.culturagenial.com/filme-vida-maria/?utm_source=whatsapp&utm_medium=referral

O Caminho (2019). Instituto Avon e Instituto Maria da Penha. Link de acesso: <https://youtu.be/AiITTwEKr7c?si=KQD2IWcLkgfGVdwn>

Violência **Doméstica: por que elas não vão embora?** | Juliana Wallauer. Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=gOgrSOFDjjk>

PODCAST:

Rádio Novelo – Praia dos Ossos (em 8 episódios). disponível no Link de acesso :<https://youtu.be/VOAws1a1FlA?si=MyQaTZZmrXOD3l74>

2 – Para aprimorar:

Vamos fortalecer o conhecimento sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, tipos de violência e a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Compreender a pluralidade das mulheres, os contextos socioculturais diversos.

LIVROS e CARTILHAS:

ARAÚJO, Ana Paula. **ABUSO – A cultura do estupro no Brasil**. 2020.

BAHIA. Violência contra as Mulheres: um Papo para Todas as Idades. Ministério Público da Bahia. 2013.

BRASIL. PETROBRÁS. **Cartilha Eu me protejo**. Disponível em: <https://www.eumeprotejo.com/> BR MULHER. Cartilha combate à violência contra a Mulher, 2012.

BRASIL. PETROBRÁS. MULHER. **Mitos e Lendas sobre a Violência Doméstica**. 2012.

BRITO. Augusta Brito et al. **Lei Maria da Penha em Miúdos (quadri-nhos)**, 2023.

CARRANCA, Adriana. **Malala, a menina que queria ir para a escola**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CEARÁ. **Educação e Justiça pelo fim da Violência Doméstica**. Secretaria de Educação de Sobral/CE. 2013.

CEARÁ. Carta de Fortaleza: **Salvamento da Lei Maria da Penha**. Promotoria da Mulher do Ceará. 2009.

CEARÁ. **Em Defesa da Mulher**. Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará. 2021.

CEARÁ. **Cartilha da Comissão de Combate ao Assédio Moral e Sexual**. Tribunal de Justiça do Ceará. 2022.

CHEMITE, Nelva. **Quem tem ódio das borboletas?** 2021.

CORREA, Lindinalva Rodrigues. **Abuso Sexual: a relevância dos professores**. Ministério Público Mato Grosso. 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Ed. Boitempo – 1ª edição, 2017.

DAVIS, Viola. **Em Busca de mim**. BestSeller. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Poncia Vivencio**. Mazza 2003.

EVARISTO, Bernardine. **Garota, Mulher, Outras**, Ed. Companhia das Letras, 2020.

FIOCRUZ. **Assédio Moral, Sexual e outras Violências no Trabalho**. 2022.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Igualdade e progresso – Precisamos Falar De Violência de gênero e empoderamento feminino**. 2023.

GAGO, Verônica. **A potência feminista**. Ed. Elefante, 2020.

GAY Roxane. **Mulheres Difíceis**. Ed. Globo Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra**. 2002. Disponível em: http://docs.google.com/viewer? a=v&q=-cache:V_dWYw23SBOJ:www.rizoma.ufsc.br/pdfs/

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afrolatinoamericano**, Ed. Zahar – 1ª edição, 2020.

GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARDOSO, Fernanda. **Sexualidades, juventude e práticas docentes**, 2017. Ed. Mulheres, Ed. Copiart, Tribo da Ilha.

GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira da; COSTA, Patrícia Rosalba (Org.). **Tecendo redes em antropologia feminista e estudos de gênero**, Ed. Tribo da Ilha, 2022.

GROSSI, Miriam Pillar; SILVA, Simone Lira da; COSTA, Patrícia Rosalba (Org.) **Novas/Velhas violências contra a mulher no Brasil**. Acessível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/16179-49803-1-PB.pdf>

HEILBORN, Maria Luiza. De que gênero estamos falando? In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade** ano 1, n ° 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira. **Mulheres na ciência[livro eletrônico]:diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade** / Violeta Maria de Siqueira Holanda Anne-Sophie Marie Frédérique Gosselin (org.). – Fortaleza: EdUECE, 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática educadora. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fortes. 2013.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: Novas perspectivas**. 2022. HOOKS, Bell. Ensinando o pensamento crítico. 2022.

HOOKS, Bell. **Escrever além da Raça**, Ed. Elefante, 2022.

HOOKS, Bell. **Erguer a Voz**: pensar como feminista, pensar como negra, Ed. Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **A gente e da hora**. a: homens negros e masculinidade, Ed. Elefante, 2022.

IVO, Pedro. **Narrativas Afrobixas**, 2020. Ed. Appris, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes & ALVES, Hailey. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. UFRN: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Cronos, dossiê 8. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**, Ed. Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Homem e mulher uma Questão de Gênero**. Ministério Público Ceará. 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Mulher, valorize-se e conheça os seus direitos**. Ministério Público do Distrito Federal. 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Violência Política de Gênero**. 2020.

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. Ed. Jandaíra, 2021.

OYEWUMI, Oyerónké. **A invenção das mulheres**. Bazar do tempo. 2021.

POLLITT, Katha. **Pró-reivindicando o direito ao aborto**, Ed. Autonomia Literária, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. Ed. Zahar, 2022.

RIBEIRO, Rita. **O Brasil por Mulheres que fizeram História - 1822 a 1922**. 2022.

SCHOLASTIQUE MUKASONGA. **A mulher de pés descalços**. Tradução Marília Garcia. São Paulo: ed. Nós, 2017.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **Cadernos CES**, 18, 2012: 106-131. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical.

SIMPATIA, Tião. **A Lei Brasileira de Inclusão em Cordel**. 2021.

SIQUEIRA, Monalisa Dias. **Quem convida é a mulher**. Ed. Expressão Gráfica - 1ª edição, 2011.

SOUSA, **Instituto Cultural Mauricio de**.

TINA. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**- MJSP. 2023.

VERAS, **Claudia Fernandes**. **Sou filha da Lei - Uma história de Superação** - Autobiografia. 2021.

YOUSAFZAI, **Malala**. **Malala e o seu lápis mágico** . São Paulo: Editora SCHWARCZ S. A. 2019.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, 2001. Acessível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>

VÍDEO:

Video-documentário: **“A cor do Trabalho”** , uma realização da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre - Bahia) em parceria com o cineasta baiano Antônio Olavo. disponível noYouTube: <https://youtu.be/cAXWNSilbk?si=5wE-IEFgCGjzLWMg>

3 - Para ampliar:

Vamos abordar outros temas de interesse e ativismo dos Direitos Humanos das Mulheres e suas Comunidades.

LIVROS:

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir Quilombola - antirracismo, afeto e política de mulheres quilombolas**. Ed. Elefante, 2022.

ALEXANDRINO, Ronaldo. **A suposta homossexualidade**. Ed. Appris, 2021.

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor? narrativas de mulheres negras sobre maternidade**. Ed. Appris, 2021.

BIOLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. Ed. Boitempo, 2020.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**, Ed. Jandaíra – 4ª reimpressão, 2021.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**, Ed. Boitempo – 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Bem mais que ideias**. Ed. Boitempo – 1ª edição. 2022.

DEALDINA, Selma dos Santos. **Mulheres Quilombolas – Territórios de existências negras femininas**. Editora Jandaíra. 2020.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Ed. Dublinense, 2018.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos Mais e Menos Humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999.

FRANCO, Instituto Mariele. **HQ Marielle Franco** – Raízes. 2021.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GALERIA, Imagem Brasil; Mulheres, Sol para. **Caderno a Cidade dos seus desejos**. SECULTFOR, Prefeitura de Fortaleza. 2024.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HIRATA, Helena. **O Cuidado – teorias e práticas**. 2022. Ed. Boitempo – 1ª edição.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

LOVELACE, Amanda. **A princesa salva a si mesma neste livro**. Editora Leya. 2017.

LOVELACE, Amanda. **A bruxa não vai para a fogueira neste livro**. Editora Leya. 2018.

LOVELACE, Amanda. **Faça sua coroa de gelo brilhar**. Editora Leya. 2021.

MIRANDA, Ana. **Boca do Inferno**. Ed. Companhia das Letras – 6ª edição, 2019.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**, Ed. Jandaíra, 2020.

OLIVEIRA, Dayse; BARBOSA, Manoela; MOREIRA, Nubia (Org). **Insubmissão intelectual de mulheres negras nordestinas**. Salvador, BA. Rosa Luxemburgo, 2021.

PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. **Exu nas Escolas**: uma proposta Educacional Antirracista. Escola Cidadã Editora. 2021.

PEREZ, Carolina Criado. **A Mulher Invisível**: o viés dos dados em um mundo projetado para homens, 2022. Disponível: https://www.intrinseca.com.br/upload/livros/MulheresInvisiveis_corrigido.pdf

PORDEUS Jr., Ismael. Umbanda: **Ceará em transe**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019. Link de acesso: https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_P_EQUENO_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f0659881d9e4.pdf

SANTANA, Bianca (Org). **Vozes insurgentes de mulheres negras**. Mazza, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Ed. Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora. 2023.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: impactos do neo-pentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EdUSP, 2007.

Termos ambíguos do debate político atual: pequeno dicionário que você não sabia que existia Realização: Observatório de Sexualidade e Política (SPW) e Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UFRJ Coordenação: Sonia Corrêa Revisão: Claudio de Alencar Padua Ilustrações e capa: ISBN: 978-65- 87854-13-7 O Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), 2022. Link de acesso: <https://www.geledes.org.br/termos-ambiguos-do-debate-politico-atual-pequeno-dicionario-que-voce-nao-sabia-que-existia/>

VASALLO Brigitte. **O desafio poliamoroso**. Ed. Elefante, 2022.

VENTIMIGLIA, Rafael & MENEZES, Aline Beckmann. **LGBTFOBIA na escola possibilidades para o enfrentamento da violência**, Ed. Appris, 2020.

VIEIRA, Miriam Steffen, Categorias Jurídicas e Violência Sexual: uma negociação com múltiplos atores. Ed. da UFRGS, 2011.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Gênero e Dispositivos, Ed. Appris, 2018.

DOCUMENTÁRIOS:

Documentário “Justiça”. Direção: **Maria Augusta Ramos**. Brasil, 2004. “Crash”, EUA.

Video-Documentário **Intolerância Religiosa. A Ameaça à Paz**. Salvador. Realização: Casa Branca (Ilê Axé Iyá Nassô Obá), 2004.

O cuidado com a imagem e identidade visual do Clube de Leitura de Mulheres, também, foi uma preocupação, no sentido de garantir a representatividade plural das mulheres em imagens e uma mensagem de empoderamento feminino – “nunca me senti só porque estamos juntas”. Além do material gráfico produzido e divulgado no guia metodológico, foram realizadas algumas oficinas de arte-educação feminista, com grafite, com destaque de imagens vinculadas à implementação da prateleira Maria da Penha e do clube de leitura de mulheres, em ambientes estratégicos das escolas/universidade. Importante informar que a condução das oficinas de arte-educação feminista, foi realizada por uma das bolsistas de pós-graduação, Silmara Lanai, conforme descrição mais detalhada no capítulo “Arte-educação Feminista no contexto do Clube de Leitura de Mulheres no Ceará: relato de experiência”.

Segue abaixo, o registro da logomarca do clube de leitura de mulheres, e das imagens produzidas nas oficinas de

arte-educação feminista com grafite, em duas escolas contempladas com o projeto, como mostram as figuras 2, 3 e 4:

FIGURA 2: Logomarca do Clube de Leitura de Mulheres, 2025



FONTE: autoria de Ana Cássia Alves.

FIGURA 3: Pintura em grafite, escola Maria do Carmo – Acarape, 2024



FONTE: Autoria de Silmara Lanai.

FIGURA 4: Pintura em grafite, escola Flávio Ponte-Maracanaú, 2025



FONTE: arquivo da autora.

Recapitulando, foram implantados, no contexto do I Curso de Defensoras Populares no Ceará, um total de 33 clubes de leituras de mulheres nas escolas da rede pública de ensino, sendo 14 em Fortaleza (sendo 1 na Unilab); 14 no Cariri (sendo 1 escola municipal, 1 escola da PM); e 05 na região de Sobral, e realizados, em média, 4 encontros durante os meses de fevereiro a abril de 2025. Em alguns dos clubes formados nas escolas, há grandes expectativas de manutenção dos encontros, com o comprometimento de frequência de, pelo menos, 1 vez a cada mês.

Vale ressaltar que os clubes de leitura de mulheres, também, foram implantados, em alguns casos, em associações comunitárias, ONGs, espaços de projetos sociais, etc., extrapolando positivamente o alcance estabelecido para os clubes. Foram implantados sete Clubes de Leituras nas Comunidades, sendo quatro em Fortaleza e três em Sobral

(sendo 1 na biblioteca comunitária). Somando os Clubes de leitura nas escolas e comunitários, foram implantados 40 Clubes nos três núcleos do projeto, sendo 18 em Fortaleza, 14 no Cariri e 08 em Sobral.

A seguir, apresentamos a relação dos clubes de leitura de mulheres, destacando as escolhas das mulheres homenageadas nos respectivos grupos formados por escola/bairro/comunidade/cidade. Apresentamos, também, os nomes das líderes, mestras do notório saber, professoras, políticas, poetisas, mulheres vítimas de feminicídio, dentre outras; as importantes biografias das homenageadas; e a arte dos banners produzidos em cada clube. A arte do material gráfico dos clubes (logomarca e banners) foi produzida pela bolsista Ana Cássia Alves, como mostram os quadros 2 e 3:

RELAÇÃO DOS CLUBES DE LEITURA DE MULHERES - NÚCLEO FORTALEZA		
1	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Dona Maria D'Hora Maria José Paiva, nascida na Cidade de Caridade-CE, mudou-se para Fortaleza aos 16 anos, casou-se e, após o abandono do marido superou desafios com mãe solo ressignificando suas dores. Liderou a transformação de uma vila em sede comunitária, fundando a ABCR de Ipanema e o Instituto Maria da Hora IMH. É conhecida popularmente na comunidade por toda sua trajetória de luta e segue em memória suas lutas e feitos até os dias de hoje. Dona Maria D'Hora, presente! Escola/local Escola de Ensino Médio em Tempo Integral EEMTI PAULO FREIRE Bairro Henrique Jorge (Fortaleza)	

2	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Iara Lavelberg Iara Lavelberg foi uma psicóloga e professora brasileira, se destacou por sua militância contra a ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. Inicialmente engajada na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), posteriormente integrou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), uma das organizações de resistência armada ao regime Escola/local Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP PROF. CÉSAR CAMPELO Bairro Conjunto Ceará – (Fortaleza)	
3	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Heloísa Ferreira Lima Heloísa Ferreira Lima nasceu em 1930 e faleceu em 1987. Foi a fundadora da Associação Comunitária do Bairro da Serrinha e atuou como professora. Heloísa teve um papel crucial na educação da comunidade, sendo uma das responsáveis pela criação da escola EEFM Prof. Jáder Moreira de Carvalho, situada na rua que leva seu nome em homenagem Escola/local Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP LEONEL DE MOURA BRIZOLA Bairro Serrinha – (Fortaleza)	

4	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Natany Alves Sales Natany Alves Sales, 20 anos, natural de Quixeramobim, Ceará. Estudante do curso de Licenciatura em Química do IFCE. A jovem trabalhava em uma empresa de calçados e era integrante de uma igreja evangélica, também participava regularmente dos cultos e atividades religiosas. Natany foi sequestrada e violentamente assassinada em 16 de fevereiro de 2025	
	Escola/local Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP LEONEL DE MOURA BRIZOLA Bairro Serrinha – (Fortaleza)	
5	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Dandara dos Santos A travesti Dandara dos Santos morreu aos 42 anos, após ter sido espancada até a morte em Fortaleza. O crime aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2017, no Bairro Bom Jardim, e ganhou repercussão nas redes sociais após o compartilhamento do vídeo que mostra a travesti sendo agradecida por um grupo de homens no meio da rua	
	Escola/local Escola de Ensino Médio EEM SANTO AMARO Bairro Bom Jardim – (Fortaleza)	

6	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Thina Rodrigues Thina Rodrigues, era travesti, natural da cidade de Brejo Santo. Aos 17 anos se mudou para Fortaleza, foi expulsa de casa por familiares. Em 1988 nasceu a Thina militante, após ser presa com outras travestis que frequentam o Centro de Fortaleza. Antes mesmo de surgir a primeira associação LGBT na cidade, em 1989, Thina já havia se apropriado da imprensa para denunciar os preconceitos e a violência policial contra as travestis. Escola/local Escola de Ensino Fundamental e Médio EEFM PROFESSORA MARIA GONÇALVES Bairro Castelo - (Fortaleza)	
7	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Geisa Firmo Gonçalves Geisa Firmo Gonçalves, Fortalezaense, tinha 20 anos, era professora de artesanato em um Centro Comunitário na favela da Rocinha (RJ). Foi morta no dia 12 de junho de 2000, após ser alvo de quatro tiros, no sequestro do ônibus 174. Geisa morava há 1 ano no Rio com o marido e estava grávida de 2 meses Escola/local Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA JOSÉ WALTER Bairro José Walter - (Fortaleza)	

8	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Ana Luiza de Lima Ribeiro Ana Luiza de Lima Ribeiro é marisqueira. Fundou em 1999 a Sociedade Comunitária de Habitação Popular dos Pescadores da Costa Oeste – SCHPPCO. Atualmente é diretora da SCHPPCO e vem atuando na luta para garantir os direitos dos pescadores e fazendo a diferença no território do Pirambu. Escola/local Escola de Ensino Fundamental e Médio – EEFM Deputado Manoel Rodrigues Bairro Vicente Pinzón – (Fortaleza)	
9	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Maria Galdino Maria Galdino foi uma aguerrida liderança comunitária de Maracanaú, especialmente no trabalho junto às mulheres. Criou a Rádio Comunitária do Conjunto Timbó, além de creche e escola. Sua trajetória de lutas também foi marcada por seus dotes artísticos, sendo reconhecida na região como compositora e intérprete. Após o seu falecimento, foi homenageada em 2015 pela Prefeitura Municipal de Maracanaú, tendo seu nome dado a uma das principais avenidas do Conjunto Timbó Escola/local Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI PROFESSOR ANTÔNIO MARTINS FILHO Bairro Conjunto Jereissati (Maracanaú)	

10	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Tia Sinhá Maria de Jesus Rocha Moreira ("Tia Sinhá") nasceu na cidade de Uruoca-CE, em 1929, professora, fundadora da Associação de Mulheres do Alto da Bonança - AMAB, localizada na Pajuçara/Maracanau. Atuou na alfabetização de jovens e adultos do bairro e na garantia dos direitos das mulheres. Membro fundadora da Academia de Letras de Maracanau, publicou dois livros: <i>Este Feudo Cairá</i> e <i>Outros Contos</i>; e <i>Tia Sinhá</i>. Foi membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e o Conselho Municipal de Saúde de Maracanau (COMSAM) Escola/local Escola de Ensino Médio EEM PROF. FLÁVIO PONTE Bairro Pajuçara - (Maracanau)	
11	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube de Leitura Jaqueline Costa O Clube de Leitura Jaqueline Costa nasce como um espaço de encontro, reflexão e resistência, unindo literatura e luta por direitos. Jaqueline rompeu as barreiras impostas pelo racismo e fez da educação seu caminho de resistência. Mulher, preta, feminista, neta de Cassiana de Souza e filha de Maria Constantina da Silva e Costa, Jaqueline Costa é Doutora e Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Seu trabalho acadêmico e político está comprometido com a construção de uma literatura negra que valoriza a memória, a resistência e a justiça social Escola/local Escola de Ensino Médio EEM DOUTOR BRUNILLO JACÓ Bairro Conjunto Antonio Bonfim - (Redenção)	

12	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Cacique Pequena Maria de Lourdes da Conceição Alves, conhecida como Cacique Pequena, nascida em 25 de março de 1945, é cacique do povo Jenipapo-kanindé há 30 anos. É uma das primeiras caciques mulher indígena a ser líder de um povo no Brasil e na América Latina. Em 1980 iniciou sua luta como liderança indígena, já na década de 1990 iniciou seu cacicado buscando melhorias para seu povo e assim iniciou-se o processo de reconhecimento étnico com os outros povos indígenas no estado do Ceará. Em 2010, recebeu o título de guardiã da memória do povo Jenipapo-kanindé, em 2015 foi nomeada como mestra da cultura e em 2016 lançou o seu primeiro álbum, chamado “Beleza da Vida”. Cacique Pequena é sinônimo de sabedoria, perseverança e discernimento Escola/local Escola Indígena Jenipapo-Kanindé Lagoa Encantada - (Aquiraz)	
13	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Maria Brisamar Lima Bezerra Maria Brisamar Lima Bezerra, foi professora da escola Maria do Carmo Bezerra, pedagoga, desenvolveu um trabalho consolidado na educação, de valorização da docência, fomentando a formação de jovens mulheres, que hoje estão como professoras, gestoras e multiplicam esse legado Escola/local Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI MARIA DO CARMO BEZERRA Centro - (Acarape)	

14	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Mestra Maria do Socorro Maria do Socorro Fernandes Castro é mulher quilombola, da comunidade da Serra do Evangelista, no município de Baturité. É reconhecida pelo seu notório saber em medicina tradicional e lidera o Grupo de Dança de São Gonçalo em sua comunidade. Em 2018, foi reconhecida como Mestra dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares pela câmara municipal de Baturité. Em 2025, foi reconhecida como Mestra do notório saber pela Unilab	
	Escola/local UNILAB - (Acarape)	
15	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Rosa da Fonseca De professora a vereadora, Rosa da Fonseca passou pelos mais diversos movimentos da classe trabalhadora e estudantil, uma militante ferrenha da esquerda, atuou na luta estudantil contra a ditadura militar, foi presa e torturada. Em 1973, fundou o grupo Crítica Radical com outros militantes. Destacou-se na reorganização dos movimentos sociais e foi sindicalista, presidindo a CUT no Ceará, marcando a política brasileira	
	Escola/local Associação Santa Luzia da Paz- Bairro Barra do Ceará - (Fortaleza)	

16	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Maria do Carmo de Almeida Maria do Carmo Alves de Almeida, tem 50 anos, é natural de Jucás -Ce. Chegou na comunidade do João Paulo II em 1991. Há 19 anos trabalha com o Projeto Amigos com Amor, projeto voltado para pessoas com deficiência e idosos. Atualmente também está como presidenta da Associação das Mães Vigilantes do Jangurussu, e é representante da comunidade junto a Enel no projeto Luz Solidária Enel, onde cadastra as famílias para o recebimento de geladeiras gratuitas para a população do bairro	
	Escola/local Associação das mães vigilantes, do Jangurussu - Bairro Jangurussu - (Fortaleza)	
17	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Dandara dos Santos Dandara, uma mulher trans, moradora do Grande Bom Jardim, foi assassinada brutalmente e se tornou o rosto da luta contra LGBTfobia no Brasil. Hoje seu nome batiza o Projeto de Lei que considera o LGBTcídio como homicídio qualificado e o classifica como crime hediondo	
	Escola/local Instituto Esperança Garcia Bairro Barroso - (Fortaleza)	

18	Nome do clube/Biografia da homenageada	Arte
	Clube Cristina Poeta Cristina Santos é poeta e mãe de família. Nasceu no bairro Tabapuá, município de Caucaia-CE, e desde os 9 anos reside no Genibaú, periferia de Fortaleza. Militante do Movimento Popular, é contadora de histórias, palhaça, repentista e conselheira do Consea (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional) de Fortaleza. Foi também conselheira local de educação e saúde. Defensora da cultura popular e dos valores familiares, Cristina luta contra as desigualdades sociais que afligem seu bairro. Seu lema é: “Ser feliz”	
	Escola/local	
	COZINHA COMUNITÁRIA Bairro Pedras - (Fortaleza)	

RELAÇÃO DOS CLUBES DE LEITURA DE MULHERES - NÚCLEO CARIRI

1	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Profa. Zuleide Queiroz A professora Zuleide Queiroz é secretária de direitos humanos do Crato, Professora da URCA, feminista negra, sindicalista, do MNU, GRUNEC e da frente das mulheres do Cariri	
	Escola/local	
	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI WILSON GONÇALVES - (Crato)	

2	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Mara Guedes Mara Guedes, professora aposentada, militante feminista, ativista dos movimentos sociais e de mulheres, uma das fundadoras do Conselho da Mulher Cratense, e do fórum de mulheres da região do cariri. Atualmente é Coordenadora da Casa da Mulher Cearense do Cariri Escola/local Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP MARIA VIOLETA ARRANDES DE ALENCAR – (Crato)	
3	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Maria da Penha Maria da Penha é uma das mulheres vítimas de violência doméstica que sofreu bastante para ter sua integridade física, mental e seu bem maior, que é a sua vida, preservadas diante de tamanha brutalidade que viveu nas mãos do seu ex marido. Devido à negligência do estado brasileiro, ela precisou recorrer aos direitos humanos universais e internacionais. Devido sua luta ter sido tão emblemática surgiu então a Lei, que tem seu nome, para que práticas de violências contra as mulheres sejam punidas com maior rigor e responsabilidade. Escola/local Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP JOSÉ ALVES DE FIGUEIREDO (Crato)	

4	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Nisia Floresta Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, (Papari, 12 de outubro de 1810 — Rouen, França, 24 de abril de 1885) foi uma educadora, escritora e poetisa brasileira. Primeira na educação feminista no Brasil, com protagonismo nas letras, no jornalismo e nos movimentos sociais. Defensora de ideais abolicionistas, republicanos e principalmente feministas, posicionamentos inovadores na época, influenciou a prática educacional brasileira, rompendo limites do lugar social destinado à mulher Escola/local Escola de Ensino Médio - EEM TEODORICO TELES DE QUENTAL - (Crato)	
5	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Veronica Neuma Carvalho Veronica Neuma das Neves Carvalho é Bióloga, Fundadora do Grunec (Grupo de Valorização Negra do Cariri), Assistente Social, Educadora Social, Coordenadora da Escola de Saberes do Terreiro das Pretas, Ativista do movimento negro, trabalha na luta por uma educação antirracista. Escola/local Escola de Ensino Médio Profissional - EEEP MARIA VIOLATA ARRAES DE ALENCAR (Crato)	Clube implantado, mas sem finalização da arte.

6	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Dona Edite Edite Dias de Oliveira Silva é uma mestra da cultura popular brasileira, tesouro vivo da cultura do Estado do Ceará. Natural de Pernambuco, ela se estabeleceu no Crato, região do Cariri, desde 1969, buscando melhores condições de vida e fugindo da seca de sua terra natal	
	Escola/local Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI JUVÊNCIO BARRETO (Crato)	
7	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Luciana Lindenmeyer Luciana Lindenmeyer é mulher negra, mãe da Yasmim, assistente social, doutoranda em sociologia, servidora pública, ativista da Rede das Mulheres Negras do Ceará e pesquisadora nas pautas de equidade de gênero e raça e da luta antipacitista	
	Escola/local Escola de Ensino Médio EEM GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA (Juazeiro do Norte)	

8	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Tia Simoa Simoa foi uma das lideranças da Greve dos Jangadeiros, que paralisou o tráfego de pessoas no porto da antiga Praia do Peixe, em Fortaleza. A cearense foi peça decisiva para o processo de abolição pioneiro do Estado	
	Escola/local Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP PROFESSOR MOREIRA DE SOUSA – (Juazeiro do Norte)	
9	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Profa Silvany Inácio de Sousa Silvany foi assassinada aos 25 anos com um tiro no peito enquanto acompanhava a festa da padroeira do município no dia 19 de agosto de 2018. A morte da professora comoveu a cidade em 2018. Familiares e amigos realizaram ato em homenagem a Silvany, com participação de cerca de 300 pessoas. Por esse motivo, o grupo escolheu essa mulher para ser homenageada.	
	Escola/local Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA PROFA CÍCERA GERMANO (Juazeiro do Norte)	

10	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Mestra Margarida Maria Margarida da Conceição, Mulher negra periférica de olhos azuis, chamava atenção pela sua beleza. Fundou o seu primeiro grupo de reizado com o nome de santa Joana Darc, formado por mulheres. É reconhecida na tradição por todos mestres e mestras da região sendo a matriarca da cultura caririense. Mestra Margarida era referência da musicalidade entre mestres e mestras guardam nas suas memórias a sua voz e o jeito que ela cantava. Em 2017 foi fundado o guerreiro Santa Joana Darc em homenagem a mestra Margarida a qual ela não tinha mais condições de cantar e brincar. Mestra Margarida vivia na casa do idoso com seus 80 anos, não tinha mais condições para brincar. Morreu aos 86 anos no ano de 2025. A sua história e saberes é um tesouro da cultura de Juazeiro do Norte	Clube implantado, mas sem finalização da arte.
	Escola/local	
	Escola de Ensino Fundamental e Médio - EEFM CLOTILDE SARAIVA COELHO (Centro Socioeducativo) (Juazeiro do Norte)	

11	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Houve atividade, mas ainda não foi definida a homenagem	Clube implantado, mas sem finalização da arte.
	Escola/local COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR (Juazeiro do Norte)	
12	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Rita de Cássia Furtado Pereira Rita de Cássia Furtado Pereira foi uma professora, mãe e amiga dedicada. Atuou durante toda a sua vida como professora nas redes municipal e estadual da cidade de Aiuaba-CE, no distrito de Barra. Fiel ao que acreditava, sempre buscou fazer a diferença em sala de aula, e também fora dela. Deixou um legado importante, além de muitas saudades. A mulher homenageada foi uma professora muito importante para a comunidade, que infelizmente já faleceu	
	Escola/local Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI LEANDRO LOPES DE SOUSA – (Aiuaba)	
13	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Houve atividade, mas ainda não foi definida a homenagem	Clube implantado, mas sem finalização da arte.
	Escola/local Escola de Ensino Médio em Tempo Integral – EEMTI ALMIRO DA CRUZ (Barbalha)	

14	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Maria Nilza Pereira Maria Nilza Pereira foi lavadeira de roupas, mãe e avó! Criou os filhos com muitas lutas e sofrimento e dizia aos netos “só se muda de vida se estudar, vai querer colher algodão”. Assim, a neta lutou e hoje é professora!	
	Escola/local Escola Municipal EMEIF MARIA DAS DORES SAMPAIO (Barbalha)	

RELAÇÃO DOS CLUBES DE LEITURA DE MULHERES - NÚCLEO SOBRAL

1	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Auridéa Melo Aguiar Pereira Auridéa Melo Aguiar Pereira, nascida em Mucambo/CE, Professora especialista em História. É professora da educação básica da rede estadual de ensino há mais de 20 anos. Foi supervisora do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), acompanhando os alunos do curso de graduação em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Atualmente é professora do Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA Cecy Cialdini em Sobral e atua na articulação e na organização de projetos e eventos na proposta e na luta por uma escola antirracista.	
	Escola/local Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA PROFESSORA CECY CIALDINE (Sobral)	

2	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Marlucia dos Santos Gomes Marlucia dos Santos Gomes, esposa dedicada, mãe exemplar e filha amada. Por mais de 20 anos, ela tem sido a cozinheira apaixonada da escola Carmosina Ferreira Gomes, onde suas refeições não são apenas pratos, mas verdadeiras demonstrações de carinho e cuidado. Seus pratos recheiam não só o estômago, mas também o coração das crianças que têm a sorte de serem alimentadas por suas mãos habilidosas.	
	Escola/local Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI PROFESSORA CARMOSINA FERREIRA GOMES (Sobral)	
3	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Talita Quando garantimos direito a uma mulher, iniciamos o movimento da VIDA. O Clube de Leitura de Mulheres homenageia a jovem Maria Elailane do Nascimento. Talita era o nome que gostava de ser chamada. Que as mulheres permaneçam VIVAS	
	Escola/local Escola de Ensino Médio EEM RIBEIRO RAMOS (Sobral)	

4	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Kieza Fran Nascimento Kieza Fran Nascimento, nascida em Sobral, poeta, produtora cultural e <i>podcaster</i>. Cria da periferia, ajudou a fundar o movimento Slan no Ceará com o Coletivo Fora da Metrica. Idealizou festivais e a produção de periferia, projetos de formação para agentes culturais. Teve poesias publicadas, lançou dois filmes, um jogo e recebeu um prêmio e uma homenagem. E já passou na TV	
	Escola/local	
	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA ADALBERTO MENDES (Sobral)	 O cartão de homenagem para Kieza Fran Nascimento é de cor lilás. No topo, há uma foto circular de Kieza e o nome do clube 'PRATELEIRA Maria da Penha'. Abaixo, há uma seção 'Clube de Leitura de Mulheres' com uma foto circular de Kieza e o nome 'Kieza Fran Nascimento'. O texto principal descreve sua trajetória como poeta, produtora cultural e podcaster, destacando sua atuação no movimento Slan e no Coletivo Fora da Metrica. No rodapé, há uma seção 'Nossa trajetória em Sobral' e uma lista de parceiros institucionais, incluindo Autêntica, Jô, UNILAB, IMP, CEARÁ, ESDP, PRONACI e FIC.
5	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Bruna Gomes Frota Araújo Bruna Gomes Frota Araújo, Nascida em Sobral no dia 06 de setembro de 1982, filha de forquilhenses, mãe, esposa, empresária, entrou na política para buscar melhorias para seu município, hoje vice-prefeita. Trabalha em busca dos direitos das mulheres.	
	Escola/local	
	Escola de Ensino Médio Profissional – EEEP GERARDO JOSE DIAS DE LOIOLA (Forquilha)	 O cartão de homenagem para Bruna Gomes Frota Araújo é de cor lilás. No topo, há uma foto circular de Bruna e o nome do clube 'PRATELEIRA Maria da Penha'. Abaixo, há uma seção 'Clube de Leitura de Mulheres' com uma foto circular de Bruna e o nome 'Bruna Gomes Frota Araújo'. O texto principal descreve sua trajetória como mãe, esposa, empresária e política, destacando sua atuação na busca por melhorias para seu município e na defesa dos direitos das mulheres. No rodapé, há uma seção 'Nossa trajetória em Sobral' e uma lista de parceiros institucionais, incluindo Autêntica, Jô, UNILAB, IMP, CEARÁ, ESDP, PRONACI e FIC.

6	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Seu nome de batismo, mas é conhecida como tia Lila, Lila e Lili. Nascida em Viçosa do Ceará, mulher cisgênero, negra, feminista e Educadora Popular. Iniciou os trabalhos sociais no Grupo das Luízas de Marilac dedicada aos cuidados de pessoas idosas. Como professora atuou no Sindicato das Trabalhadoras/es da Educação SINDIUTE. Integrou o Conselho Indigenista Missionário - CIMI quando trabalhou junto aos povos indígenas do Acre. Em Viçosa fez parte da criação da primeira organização de defesa dos animais: AVIPA - Associação Viçosense de Proteção aos Animais. Foi cofundadora do Movimento Ibiapabano de Mulheres - MIM, a primeira e única organização feminista na região da Ibia.	
	Escola/local	
	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI IRMÃ LINS Viçosa do Ceará	
7	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Ana Soraia Galdino Ana Soraia Galdino, natural de Santana do Acaraú, residente no município de Sobral, onde era professora na Educação Infantil. Mãe, irmã, filha, foi vítima de violência doméstica, sendo assassinada na véspera de seu aniversário de 33 anos no dia 31/10/2011.	
	Escola/local	
	Comunidade Rua Das Dores (Sobral)	

8	Nome do Clube Biografia da Homenageada	Arte
	Clube Tia Nazaré Mulher negra e agricultora, tia Nazaré é reconhecida por sua bondade com outras pessoas. Analfabeta, mas de muita sabedoria e coragem, abriu mão de	
	Escola/local Comunidade Morgado (Massapê)	

6 CONCLUSÃO

Os clubes de leituras de mulheres nas escolas fortaleceram a política estadual de implantação das prateleiras “Maria da Penha”, ampliando seus objetivos, onde é possível debater conteúdos produzidos por mulheres, a importância da igualdade de gênero e suas interseccionalidades, a garantia de direitos, o combate ao racismo, diversidade e sexualidade, além da prevenção e combate à violência doméstica e familiar entre mulheres e meninas.

Ajudamos a ampliar o gosto pela leitura, a formação crítica e de consciência coletiva entre adolescentes, especialmente as meninas, e a importante parceria entre as lideranças comunitárias e as escolas de seus territórios. Ademais, a homenagem do clube, por meio da adoção do

nome de uma liderança comunitária de notório saber, preferencialmente local, valorizou as mulheres que sempre estiveram na defesa pelos direitos das mulheres (e de suas comunidades); fortaleceu os laços identitários locais; além de promover a aproximação entre a escola e a comunidade.

Por fim, reconhecemos que a proposta dos clubes de leituras de mulheres nas escolas e nas comunidades como Plano de Atuação Comunitária - PAC Popular - permitiu concretizar o objetivo maior do projeto I Curso de Defensoras Populares, qual seja, a formação de lideranças comunitárias MULHERES como multiplicadoras de conhecimentos hábeis, a identificação da violação a direitos e os meios de garantir o acesso à Justiça, de modo a, concretamente, fomentar a efetivação da cidadania ativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos III*. Brasília: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2010.

BRASIL. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.*

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2006.*

BRASIL. *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica*. Brasília, 2007/10, CIG 2007.

BRASIL. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

CORREIA, Mariza. A natureza imaginária do gênero da história da antropologia. IN: *Antropólogos & amp*; Antropologia. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003, p. 20-32.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. *Ensaio sobre identidade e gênero*. Salvador: Helvécia, 2003.

FRANCÉS, López Inma & TAPÍA, Pablo. Violencia machista en las aulas de las universidades. *Cuestiones Pedagógicas*, 27, 2018/2019, pp. 53-66.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

GONZALEZ, Maria José Jung. *A Mulher e o seu Direito*: panorama global dos Direitos Humanos da Mulher. Disponível

em: <<http://relacoesinternacionais.com.br/tag/relacoes-de-genero/>> Acesso em 17 de março de 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afrolatinoamericano*: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

GORCZEWSKI, Clovis; TAUCHEN, Gionara. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. *Educação*. Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. *Identidades de gênero e sexualidade*. Antropologia em primeira mão, Florianópolis, n.24, p.1-18, 1998. (versão revisada, 2010).

LAMAS, Marta (1996) “La Antropología feminista y la categoría género”. In: LAMAS, Marta (Comp) *El Género: la construcción cultural de la diferencia sexual*, Universidad Nacional Autónoma de México/Programa Universitario de Estudios de Género, México.

LOURO, *Guacira Lopes*. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOURO. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2010. Mapa da Violência. acesso: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>, Acesso em 17 de março de 2022.

MENDÉZ, Lourdes. Influencia de la teoria feminista sobre las ciencias sociales: una revision conceptual In: CAMPUS, A y MENDÉZ L (Ed) (1993). *Teoria Feminista*. Identidad, Género e Política, UPV.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres – Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de Dezembro de 1993*. Disponível em: file:///C:/Users/viole/Downloads/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Sobre%20A%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20Da%20Viol%C3%Aancia%20Contra%20As%20Mulheres.pdf Acesso em 17 de março de 2024.

ONTARIO HUMAN RIGHTS COMMISSION. *Gender identity and gender expression. Ontario*: Queens Printer, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiência de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*. vol. 11, no. 2, Jul/Dez, 2008, p. 263 – 274.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. In: *Horizontes Antropológicos*, n. 01, ano 01. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 11-36. 1995.

RUBIN, Gayle, *“The traffic in women: notes on the political economy of sex”* In: Rayna Reiter (org), *Toward an anthropology of women*. New York, Monthly View Press, 1975 (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: *Políticas do sexo*, São Paulo, Ubu, 2017).

SANTANA, M. A.; MULLER, M. L. R. Relações Raciais no cotidiano escolar: dizeres de diretoras de duas escolas municipais de Cuiabá. In: *COPENE – VII Congresso Brasileiro De Pesquisadores Negros*, 2012, Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis, v.7, p.3-232, 2012.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993.

5 ARTE-EDUCAÇÃO FEMINISTA NO CONTEXTO DO CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

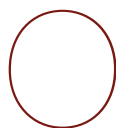
<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap5>

SILMARA LANAI

Mestra em Antropologia, pela Universidade Federal do Ceará, licenciada em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Bacharela Interdisciplinar em Humanidades.

E-mail: lanaisilmara@gmail.com

1 INTRODUÇÃO



capítulo tem por objetivo apresentar um relato de experiência da pesquisadora, com oficinas de arte-educação e intervenção artística visual de três murais realizados a partir do “Clube de Leitura de Mulheres” e a prateleira “Maria da Penha”. As intervenções aconteceram na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus Palmares (CE), na Escola de Ensino Médio e Tempo Integral “Maria do Carmo de Bezerra”, localizada na cidade de Acarape (CE), e na escola de Ensino Médio Professor “Flávio Ponte”, localizada na cidade de Maracanaú (CE).

O Clube de Leitura de Mulheres é uma ação de extensão do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG) Dandara, que objetiva propiciar a educação em Direitos Humanos e Gênero, por meio de aprendizagens dialógicas reflexivas que priorizem o universo femininos/feministas em obras literárias e científicas, como valorização e reconhecimento das produções intelectuais de mulheres nas diversas áreas do saber, da ciência e na literatura, como também, a pluralidade epistemológica das mulheres em sua diversidade.

Inicialmente, as experiências com pinturas e desenhos em paredes, decorreram mediante o engajamento acadêmico e político da pesquisadora com a temática de Gênero e Se-

xualidade, no Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades (NPGS) da UNILAB. O Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades “Aiê Ubuntu” foi inaugurado no Campus Palmares, em 2014, vinculado à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (NPGS/UNILAB). Foi através das ações de pesquisa, ensino e extensão do núcleo, que essa pesquisadora começou sua atuação em Feminismos, Políticas de Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos.

Além disso, a pesquisadora atuou como bolsista de graduação NGPS/UNILAB de 2014 a 2018. Esse período foi fundamental para seu desenvolvimento como pesquisadora, feminista e artista visual, pois desenvolveu os primeiros murais com interface de gênero e étnico-racial na universidade, que resultou no seu trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Sociologia e na publicação do artigo “Arte, gênero, movimento estudantil: experiências com ocupação e pintura de murais”¹. Assim, foram pintados murais na universidade como expressão de resistência às violências de gênero e, ainda, como forma de valorização e de visibilização da diversidade das mulheres na UNILAB – uma vez que os painéis elaborados retratam mulheres de diferentes etnias, estéticas, identidades, sexualidades, culturas e tradições.

Em 2019, ingressou no Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia, entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e continuou bolsista de pós-graduação do Núcleo de Políticas de Gênero Sexualidade, porém, o núcleo desvincula-se da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e passa atuar como Centro Interdisciplinar de Estudo de Gênero (CIEG Dandara), coordena-

¹ MACÊDO PEREIRA, F.; MOREIRA, S. Arte, gênero, movimento estudantil. In: *Co-nhecer: debate entre o público e o privado*, v. 9, n. 23, p. 180-197, 19 jun. 2019.

do pela Professora Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda², com o objetivo de dedicar-se aos estudos interdisciplinares das relações de gênero em interface com as relações étnico-raciais, nas relações sociais de construção das subjetividades, das identidades, das memórias, das produções literárias e artísticas, dos processos formativos, das práticas socioculturais e sociodiscursivas acerca das feminilidades e masculinidades, em uma perspectiva decolonial/pós colonial e intercultural, além de realizar atividades de intervenção na área de gênero e sexualidade dentro e fora da universidade.

A proposta das oficinas de arte-educação e intervenção artísticas de murais nas escolas e universidades, surgiu como um caminho para um deslocamento de propostas teóricas-metodológicas, que falem de vivências artísticas, sociais e culturais, de experiências de vida e trocas que atravessam os processos de criação. É um processo artístico que permite aprendizagens educativas significativas nos quais a artista, arte-educadora e pesquisadora une o que foi desligado pelo colonialismo que fragmentou: pensar-fazer, razão-sensibilidade, vida-ciência. Portanto, por meio dos murais, foi possível resgatar as expressões, sentidos e significados esquecidos, apagados e/ou silenciados dos papéis e das paredes/muros das escolas, universidades e da sociedade patriarcal e racista. Ao longo desse percurso criativo, surgiram inspirações nas histórias vividas das estudantes e das histórias lidas de artistas e escritoras feministas e, aos poucos, os murais abriram espaço para o reconhecimento das suas trajetórias e poéticas de vivências e saberes.

² Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo LA-CRI/USP e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará.

O dia da realização dos murais movimentou a escola. As estudantes passavam nos corredores ansiosas para ver as cores na parede. Essa ação, possibilitou modificar a rotina da escola e as paredes cinzas, sujas e descuidadas deram espaço para imagens coloridas e representativas de mulheres de pele escura e cabelos diversos, o que chamou atenção de muitas adolescentes que conseguiam se reconhecer na arte.

Enquanto a pintura surgia nas paredes das escolas, também era possível perceber os sorrisos nos rostos das/os estudantes e a curiosidade de permanecer até o final do processo. No intervalo das aulas, na merenda e no almoço, os/as estudantes sentaram próximo ao local da pintura para acompanhar cada pincelada na parede. Também foi possível ver a animação das servidoras, professoras e técnicas que a todo momento registravam com fotos. Em relação à composição feminista de nosso tema, foi tomado como inspiração as contribuições da educadora e intelectual feminista negra Bell Hooks (2013, 2015) – que intersecciona a produção acadêmica com às suas experiências pessoais de luta e resistência contra o machismo e o racismo. A perspectiva da escritora norte-americana, também, é a de sempre unir a teoria à prática, encontrando na pedagogia vivida a missão de agir sobre a transformação da realidade social (Hooks, 2015).

Nesse sentido, as intervenções artísticas do Clube de Leitura de Mulheres assumiram um objetivo comum – de transformar as mentes e (re)ocupar/ressignificar os espaços das instituições: por meio da arte mural e do ativismo feminista, em valorização da diversidade cultural, sexual, de gênero e étnico-racial, assim como das trajetórias e vivências de lutas de todas as mulheres que compõem as escolas e as universidades. Afinal, são todas elas, juntas – estu-

dantes, servidoras, técnicas e/ou docentes – que enredam a resistência contra as opressões e as explorações dos muitos machismos e racismos, além das demais violências físicas e simbólicas, que atravessam e estruturam o cotidiano de nossa sociedade

2 CONTEXTUALIZANDO: TRAJETÓRIAS E DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E A PRATELEIRA MARIA DA PENHA

Em 2024, a pesquisadora passou a atuar como bolsista de pós-graduação do “I Curso de Defensoras Populares”, uma parceria do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, por meio da Secretaria de Acesso à Justiça e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), da Defensoria Pública do Estado do Ceará, através da Escola Superior da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (ESDP); e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), por meio do projeto de extensão do Instituto de Humanidades (IH) e do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG Dandara), o qual lança a proposta dentro do curso do Clube de Leituras de Mulheres como Projeto de Atuação Comunitária (PAC), a partir dos conhecimentos mobilizados na formação e da própria inserção das mulheres lideranças na comunidade.

A Proposta do Clube de Leitura de Mulheres visa fortalecer a existência da prateleira “Maria da Penha” nas escolas públicas estaduais do estado do Ceará, através da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE), inauguradas no começo de 2024. O encontro com o “Clube de Leituras de Mulheres” objetiva propiciar a educação em Direitos Humanos e Gênero, por meio de aprendizagens dialógicas reflexivas que priorizem o universo femininos/feministas em

obras literárias e científicas como valorização e reconhecimento das produções intelectuais de mulheres nas diversas áreas do saber, da ciência e na literatura, como também, a pluralidade epistemológica das mulheres em sua diversidade. Aliado ao Clube de Leitura de mulheres, as oficinas de arte-educação e intervenções artísticas de murais, contribuem para o fortalecimento e o empoderamento das estudantes na universidade e nas escolas como reconhecimento e valorização das suas trajetórias de vida.

No que diz respeito à Educação, Gênero e Sexualidade, a educação exerce um papel importante quando se busca a valorização e o respeito à diversidade, fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar/combater toda ação e discurso de preconceitos, discriminações e violências. A escola se coloca como espaço fundamental para se promover o diálogo e reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças.

Em relação à discussão de gênero e diversidade, estão previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PN-DH)³, além de outras diretrizes nacionais e todas essas resoluções, orientam que é papel do poder público estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero com educação igualitária, não discriminatória e democrática.

Buscando disseminar essa reflexão nas escolas da rede estadual de ensino, a SEDUC/CE, por meio da equipe

³ Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. [Link: GOV.BR https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm]. Acesso em 02 de mai. 2025.

de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS), vem desenvolvendo, de forma transversal e interdisciplinar, um trabalho de sensibilização e formação de gestores(as), educadores(as) e estudantes, contribuindo para o respeito e a valorização da diversidade humana, sobretudo em suas relações de gênero e sexualidade, para a construção de uma educação igualitária, não discriminatória e democrática.

No Ceará, existe uma atuação pioneira no que tange às ações educacionais, que visam garantir e fortalecer a Lei Maria da Penha. A Lei N.º 16.044 de 28 de junho de 2016, que institui a Semana Maria da Penha na Rede Estadual de Ensino do Ceará e a Lei N.º 17.367, de 23 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha, no âmbito das escolas estaduais do estado do Ceará.

É bom lembrar que o pioneirismo do estado do Ceará deve-se à história e luta da Maria da Penha, mulher cearense que foi vítima de violência doméstica e se tornou símbolo da luta contra esse tipo de violência e deu nome à Lei N.º 11.340/2006, que criminaliza essa prática. O Instituto Maria da Penha está diretamente ligado à história de vida de Maria da Penha, que se tornou um símbolo de luta no combate à violência doméstica contra a mulher. A Lei N.º 11.340/2006 leva o nome de Maria da Penha como uma forma de reparação simbólica, depois de tantos anos de omissão do Estado brasileiro e de impunidade do seu agressor, de modo que representa o acesso à justiça e foi criada para garantir os direitos de milhares de mulheres vítimas de violência no País.

O Instituto Maria da Penha⁴ tem como objetivo contribuir para a aplicação integral da lei, bem como monito-

⁴ O IMP desenvolve diversos projetos que buscam gerar a reflexão e promover mudanças nas atitudes dos cidadãos no que diz respeito à violência doméstica praticada contra mulheres. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acessado em 02 de mai. 2025.

rar a execução e o desenvolvimento das melhores práticas e políticas públicas para o seu cumprimento, promovendo a construção de uma sociedade sem violência doméstica e familiar contra a mulher, desenvolvendo diversos projetos que buscam gerar a reflexão e promover mudanças nas atitudes dos cidadãos no que diz respeito à violência doméstica praticada contra mulheres.

3 ARTE-EDUCAÇÃO E O CLUBE DE LEITURA DE MULHERES

A partir da atuação profissional desta pesquisadora como agente cultural e arte-educadora nas comunidades e nas escolas públicas, fomentou-se um objetivo social por meio das oficinas de arte-educação, no sentido de ressignificar os espaços e combater o preconceito, discriminação e as desigualdades estruturais de gênero, sexualidade e étnico/raciais. Alinhada à sua formação acadêmica no CIEG Dandara, foi proposto na semana universitária de Humanidades da UNILAB, que aconteceu em agosto de 2024, uma intervenção artística no espaço físico da universidade, na parte exterior da sala do CIEG. Assim, uma forma política, sob a perspectiva da luta pela equidade de gênero, enfatizando a importância de valorizar e fortalecer politicamente as expressões artísticas feministas e transfeministas, em suas lutas e resistências, com vistas a alcançar maior justiça e igualdade social – em sentido contrário a todas as formas de opressões de gênero:

FIGURA 1: CIEG Dandara, UNILAB-CE

FONTE: Arte da autora, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Lanai, 2024.

A inspiração para esse processo criativo, foi a escrita da Grada Kilomba (2019), uma artista interdisciplinar que aborda o racismo através da arte visual, da linguagem e da compilação de episódios das narrativas autobiográficas de mulheres negras. Ela descreve o racismo como não apenas o ressurgimento de um passado colonial, mas também uma realidade traumática e atemporal. Durante a realização dessa pintura, estudantes brasileiras e internacionais, passavam para bater foto e para expressar sua felicidade com a imagem da mulher com cabelo colorido e afro na parede da universidade que, antes da pintura, era cinza, e o quanto a pintura dessa mulher traz significados para elas com seus cabelos crespos e com a cor da sua pele.

Depois da realização do mural, em novembro de 2024, foi realizada a inauguração do Clube de leitura de mulheres, na biblioteca da UNILAB, Campus Palmares (CE), que levou

o nome da Mestra Socorro do Evaristo⁵, liderança feminina quilombola e cearense, de grande importância para a luta e resistência e valorização da cultura da comunidade quilombola da Serra do Evaristo:

FIGURA 2: Prateleira Maria da Penha, UNILAB (CE)



FONTE: Fotografia da autora, prateleira Maria da Penha, UNILAB, Acarape-CE, 2024.

⁵ Maria do Socorro Fernandes Castro, nascida em 15 agosto de 1965, Dona Socorro nascida na comunidade quilombola Serra do Evaristo é filha dos agricultores Francisco Antônio Fernandes e Francisca da Silva Fernandes. Casada, mãe de três filhos, atualmente é professora aposentada da rede pública municipal de educação. É Mestra dos saberes populares reconhecida pela a Câmara Municipal de Baturité por seu trabalho de incentivo à cultura e aos saberes locais.

FIGURA 3: Mural EEMTI Maria do Carmo Bezerra



FONTE: Arte da autora, EEMTI Maria do Carmo Bezerra, Lanai, 2024.

A inspiração dessa arte veio do trabalho da Angela Davis (2016), que fala da interseccionalidade entre raça, classe e gênero, mostrando como estas categorias interagem para criar sistemas de opressão. Ela destaca como o racismo impede o movimento feminista de alcançar a igualdade plena e como as mulheres negras enfrentam desafios únicos, devido à sua interseccionalidade. Assim, foi fortalecido o *slogan* do Clube de Leitura de Mulheres, cuja frase é “Nunca me senti só porque estamos juntas”, o que significa que mesmo diante das desigualdades estruturais, as mulheres encontram força na luta social coletiva:

FIGURA 4: Continuação do Mural, EEMTI Maria do Carmo Bezerra



FONTE: Arte da autora, EEMTI Maria do Carmo Bezerra, Lanai, 2024.

FIGURA 5: Prateleira Maria da Penha, escola Maria do Carmo Bezerra.



FONTE: Fotografia da autora, EEMTI Maria do Carmo Bezerra, Acarape - CE, 2024.

FIGURA 6: Mural Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte.



FONTE: Arte da autora, Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte, Lanai, 2025.

A inspiração para essa arte, foi a homenageada Maria de Jesus Rocha Moreira, professora e fundadora da Associação de Mulheres do Alto da Bonaça (AMAB), localizada na Pajuçara, bairro da cidade de Maracanaú (CE). Ela foi uma liderança popular muito importante para o desenvolvimento do bairro, uma mulher do notório saber que atuou na alfabetização de jovens e adultos e na garantia dos direitos das mulheres. Ela foi uma das fundadoras da Academia de Letras de Maracanaú e publicou dois livros, quando já estava com a idade aproximadamente de 83 anos, intitulados de *Tia Sinhá* e *Feudo Cairá e Outros Contos*. Ela, também, foi membro Municipal dos Direitos da Mulher (CDMD) e do Conselho Municipal de Saúde de Maracanaú (COMSAM). Como forma de reconhecimento do seu trabalho, foi prestada esta homenagem em sua memória e colocar o nome do Clube de Leitura de Mulheres da escola em seu nome:

FIGURA 7: Prateleira Maria da Penha na Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte



FONTE: Fotografia da autora, prateleira Maria da Penha, Escola de Ensino Médio Professor Flávio Ponte, Maracanaú (CE) 2025.

4 CONCLUSÃO

Cabe pensar a educação e a escola como espaço de tensão e conflito, de cultura e alteridade, um espaço que precisa resgatar as experiências das pessoas, trazendo consigo as histórias de vida para compreender o que é vivido e como é vivido. Por meio das oficinas de arte-educação e intervenções artísticas, é possível transformar o espaço escolar, sobretudo, num espaço de aprendizagem que respeite e valorize as diversidades e, para isso, é preciso reconhecer e combater toda forma de preconceito e discriminação, principalmente, contra as mulheres.

As intervenções artísticas do Clube de Leitura de Mulheres estão em consonância com as produções feministas decoloniais para a reflexão sobre quais corpos eram auto-

rizados a pensar e a produzir ciência, ao mesmo tempo em que outros eram deslegitimados, silenciados e apagados não somente da História, mas também silenciados da sua própria experiência de vida.

Portanto, trata-se de resgatar, por meio da arte-educação, as expressões poéticas e representações femininas esquecidas, apagadas e/ou silenciadas pelo o sistema colonial patriarcal e racista, criando espaços materiais de visibilidades e reconhecimentos das histórias de vidas, principalmente, das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências*. [Link: GOV.BR https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm]. Acesso em 02 de mai. 2025.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática libertadora. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.16, p.193-210, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 mar. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

6 ESCRIVÊNCIAS DE UMA FORMAÇÃO: CARTAS DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap6>

SANDY KELLY SANTANA DE OLIVEIRA

Bacharela em Antropologia, Bacharela em Humanidades e graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Bolsista no I Curso de Defensoras Populares.

E-mail: sandykelly072@gmail.com

IANNAELI SOUSA DA SILVA

Graduanda em Licenciatura em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista no I Curso de Defensoras Populares.

E-mail: iannaelisousa@aluno.unilab.edu.br

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA ALVES

Bacharela em Humanidades, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista no I Curso de Defensoras Populares.

E-mail: mariasouza112alves@gmail.com

LARISSA AMORIM DO NASCIMENTO

Licenciada em História, Bacharela em Humanidades e Especialista em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Professora da Rede Estadual de ensino do Ceará. Bolsista no I Curso de Defensoras Populares.

E-mail: larissaamorimhistoria@gmail.com

SARAH LÍBIA DA MATA TEMOTEO PEREIRA

Bacharela em Humanidades e graduanda em Licenciatura em História na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista no I Curso de Defensoras Populares.

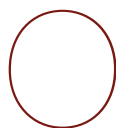
E-mail: sarinha_cherom@aluno.unilab.edu.br

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

Mestra Interdisciplinar em Humanidades, Licenciatura em Pedagogia, Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista no I Curso de Defensoras Populares.

E-mail: anacassia.alves@gmail.com

1 INTRODUÇÃO



presente artigo tem como objetivo refletir sobre os atravessamentos sociais das mulheres do I Curso de Defensoras Populares do Ceará, a partir das escritas delas, com base nas cartas de intenção apresentadas no processo de seleção, nas quais narram suas trajetórias de vida. A análise dessas cartas parte do entendimento de que escrever sobre a própria vida, especialmente quando se trata de mulheres pertencentes a um grupo marginalizado e em situação de vulnerabilidade social, torna-se um ato de resistência e afirmação política. Vale lembrar que o curso foi uma parceria com a Defensoria Pública do Estado do Ceará, através da ESDP e da UNILAB, por meio de projeto de extensão do Instituto de Humanidades (IH) e do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG DANDARA).

As mulheres pertencem a três grupos geográficos do Estado do Ceará. As regiões foram divididas em núcleos de Fortaleza, Cariri e Sobral. Ao todo, o curso alcançou mulheres de 16 cidades: Fortaleza, Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Redenção, Acarape, Sobral, Massapê, Viçosa do Ceará, Santana do Acaraú, Forquilha, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. O grupo se manifesta em sua diversidade territorial, de gênero, étnico-racial e religiosa. Mulheres negras (pardas e pretas), cis, transexuais e traves-

tis, mães, filhas, católicas, evangélicas e de terreiros de candomblé, quilombolas, indígenas, africanas, interioranas e periféricas compartilham experiências de violência e a luta por melhorias em suas comunidades.

Para o desenvolvimento desta escrita, o percurso metodológico adotado baseia-se em um estudo qualitativo, de caráter exploratório, tendo como objeto de análise as cartas escritas pelas lideranças, no momento da inscrição. Reconhece-se a interseccionalidade como ferramenta analítica e a escrevivência como metodologia de análise das experiências das mulheres.

Para a discussão teórica, parte-se de uma perspectiva interseccional, feminista negra, decolonial e popular, que reconhece as escrevivências das mulheres participantes do I Curso de Defensoras Populares do Ceará como práticas contra-hegemônica de produção de conhecimento. Fundamentado em autoras como Patrícia Hill Collins, bell hooks, Conceição Evaristo, Eliana Silva e o autor Paulo Freire, o estudo compreende que a escrita dessas mulheres — negras, periféricas, populares, indígenas, quilombola e LGBTQIAPN+ — emerge de experiências corporificadas de exclusão e resistência.

Suas narrativas, inscritas em cartas de intenção, articulam vivência e denúncia, subjetividade e práxis, memória e luta, constituindo saberes insurgentes que desafiam as hierarquias epistêmicas tradicionais e afirmam a potência política da escrita como gesto de transformação social. No tópico “Desvendando Narrativas”, nos dedicamos a explorar essas escrevivências, identificando as principais temáticas, estratégias de resistência e sentidos atribuídos pelas participantes às suas trajetórias de formação e luta.

As cartas de intenção, escritas pelas alunas do I Curso de Defensoras Populares, evidenciam a profundidade e a intensidade das vivências das líderes comunitárias que atuam

em áreas urbanas e rurais marginalizadas. Suas narrativas expressam os múltiplos atravessamentos sociais da violência estrutural que marcam suas trajetórias de vida. Ao visibilizar por escrito suas dores, potências e ações sociais, essas mulheres nos revelam que suas práticas não são apenas de sobrevivências, mas de resistência e construção ativa na busca de uma justiça social.

O resultado da análise das cartas demonstra que, ao se apropriarem das palavras escrita como ação política de anti-silenciamento, as Defensoras Populares não apenas denunciam as violações de direitos em seus territórios e em seus corpos, como também anunciam novas de justiça, pautadas na escuta e coletividade. Assim, o I Curso de Defensoras Populares não apenas formou defensoras no sentido teórico, mas no sentido prático, por meio do fortalecimento de práticas emancipadoras que já constituem seus cotidianos, contribuindo para a valorização dos saberes comunitários e para a construção de uma práxis política fundamentada na experiência e na transformação.

2 TECENDO REDES DE CONHECIMENTO: REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender as escrevivências das mulheres participantes do I Curso de Defensoras Populares do Ceará, parte-se de uma perspectiva interseccional e crítica, articulando os marcadores de gênero, raça, classe e território, como dimensões fundamentais da análise. Tal perspectiva reconhece que os marcadores sociais não operam de forma isolada, mas se entrelaçam, produzindo desigualdades específicas que impactam as experiências e resistências das mulheres negras, periféricas e populares.

Inspirado na perspectiva de Silvana Marinho (2018), a interseccionalidade, neste trabalho, é entendida como uma

ferramenta analítica, capaz de revelar a sobreposição de opressões que incidem sobre as mulheres negras, periféricas e diversas em sua identidade de gênero e sexualidade. Conforme destaca Marinho (2018), a simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo, estrutura as desigualdades sociais no Brasil, sendo as identidades de gênero profundamente atravessadas por essa engrenagem de dominação-exploração. A autora reforça que o patriarcado atua como força institucional capilarizada, que molda práticas e subjetividades, o que implica reconhecer que os corpos trans, as travestis e as mulheres negras, ocupam o centro das violências e exclusões, ao romperem com os binarismos de gênero e desestabilizam a ordem patriarcal.

Nesse mesmo horizonte crítico, Eliana Silva (2022) oferece uma importante contribuição, ao destacar as formas de resistência coletiva de mulheres negras nas periferias urbanas, em especial, na zona sul de São Paulo. A autora evidencia como o neoliberalismo, ao intensificar a precarização do trabalho e da vida, atinge de maneira mais profunda as mulheres pobres e negras, as quais, por sua vez, constroem estratégias de sobrevivência, redes de cuidado e organização política, a partir dos seus próprios territórios. Essas formas de luta, muitas vezes, desvinculadas das estruturas tradicionais como partidos e sindicatos, configuram um feminismo de base popular e periférico, que resiste à colonialidade do poder e à exclusão estrutural.

A escrita das cartas de intenção das Defensoras Populares deve ser entendida, nesse contexto, como um ato político e epistemológico, que assume a forma de escrevivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo e que articula vivência e escrita, a partir da experiência concreta de mulheres negras. Trata-se de narrativas que não apenas registram a dor e a luta, mas produzem conhecimento a partir

das margens, revelando os efeitos do racismo estrutural, da misoginia e das desigualdades sociais sobre os corpos e trajetórias dessas mulheres.

Desse modo, é importante reconhecer e abordar as experiências das mulheres não como casos isolados, mas como expressões de uma realidade histórica e coletiva, na qual a opressão se articula com a resistência. É a partir dessa perspectiva que o artigo se propõe a compreender o sentido político das escrevivências das Defensoras Populares como práticas de reinvenção de si, do território e da justiça.

Na perspectiva de Silva (2022), a experiência das mulheres negras nas periferias urbanas brasileiras, é atravessada por múltiplas formas de violência e precarização. No entanto, essas mulheres constroem alternativas políticas e coletivas nos territórios em que vivem. Para a autora, “mulheres negras e pobres constroem alternativas de luta, resistência e enfrentamento das desigualdades históricas que incidem sobre os territórios periféricos e sua vida cotidiana” (Silva, 2022, p. 1). Essa compreensão, se conecta diretamente às cartas analisadas, nas quais defensoras relatam a criação de redes comunitárias, projetos sociais, grupos de apoio e práticas cotidianas de solidariedade como ferramentas para o enfrentamento das opressões.

Ainda segundo Silva, “o território é refúgio importante para as famílias, lugar onde se constitui identidade, redes de solidariedade e encontro para superação das dificuldades da vida” (Silva, 2022, p. 9). Ao ocupar esse território, também, como espaço político, as mulheres tornam-se defensoras não por formação técnica apenas, mas por vivência, necessidade e ancestralidade. Suas escrevivências, revelam a práxis concreta de quem aprende e ensina a lutar, não apesar da dor, mas por causa dela.

A partir da leitura das escritivências das mulheres do curso, compreendemos que as narrativas pessoais são também narrativas políticas. Ao reivindicar o direito de contar suas histórias, essas mulheres inscrevem suas vidas nos espaços institucionais e propõem um novo modo de fazer justiça, um modo que nasce da escuta, da partilha e da construção de redes. São saberes que se constroem não apenas com a razão, mas com o corpo, com a dor e com a memória.

Essa perspectiva da escritivência, também, dialoga com as ideias de bell hooks (2013), que entende a escrita de mulheres negras como um ato complexo de resistência, cura e transformação. Para hooks, a escrita não se limita a um simples exercício de expressão, ela se constitui como um espaço de ruptura com a ordem dominante que, ao longo da história, silenciou e invisibilizou as vozes negras e femininas. É por meio da escrita que essas vozes emergem, resistem e reivindicam seus lugares na produção do saber e na narrativa social. Ao resignificar as margens, historicamente marcadas pela exclusão social, política e epistêmica, como territórios produtivos para a criação de novas formas de saber e práticas de liberdade, bell hooks desafia a centralidade dos discursos hegemônicos, à medida que também propõe uma insurgência que nasce das experiências concretas da opressão. A vista disto, narrar a própria experiência, neste sentido, desafia a lógica de silenciamento e subjugação imposta pelo racismo, sexismo e pela colonialidade do saber, criando oportunidade para que novos modos de existir e resistir sejam afirmados.

Ao se apropriarem da palavra escrita em suas cartas de intenção, as Defensoras Populares não apenas narram trajetórias pessoais, mas constroem, a partir delas, estratégias coletivas de resistência e emancipação. Suas escritivências tornam-se ferramentas vivas de reivindicação da

existência e de resignificação dos espaços sociais que, por tanto tempo, insistiram em silenciá-las. Como nos lembra Conceição Evaristo (2005), a escrevivência é mais do que o relato da dor, é um gesto político que mobiliza a memória coletiva e ancestral como força vital na luta por dignidade e pertencimento.

Dialogando com as ideias de hooks (2013) e Evaristo (2005), entendemos que o movimento de escrever cartas de intenção, representa uma prática contra-hegemônica de geração de conhecimento. Essa escrita, também, se insere no campo do que Paulo Freire (1987) denominou de “consciência crítica”, ao mobilizar a capacidade das lideranças populares de interpretar o mundo de forma reflexiva, reconhecer suas múltiplas dimensões e agir individualmente e/ou coletivamente para transformá-lo. Por meio da escrita, as mulheres não apenas denunciam as múltiplas violências que atravessam suas existências, como violência doméstica, sexual, ambiental, racial, LGBTQIA+fobia, etc, mas também dão visibilidade a projetos de transformação social, que emergem da experiência territorializada e comunitária.

É fundamental ressaltar que essa produção de conhecimento insurgente não se dá de maneira descolada da vida cotidiana, mas emerge diretamente dela. Como sublinha Patricia Hill Collins (2019), a epistemologia feminista negra valoriza saberes forjados na experiência vivida, na oralidade, na afetividade e na coletividade, desafiando as hierarquias tradicionais de produção do saber que privilegiam o conhecimento abstrato, “neutro” e eurocentrado. Os saberes que emergem das escrevivências das Defensoras Populares, constituem, portanto, uma práxis político-pedagógica que articula teoria e prática, razão e emoção, denúncia e anúncio de mundos possíveis.

Em síntese, o referencial teórico que fundamenta este estudo, ancora-se em uma perspectiva interseccional, feminista negra, decolonial e popular. Trata-se de apostar na potência dos saberes subalternos produzidos nas margens, nos corpos dissidentes e nos territórios historicamente negligenciados. Reconhecer as escrevivências como produção de conhecimento e resistência, é afirmar que a luta por justiça e emancipação, passa, necessariamente, pela escuta atenta das vozes que emergem do chão da vida, pela legitimação das narrativas que carregam a memória, a dor e a esperança inscritas nos corpos e trajetórias coletivas.

Nesse percurso teórico, reafirmamos a centralidade da escrita como prática de resistência e afirmação política, especialmente no contexto das mulheres negras, periféricas, indígenas, quilombolas e LGBTQIA+ que protagonizam este estudo. As escrevivências das Defensoras Populares, portanto, não apenas revelam trajetórias individuais marcadas pela violência e pela exclusão, mas também apontam para a construção coletiva de alternativas de vida, de redes de solidariedade e de práticas de justiça enraizadas nos territórios.

Ao compreendermos essas narrativas como saberes insurgentes, dialogamos com um projeto de educação popular, que reconhece e valoriza as epistemologias produzidas nas margens, em contraponto às formas tradicionais de conhecimento. É a partir dessa perspectiva, que se justifica a análise das cartas-intenção das participantes do I Curso de Defensoras Populares do Ceará, considerando-as como documentos políticos, que expressam tanto a denúncia das violações de direitos quanto o anúncio de novos modos de ser, viver e resistir.

3 ESCRIVÊNCIA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

A abordagem metodológica deste estudo qualitativo exploratório, fundamenta-se na análise das cartas de inscrição das Defensoras Populares. Para tanto, utiliza-se a escritvência como metodologia de análise, pois suas trajetórias expõem histórias pessoais de violência e exclusão, ao mesmo tempo em que evidenciam a criação de redes de apoio mútuo e práticas de justiça social.

O estudo ancora-se, também, na interseccionalidade, reconhecendo que esta é uma importante ferramenta analítica que “interconecta as diferentes relações de poder” (Paula, 2024, p. 04), que afetam indivíduos que possuem marcadores sociais de vulnerabilidade, os quais eram vistos anteriormente como naturais. Para Matheus de Paula (2024), a interseccionalidade conecta diversas formas de opressão, mostrando o que elas compartilham em comum e suas particularidades, possibilitando não somente identificar os “problemas” em comum, mas também a indagação para a superação.

O uso da escritvência como ferramenta metodológica, tem ganhado destaque no meio acadêmico, por reconhecer as experiências pessoais, individuais e coletivas como formas legítimas de produção de conhecimento, rompendo com a lógica da suposta imparcialidade que predomina nas abordagens tradicionais. Duarte e Nunes (2020) afirma que a escritvência emerge como um ato político de escrita, protagonizado por mulheres negras, com o propósito de romper com a imagem colonial do período escravocrata que, ao longo da história, submeteu seus corpos à violência e silenciou suas vozes. Assim, a escritvência é compreendida como uma forma de narrar experiências reais que, ao serem compartilhadas, se transformam em produção de co-

nhcimentos e reflexões críticas, principalmente experiências de mulheres negras.

Nesse sentido, o *corpus* do nosso ensaio é composto pela experiência individual e coletiva de mulheres das regiões de Fortaleza (Região Metropolitana e Maciço do Baturité), Cariri e Sobral, que narram suas trajetórias de vida e luta como lideranças comunitárias, com a intenção de participar do I Curso de Defensoras Populares. Neste estudo, foram selecionadas para a análise, as cartas das cem lideranças que passaram no processo seletivo e concluíram o curso. O critério de avaliação para o I Curso de Defensoras Populares, baseou-se na análise do perfil das mulheres inscritas, tendo como um dos elementos do processo seletivo a política de autoidentificação. Esse princípio, permite que as participantes expressem suas trajetórias, considerando as realidades vivenciadas ao longo de suas experiências, atuando como agentes de liderança comunitária, enquanto evidenciam seus territórios, as formas pelas quais enfrentam as violências, tornando-as potências em seus contextos e comunidades.

Ademais, além da autoidentificação como mulher negra, (preta ou parda), quilombola, cigana, indígena e mulher trans, o critério seletivo também focou em aspectos de perencimento, como mãe solo, mulher com deficiência (ou mãe ou cônjuge de pessoa com deficiência), chefes de família, estudante/ universitária e lésbicas. Mais ainda, focou na situação social dessas mulheres, que vivem em vulnerabilidade econômica e social, em situação de violência doméstica e familiar e em situação de rua.

Considerando esses critérios, a partir de um levantamento quantitativo, feito com as informações fornecidas no formulário de inscrição, foram identificadas a seguinte composição: quarenta e nove mulheres pretas e trinta e

duas pardas, totalizando oitenta e uma mulheres negras, sendo dez brancas, uma quilombola, uma cigana, cinco indígenas e sete mulheres trans. As mulheres quilombolas e trans também incluíram, em sua autoidentificação, o marcador racial.

Dentro deste grupo, encontram-se trinta e oito mulheres mães solo; dez lésbicas; quarenta e oito mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica; das quais, quatorze já sofreram violência doméstica, dez são mulheres com deficiência ou possuem familiares nessa condição, quarenta e sete exercem o papel de chefes de família e trinta e quatro são estudantes universitárias. Ademais, no formulário, constava o campo “Outro”, para que as mulheres pudessem incluir outras formas de pertencimento e situação social.

Além disso, algumas mulheres compartilham interseccionalidades semelhantes, considerando a autoidentificação, os múltiplos marcadores sociais e os critérios descritivos evidenciados anteriormente. Como resultado, em suas cartas, emergem questões que foram, e ainda são, vivenciadas por mais de uma liderança, tais como violências (sexual, física moral, psicológica, estrutural e o abuso infantil), racismo; transfobia; desigualdades estruturais; território; luta por direitos; maternidade negra; redes de solidariedade; reconhecimento e transformação da dor em ação coletiva.

Desse modo, as cartas foram lidas como fontes primárias de dados e, para além disso, suas trajetórias foram analisadas como fonte de conhecimento, crítica social e denúncia. A partir dessa leitura, foram selecionados alguns trechos que serão analisados posteriormente, com o objetivo de destacar relatos recorrentes na escrita de diferentes lideranças. A análise tem como foco a articulação entre experiência vivida e consciência crítica, destacando como

os testemunhos se transformam em discurso político e prática social. Assim, as narrativas foram analisadas de forma a evidenciar os impactos gerados na vida dessas mulheres e como suas dores se transformam em um movimento de luta e sororidade.

No que diz respeito aos cuidados éticos, visando garantir o sigilo da identidade das Defensoras Populares, uma vez que as cartas contêm relatos pessoais e experiências de vida, foram seguidas as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Assim, suprimiram-se informações que possam levar à identificação das autoras das cartas, sendo mencionados apenas o nome do núcleo (Defensora de Fortaleza; Defensora de Sobral ou Defensora de Cariri) ao qual pertence à liderança.

4 DESVENDANDO NARRATIVAS

As narrativas analisadas, foram escritas pelas lideranças comunitárias selecionadas para o I Curso de Defensoras Populares e revelam a intersecção das violências presentes em seus cotidianos, corpos e histórias, ao mesmo tempo que sinalizam estratégias de resistência, transformação, empoderamento feminino e luta comunitária.

As cartas são registros potentes da escrevivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo (2005), que expressa a fusão entre vida, corpo e palavra, denunciando e anunciando ao mesmo tempo. Trata-se de uma escrita encarnada, que carrega a dor, mas também a força de transformação. Nesses relatos, mulheres negras, trans, periféricas, quilombolas, indígenas e mães solo, narram violências cotidianas doméstica, institucional, racial e de gênero, mas também sinalizam práticas de cuidado coletivo, construção de redes e afirmação de identidades insurgentes.

A leitura das cartas das Defensoras Populares revela que suas trajetórias são profundamente atravessadas por múltiplas opressões. As violências vividas por essas mulheres, como a violência doméstica e o racismo, não operam de forma isolada, mas se articulam estruturalmente. Crenshaw (2002, p.177) define essa sobreposição de eixos como interseccionalidade estrutural, destacando que “ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos”, e alerta que as mulheres racializadas, estão posicionadas em um espaço onde o racismo, a classe e o gênero, se encontram e que, por isso, são atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. Essa metáfora, ajuda a visualizar o impacto cumulativo das opressões, que se manifesta nas barreiras enfrentadas cotidianamente pelas defensoras populares no acesso à educação, saúde, justiça e trabalho.

Esses relatos, quando analisados à luz das contribuições teóricas de autoras como bell hooks, Conceição Evaristo, Kimberlé Crenshaw, Silvana Marinho, Eliana Pereira Silva, Patricia Hill Collins e Paulo Freire, demonstram como a escrita se configura não apenas como um desabafo, mas como um gesto político e de denúncia.

Em suas narrativas potentes, é possível notar as múltiplas formas de opressão e, simultaneamente, os caminhos de resistência construídos a partir da vivência. Em um dos relatos, escrito por uma mulher trans, negra, do Núcleo Fortaleza, vemos que a trajetória é marcada pela exclusão educacional, transfobia e violência policial:

Aos meus 16 anos, fui embora pra São Paulo [...] Em São Paulo vivi 20 anos na prostituição. De estudo eu só tinha até quarta série. Na época, ou estudava ou trabalhava, e lá não tinha essa opção, até porque lá nós éramos mal vistas nas escolas e além do preconceito. [...] A Polícia vinha de noite e levavam a

gente pra transar, fazer de tudo, tudo mesmo, violência sexual, e devolia pra cela [...]. (Defensora Popular do Núcleo Fortaleza).

Ao narrar sua experiência, a defensora revela a precariedade das condições de vida e a ausência de alternativas educacionais e institucionais para travestis e mulheres trans. A impossibilidade de seguir nos estudos, devido à urgência da sobrevivência, é intensificada pela transfobia estrutural, que se manifesta tanto no ambiente escolar quanto nas abordagens policiais. A referência explícita à violência sexual cometida por policiais, expõe o caráter disciplinador da repressão sobre corpos dissidentes. No entanto, a narrativa não se encerra na dor, já que ela se transforma em denúncia e resistência, seguindo a lógica da escrevivência de Conceição Evaristo (2005). Portanto, esse saber, enraizado na experiência cotidiana, desafia o apagamento histórico.

Outra defensora, mulher negra, periférica, compartilha uma vivência enraizada no território, marcada pela luta de sua família em uma ocupação urbana:

Meu pai e minha mãe são lideranças no processo de ocupação do bairro [...] Até pouco tempo atrás [...] não havia esgoto, não havia coleta de lixo, as casas eram quase todas de taipa e lona, 90% dos barracos não tinham água encanada. Graças aos indignados organizados, essa realidade começou a mudar e melhorar. Por muitas vezes, meus pais e outros moradores foram na prefeitura e nas regionais cobrar seus direitos, inclusive indo a pé pois muitas vezes não possuíam sequer a passagem do ônibus. Essas ações começaram a dar corpo a uma organização comunitária maior, tendo a comunidade [...] conquistado asfaltamento, esgotamento, casas de tijolos, água encanada. Isso demonstrou que a comuni-

dade organizada consegue conquistar seus direitos.
(Defensora Popular do Núcleo Fortaleza).

Esse relato, descreve a luta por saneamento, moradia e mobilidade urbana, como parte de uma memória. A construção do território não é apenas geográfica, mas política, e emerge da ação coletiva diante da omissão histórica do Estado. A narrativa articula denúncia da violência estrutural com o anúncio de possibilidades de transformação social.

É no entrelaçamento de múltiplos marcadores sociais como gênero, raça, classe e território, que essas mulheres elaboram estratégias de reinvenção e resistência. A noção de interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (2002), torna-se fundamental para compreender como múltiplas formas de opressão se sobrepõem e se articulam na experiência de mulheres negras e periféricas.

Suas vivências, atravessadas por desigualdades estruturais, não se encerram na dor, mas se transformam em força política e ação coletiva. Como expressa a liderança, moradora de um dos bairros marginalizados de Fortaleza: “Como mãe solo de dois meninos e sobrevivente de violência doméstica, minha experiência não me silenciou, mas fortaleceu minha voz. Foi uma longa jornada de luta e superação [...]” (Defensora do Núcleo Fortaleza). A interseccionalidade, neste sentido, não se limita a uma categoria analítica abstrata, mas opera como uma lente potente para revelar os modos como essas mulheres ressignificam suas trajetórias e constroem práticas cotidianas de justiça social. A condição de maternidade e de negritude em contexto de vulnerabilidade, também é tema de outra carta:

[...] vivencio constantemente o racismo e a discriminação por participar de terreiro de umbanda, como também vivencio das dificuldades de ser mãe solo

Negra, com isso sei da necessidade de saber buscar os direitos que há muito tempo foram legados a nas mulheres pretas os locais predominantemente apostados por pessoas brancas. percebe com outro olhar como se faz necessário palavras de apoio e superações advindas de pessoas que passaram ou passam por situação parecida, que sofre diariamente preconceito pela cor da pele, por estar solteira com filho. consigo encontrar forças nos grupos de apoio compreenda a necessidade de mudar paradigmas em nossas crenças, com força, como luta, seios e desejos [...]. (Defensora Popular do Núcleo Cariri).

A fala traz à tona a intersecção entre racismo, misoginia e intolerância religiosa, que configuram formas complexas de exclusão social e simbólica. Ao nomear-se como mãe solo negra, a defensora denuncia a sobrecarga emocional e estrutural que recai sobre mulheres que vivem à margem dos modelos normativos de família. A valorização dos grupos de apoio reforça a importância da coletividade na reconstrução de subjetividades, transformando a vivência em consciência crítica e instrumento de enfrentamento das desigualdades.

Uma das participantes, relata o processo de reconhecimento da violência doméstica e como isso a levou à atuação em rede:

[...] a minha identificação com essa política para as mulheres veio de ter sido vítima de violência doméstica na época do meu casamento de 09 anos, onde eu era muito nova, nem sabia o que sofria, mas sofria muito, mas não sabia o que era. [...] Pra mim foi onde vi que podia ajudar outras mulheres de várias faixas etárias, pois sei o quanto é difícil pra uma

mulher denunciar dentro do seu contexto familiar.
(Defensora Popular do Núcleo Sobral).

Essa narrativa revela o papel transformador do reconhecimento e da partilha da dor. A sororidade, nesse contexto, emerge como estratégia política e não apenas afetiva. Como aponta bell hooks (2013, p.149), “quando criarmos esse espaço feminino onde pudermos valorizar a diferença e a complexidade, a irmandade feminina baseada na solidariedade política vai passar a existir”. Assim, a solidariedade entre mulheres, cria espaços de escuta e fortalecimento capazes de romper o isolamento e as estruturas patriarcais. Ao transformar sua vivência em suporte para outras mulheres, a defensora expressa um movimento de empoderamento coletivo, fundado na escuta ativa e na partilha de experiências.

Essas narrativas, oriundas de diferentes regiões do Ceará, compõem um mosaico de escrevivências que, ao mesmo tempo em que denunciam as violências estruturais, anunciam outras formas de existir, resistir e construir saberes a partir da margem. Elas não apenas contestam a exclusão histórica, mas também constituem epistemologias contra-hegemônica forjadas na luta cotidiana e na partilha da experiência.

5 CONCLUSÃO

Nosso estudo teve como objetivo refletir sobre os atravessamentos sociais das mulheres do I Curso de Defensoras Populares do Ceará, a partir das suas escrevivências. As violências atravessam a experiência de mulheres que estão em grupos marginalizados e em situação de vulnerabilidade. Estes marcadores, infelizmente, são históricos, sociais, culturais e políticos (Paula, 2024), além de enraizados no

sistema da colonialidade do poder. No entanto, podem ser desconstruídos, por meio da ressignificação das trajetórias e construção de práticas cotidianas de justiça social.

Compreendendo a abrangência de corpos que o estudo tenta contemplar, e sua diversidade de identidades de gênero (mulheres negras, brancas, pardas e pretas, cis, trans e travestis), étnico-racial, religiosa (católicas, evangélicas, de terreiros de candomblé) e de origem (quilombolas, indígenas, africanas, interioranas e periféricas), tendo estas mais de um marcador, gerando múltiplas opressões, realizamos um estudo crítico, a partir uma perspectiva interseccional, que considera o entrelaçamento dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e território na produção de desigualdades.

No entanto, como observado em “Desvendando Narrativas”, ao lermos as cartas de intenção para a seleção do curso Defensoras Populares, percebemos que, mais do que expor as violências sofridas, elas apresentam aspectos de ressignificação das opressões e resistência coletiva, por meio de estratégias de sobrevivência, redes de cuidado e organização política. Um exemplo disso, são as travestis e transexuais que participaram do curso. Embora suas trajetórias apresentem narrativas marcadas pelas violências, suas vidas foram sendo transformadas, a partir do acolhimento em projetos sociais que amparam a população LGBTQIAPN+.

Em todas as experiências narradas pelas mulheres pesquisadas, percebemos o papel da educação como ferramenta transformadora, configurando-se como movimento de afirmação e poder, para superar a transfobia. Assim, a educação tem como objetivo potencializar a atuação coletiva, constituindo-se como marco pedagógico de libertação, emancipação e construção de consciência política.

Fica evidenciado que as mulheres almejam uma transformação social a partir de seu protagonismo, embora não tenham benefício próprio, mas também em prol de toda a sua estrutura familiar e social. Mesmo àquelas com formação em nível superior e pós-graduação, não se afastam das lutas por melhorias sociais e coletivas, o que nos faz entender que o ingresso das mulheres no I Curso de Defensoras Populares tem como finalidade a superação das opressões sociais, culturais, políticas, religiosas, econômicas, de gênero, institucionais e seus diversos sistemas de opressão, seja no âmbito individual, familiar e/ou comunitário. Esse propósito dialoga diretamente com o objetivo do curso, que é promover o exercício da cidadania, na prática, tornando-as aptas a identificar violações de direitos e a intervir para a superação destas.

Talvez, sem reconhecer a dimensão das suas experiências, estas mulheres compartilharam conosco seus saberes, construídos a partir de vivências marcadas por resistências e potências. Ao escreverem suas cartas de intenção, elas não apenas apresentaram justificativas para participar do curso, mas registraram memórias, afetos, feridas e conquistas que se tornam, agora, fontes de conhecimento e de mobilização social.

Concluímos que o I Curso de Defensoras Populares representa uma experiência significativa de valorização dos saberes populares, de fortalecimento de lideranças femininas em territórios vulnerabilizados e de promoção de uma educação comprometida, crítica e engajada. As experiências dessas mulheres não apenas documentam as realidades que enfrentam, ensinam-nos sobre como o cotidiano, atravessado por desigualdades, também, pode ser espaço de criação de práticas emancipadoras, no sentido de abrir

caminhos para outras possibilidades de existência, baseadas na dignidade, no respeito e na equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam o uso de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/conseelho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>>. Acesso em: 01 maio de 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. São Paulo: Itáu Social; Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. *Revista Katálisis*, v. 21, n. 3, p. 602-610, 2018.

PAULA, Matheus Oliveira de. A interseccionalidade enquanto ferramenta analítica aplicada à interpretação da saúde: enfoque sobre as desigualdades em saúde à luz da diversidade e identidade. *Saúde Soc.* São Paulo, v.33, n.4, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/j7SnVBFL-CBBPgF6cQ5YSFTh/> Acesso em: 30 de abril de 2025.

SILVA, Eliana Pereira. Lutas e resistência de mulheres negras na periferia da zona sul de São Paulo. *Revista Goitacá*, v. 1, n. 2, p. 01-14, jul.-dez. 2022.

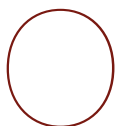
7 A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE DEFENSORAS POPULARES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA: DESAFIOS E APRENDIZAGENS

<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap7>

SORAYA VANINI TUPINAMBÁ

Graduada em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Ceará e Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC) e Mestrado em Gestão de Áreas Litorâneas pela Universidade de Cádiz – Espanha (2007). Ativista em Ecologia Política e Bolsista Pesquisadora da Fiocruz CE.
E-mail: sorayavanini@gmail.com

1 INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DO CURSO DE DEFENSORAS POPULARES E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL



Curso de Defensoras Populares, realizado em parceria entre a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE/CE) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi uma iniciativa voltada para a formação de lideranças comunitárias mulheres, capacitando-as como multiplicadoras de conhecimentos jurídicos e agentes de transformação social. Com duração de 12 meses, o curso teve como objetivo principal fortalecer o acesso à justiça, com ênfase na justiça ambiental, na equidade de gênero e na promoção da cidadania ativa.

O curso foi destinado a 100 mulheres das macrorregiões de Fortaleza, Cariri e Sobral. A formação priorizou participantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, incluindo mulheres negras, quilombolas, indígenas, ciganas, mães solas, LGBTQIAP+, em situação de violência doméstica ou com deficiência. A priorização dessas mulheres reconhece que são estas as mais impactadas por crises climáticas e exclusão jurídica. Além de abordar temas como violência de gênero, estrutura do Estado e direitos humanos, o curso integrou a perspectiva socioambiental de

maneira introdutória. Reconhecendo que essa abordagem, embora inovadora e relevante, foi insuficiente para abarcar plenamente as necessidades das participantes e suas realidades territoriais, preparando as defensoras para atuar na proteção de territórios, no enfrentamento a injustiças ambientais e na promoção de políticas públicas sustentáveis.

Considerando que se tratava de uma formação geral para defensoras populares – com um escopo amplo que abrangia direitos humanos, acesso à justiça e violência de gênero –, é compreensível que, inicialmente, não houvesse um diagnóstico aprofundado sobre as demandas socioambientais e climáticas específicas de cada participante. O curso não tinha como foco exclusivo a justiça ambiental e climática, mas capacitar mulheres para atuação comunitária em múltiplas dimensões de direitos.

Para conhecer melhor essa realidade, um formulário foi aplicado em seguimento à aula que tematizou questões socioambientais e climáticas no Ceará, permitindo mapear suas realidades, suas inserções comunitárias ou suas experiências territoriais prévias com conflitos socioambientais, a fim de permitir uma interpretação de suas realidades socioambientais e contribuir com formações subsequentes.

A iniciativa reforçou o compromisso da Defensoria Pública e da UNILAB com a democratização da justiça e a construção de uma sociedade mais igualitária, onde as mulheres se destacam como protagonistas na defesa de direitos. A realização da iniciativa do curso demonstra a importância de políticas públicas inclusivas e da formação crítica de lideranças, garantindo que o conhecimento jurídico chegue às populações mais vulneráveis promovendo justiça social.

2 DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL URBANA

2.1 DESAFIOS E ABORDAGENS PARA DEFENSORAS POPULARES

Observamos, entre as defensoras populares, a predominância de participantes da capital e de cidades médias (Crato, Juazeiro, Sobral) no curso, o que sugere a necessidade de articular as lutas por justiça ambiental com as demandas urbanas, tomando como referência o Direito à Cidade – em sua releitura crítica, por Raquel Rolnik (2015) – e a Justiça Ambiental (Acsehrad, 2004). Enquanto Lefebvre (1967) cunhou o conceito original, Rolnik atualiza o debate, ao mostrar como a financeirização do território e as políticas de austeridade, aprofundam segregações urbanas, especialmente para mulheres negras e periféricas. Essa perspectiva revela que as desigualdades socioespaciais exigem abordagens interseccionais, capazes de conectar gênero, raça e classe aos conflitos ambientais urbanos. Seguem os maiores desafios localizados pelas defensoras populares:

Mulheres e Territórios em Luta: direito à Cidade no Ceará: No Ceará, as desigualdades urbanas têm face e endereço: são as mulheres periféricas, mães solo, quilombolas, indígenas e trabalhadoras informais que enfrentam diariamente a falta de áreas verdes, saneamento precário e os impactos violentos de grandes projetos de infraestrutura. Enquanto a orla de Fortaleza se enche de luxo, elas seguem sem árvores, sem água limpa e sem voz nos processos de revitalização que as excluem. Justiça ambiental, aqui, começa com reparação: é garantir que essas mulheres decidam o futuro de seus territórios;

“A cidade que arde e alaga”: mulheres na linha de frente das Mudanças Climáticas: Nas quebradas onde o asfalto queima e os rios transbordam (vide Maranguapinho), são elas que seguram a casa alagada, cuidam das crianças com doenças respiratórias e improvisam soluções, quando o poder público desaparece ou se retarda. Ilhas de calor não são tendências — são corpos cansados sob telhas de zinco. A resiliência urbana que se necessita, vem das hortas comunitárias que brotam nos becos, da arborização popular e das cisternas construídas em mutirão e do transporte público acessível, que não as force a gastar horas em pé sob o sol;

Mulheres Catadoras e a Economia que Ninguém Vê: Enquanto o Ceará produz toneladas de lixo por dia, são as mulheres das cooperativas que transformam resíduos em renda — sem reconhecimento, sem equipamentos dignos, sob risco de intoxicação. A economia circular não será real até que elas tenham máquinas, capacitação e valorização justa pelo trabalho que sustenta famílias inteiras. A gestão de resíduos precisa ser feminista: com creches nas unidades de triagem, proteção contra violência nos lixões e políticas que escutem quem conhece cada embalagem descartada;

O Ar e a água que adoecem: Mulheres Contra a Poluição Negligenciada: Desde a NUFARM em Maracanaú, onde a indústria esbanja fumaça, ou nas favelas de Fortaleza e cidades médias, onde esgoto aberto corre junto com a chuva, são os corpos das mulheres que acumulam as consequências — câncer, infecções, partos prematuros. Elas sabem, saneamento é direito, não esmola. Exigem filtros para a água contaminada, postos de saúde que não as tratem como “exageradas” e fiscalização real contra as empresas que degradam seus rios, riachos, lagoas e açudes;

“Casa Nossa, Ameaça Deles”: Mulheres Enfrentando a Especulação Imobiliária: Do Lagamar ao Titanzinho, a especulação chega com promessas de “progresso” e termina com despejos, cercas e condomínios vazios. As mulheres lideram as ocupações, os abaixo-assinados, as correntes humanas contra as retroescavadeiras. Sua luta é clara: moradia digna não se negocia. Querem titulação coletiva, urbanização com participação popular;

“Não nos ensinaram a cuidar do que é nosso”: Educação Ambiental pelas mulheres da quebrada: Nas escolas das periferias, a educação ambiental ainda fala de ursos polares — enquanto as crianças não conhecem o cavalo caramelo do telhado do Rio Grande do Sul, vítimas irmãs das emergências climáticas, nem tão pouco sabem os nomes das plantas que resistem no seu quintal. As mulheres já fazem a diferença: nos terreiros e sambas de periferia, que denunciam o racismo ambiental, nas rodas de conversa sobre agroecologia nos becos, sobre direito à cidade e nos grafites que transformam muros de descaso em mapas da resistência e luta. Precisam de políticas que ecoem essas vozes, não as enquadrem em projetos de gabinete;

“Ninguém Decide Por Nós”: Mulheres Monitorando o Poder Público: Elas não esperam balanços de políticas públicas para agir: armam suas próprias denúncias, medem a qualidade da água com garrafas pet, filmam os caminhões de lixo que nunca passam. Constituem redes e grupos que demonstram que controle social real vem de baixo. O desafio é obrigar o Estado a ouvir — e a transformar suas reclamações em ações e políticas públicas;

Cidades feitas por elas, para todxs: Reimaginar o Ceará urbano, exige partir das mulheres que sustentam a vida nos territórios mais violentados. Seus conhecimentos sobre viver com dificuldades de acesso à água, plantar na seca, organizar creches no lixão, defender um córrego da especulação, são os fundamentos de qualquer política pública que queira ser justa. A cidade sustentável não virá de megaprojetos, mas das mãos das(os) que já a constroem, todos os dias, um lugar de dignidade e natureza no combate aos privilégios;

2.2 AS DEFENSORAS POPULARES E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS SENTIDOS

Aqui estão sistematizados os principais problemas ambientais em territórios urbanos, rurais e periféricos, classificados por grau de relevância e frequência pelas defensoras populares, como mostra o quadro seguinte:

1. Problemas Mais Importantes (Frequentes e Críticos): Questões cotidianas que impactam diretamente a saúde e a qualidade de vida, como saneamento básico precário, acúmulo de lixo, queimadas, alagamentos e poluição hídrica;

2. Problemas Moderados (Menos Frequentes, mas impactantes): Situações com efeitos em médio e longo prazo, incluindo desmatamento, poluição industrial, eventos climáticos extremos, especulação imobiliária e lacunas na educação ambiental;

3. Problemas Menos Citados (Específicos, porém relevantes): Demandas pontuais, como falta de áreas de lazer,

conflitos fundiários, ausência de políticas públicas setoriais e violências estruturais, que agravam vulnerabilidades sociais.

QUADRO 1: Hierarquização dos Conflitos Socioambientais: Impactos e Frequência em Territórios Vulneráveis

Análise dos principais problemas socioambientais			
Mais importantes (frequentemente e críticos)		"Moderados" (menos frequentes, mas com alto impacto)	
Falta de saneamento básico Esgoto a céu aberto, ausência de tratamento de água e fossas inadequadas. Acúmulo de lixo e descarte irregular Coleta ineficiente, descarte inadequado e resíduos em terrenos baldios. Queimadas Queima de lixo e vegetação, piorando a poluição do ar e problemas respiratórios. Inundações e alagamentos Falta de drenagem e lixo entupindo vias, causando alagamentos em chuvas. Poluição das águas Rios, lagoas e lençóis freáticos contaminados por esgoto e resíduos sólidos.		Desmatamento Perda de vegetação nativa em áreas urbanas e rurais, agravando mudanças climáticas e secas. Poluição industrial Contaminação do ar, ruídos excessivos e degradação visual próximos a zonas industriais. Mudanças climáticas Eventos extremos (enchentes, ondas de calor) danificando a infraestrutura urbana. Especulação imobiliária Invasão de áreas verdes e territórios tradicionais, causando deslocamentos e conflitos. Educação ambiental insuficiente Falta de programas contínuos para conscientização e práticas sustentáveis.	
Falta de lazer e espaços públicos Ausência de praças, parques e áreas de convivência comunitária adequadas. Conflitos territoriais Desapropriações forçadas de moradores para dar lugar a grandes empreendimentos e latifúndios. Falta de políticas públicas específicas Carência de programas direcionados para saúde, cultura e apoio a grupos vulneráveis. Violência e desigualdade social Abusos de autoridade e carências estruturais crônicas em comunidades periféricas.			

FONTE: autoria própria.

2.3 AS DEFENSORAS POPULARES E A LUTA CONTRA O RACISMO AMBIENTAL: CORPOS-TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA

Nas periferias do Ceará, nas principais cidades, e nos territórios rurais, as defensoras populares carregam no corpo os sinais dos conflitos socioambientais: são mulheres que, ao protegerem seus territórios, enfrentam não apenas a degradação ambiental, mas a violência estrutural do ra-

cismo ambiental, como afirma Vilma Reis¹, que denuncia como populações negras, indígenas e pobres, são sistematicamente expostas a riscos ambientais, enquanto elites usufruem de territórios saneados e arborizados. Nas palavras das próprias mulheres:

Desmatamento, uso indiscriminado de agrotóxicos, alta concentração de terras, águas do açude Jaburu muito usada para grandes plantações impactando na falta de água para as residências, chegada das eólicas, falta de políticas públicas para cuidar das nascentes. (Defensora Popular de Viçosa)

Alto grau de poluição atmosférica (por conta das fábricas do Distrito Industrial), contaminação dos lençóis freáticos, alto índice de animais em condição de abandono (doentes e vagando pelas ruas), alta densidade demográfica, alto grau de poluição sonora e visual, carências de políticas ambientais públicas consistentes e falta de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis. (Defensora Popular de Maracanaú)

É importante ressaltar que meu território é cortado pelo rio cocó. Além de ser um «conglomerado» de comunidades (periféricas as margens do rio e no entorno do antigo lixão do Jangurussu, são comunidades que em sua grande maioria não tem liderança comunitária e nem acesso à informação, é bastante comum nessas comunidades, pessoas analfabetas e sem analfabetas, pessoas que sobrevivem através da reciclagem de resíduos, prostituição e abandono

¹ Vilma Reis é socióloga, ativista negra, ex-ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia (2015-2019) e uma das principais referências no combate ao racismo ambiental e ao genocídio negro no Brasil. Uma referência acadêmica e da luta social fundamental para entender como as desigualdades raciais e ambientais se imbricam em nosso país.

por parte do poder público, já que falta saneamento básico, áreas de lazer e cultura e infraestrutura”. (Defensora Popular de Fortaleza)

Das defensoras populares em resposta ao formulário (108), 95 evidenciaram a lida com conflitos ambientais, enquanto 13 não tinham essa vivência. A sistematização das respostas destacadas, reflete uma ampla gama de problemáticas ambientais e sociais enfrentadas pelas respondentes, com ênfase em questões de racismo ambiental, injustiças sociais e degradação ambiental. Abaixo está a análise organizada por categorias principais:

2.3.1 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL SELETIVA: O MAPA RACIALIZADO DA DEGRADAÇÃO

Desmatamento e queimadas dirigidas: a remoção de vegetação atinge, prioritariamente, territórios de comunidades tradicionais e quilombolas, periferias urbanas e áreas miscigenadas. Enquanto bairros ricos têm parques preservados, queimadas no Jangurussu (CE) intoxicam famílias pobres com fumaça tóxica.

Poluição hídrica como segregação: rios como o Maranguapinho (CE) são poluídos justamente nos trechos que cortam comunidades periféricas, enquanto áreas nobres recebem projetos de “revitalização”.

Zonas de sacrifício industrial: Distrito Industrial e Complexos como o Pecém instalam-se próximos a comunidades e vilas de trabalhadores, contaminando seu ar e água com substâncias tóxicas, minério de ferro, metais pesados.

2.3.2 INFRAESTRUTURA DO ABANDONO: SANEAMENTO COMO MARCADOR DE DESIGUALDADE ESGOTO A CÉU ABERTO = VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: TERRITÓRIOS RACIALIZADOS (FAVELAS, ASSENTAMENTOS RURAIS) SOFREM COM VALÕES ABERTOS, ENQUANTO BAIRROS DA ELITE TÊM REDE TRATADA

Alagamentos relegados: a falta de drenagem em comunidades ribeirinhas e periféricas não é acidente, mas negligência recorrente. O lixo que entope córregos, é o mesmo que o poder público deixa de coletar.

Água como privilégio geográfico: no semiárido, comunidades tradicionais (como as sertanejas) sofrem com a seca, enquanto grandes fazendas têm poços profundos.

2.3.3 IMPACTOS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Doenças do apartheid ambiental: problemas respiratórios e de pele associados a queima de lixo e poluição industrial, são consequências diretas da degradação direcionada a territórios racializados.

Agravantes sociais na periferia: a precariedade da infraestrutura urbana (ruas sem asfalto, falta de creches, saneamento inadequado), impacta diretamente a saúde e o bem-estar, especialmente em comunidades negras e pobres.

2.3.4 CULTURAS TRADICIONAIS SOB AMEAÇA

Terreiro poluído, cultura ameaçada: comunidades de matriz africana têm seus rios sagrados contaminados por esgoto, enquanto projetos de «desenvolvimento» criminalizam seus rituais.

2.3.5 VIOLÊNCIA AMBIENTAL COMO CONTROLE TERRITORIAL

Incêndios criminosos para despejo: queimadas em ocupações urbanas mistas (como o Parque José Euclides) visam liberar terras para especulação.

Água privatizada, gente sedenta: poços industriais secam nascentes que abasteciam comunidades tradicionais miscigenadas no Cariri.

2.4 DENÚNCIAS AMBIENTAIS E DIFICULDADES DE ACESSO À JUSTIÇA

2.4.1 BAIXA TAXA DE EFETIVAÇÃO DE DENÚNCIAS FORMAIS

Apenas 33 defensoras populares responderam “sim” à pergunta sobre se efetivaram denúncias relativas à degradação socioambiental. O resultado indica que somente 30,5% do total (108 defensoras), haviam realizado alguma denúncia. Desde a perspectiva da justiça socioambiental, o resultado revela desafios no engajamento das participantes em questões ambientais em seus territórios. A minoria de defensoras populares que se mobiliza para denunciar a degradação socioambiental em seus territórios, geralmente, possui um perfil marcado por persistência, articulação comunitária e capacidade de usar ferramentas criativas para pressionar o poder público.

Essas mulheres, muitas vezes, em meio a adversidades, como a omissão de órgãos ambientais e a lentidão institucional, conseguem colher pequenas vitórias que fortalecem a resistência de suas comunidades. Por exemplo, em casos de queimadas, poluição do ar e esgoto a céu aberto, suas denúncias, feitas por meio de redes sociais, rádios comunitárias e até ações judiciais, geram visibilidade e, em

alguns casos, respostas pontuais, como a intervenção em terrenos abandonados ou a limpeza de canais após pressão coletiva. Embora, muitas vezes, não obtenham soluções definitivas, sua atuação impede o agravamento dos problemas e mantém viva a luta por justiça ambiental.

Além disso, essas defensoras conseguem efetivar mudanças por meio da organização direta, como a criação de hortas comunitárias em áreas degradadas ou mutirões para conter incêndios. Seus métodos combinam a cobrança institucional (via Ministério Público, Defensoria ou mídia) com ações práticas locais, demonstrando que a justiça socioambiental, muitas vezes, começa pela autonomia das comunidades. No entanto, os relatos também revelam um padrão de discriminação: problemas em bairros periféricos tendem a ser negligenciados, enquanto áreas nobres recebem respostas mais ágeis, o que reforça a necessidade de as defensoras atuarem não apenas como denunciante, mas como agentes de transformação estrutural, pressionando por políticas públicas mais equitativas:

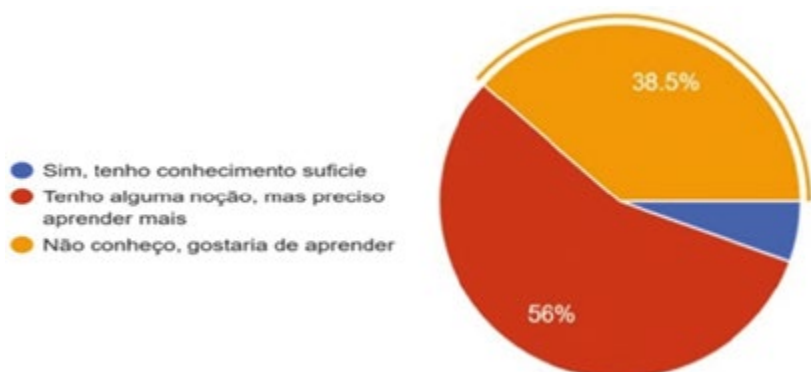
QUADRO 2: Dificuldades observadas diante da efetivação de denúncias na área socioambiental

Dificuldades para efetivar denúncias		
Falta de conhecimento sobre os órgãos competentes.	Burocracia, morosidade e ausência de respostas.	Medo de represálias e falta de apoio jurídico.

FONTE: autoria própria.

Foi possível observar que quase a metade das defensoras populares afirmam não ter um conhecimento adequado das etapas previstas e de como se faz uma denúncia ambiental, como ilustra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: Nível de Conhecimento das Defensoras Populares sobre as Etapas para Elaborar e Encaminhar Denúncias Ambientais

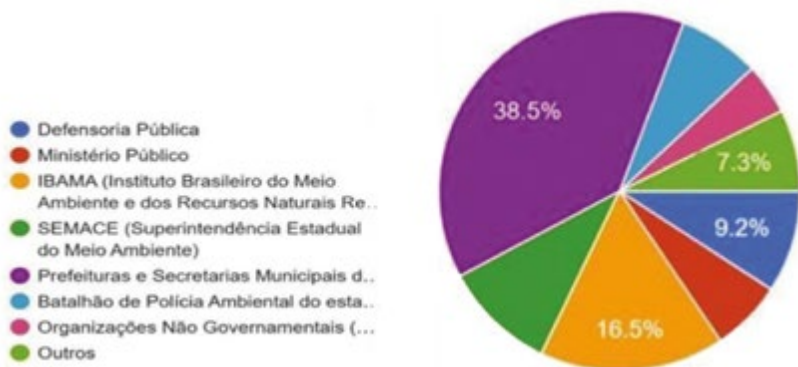


FONTE: autoria própria.

2.4.2 DIFICULDADES NO ACESSO AOS ÓRGÃOS DE JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE

O acesso aos órgãos de justiça e meio ambiente enfrenta uma série de obstáculos estruturais e burocráticos, que dificultam a efetivação de denúncias e a garantia de direitos socioambientais:

GRÁFICO 2: Órgãos acionados em denúncias ambientais: distribuição das respostas das defensoras



FONTE: autoria própria.

Os dados revelam que as prefeituras e secretarias municipais são os órgãos mais acionados por defensoras populares em denúncias ambientais (38,5%), destacando seu papel de maior proximidade dos conflitos socioambientais em territórios vulneráveis. Em seguida, aparecem o IBAMA (16,5%), enquanto órgãos especializados estaduais como a SEMACE tem menor representatividade, possivelmente, devido à burocracia ou dificuldade de acesso.

A baixa menção ao Ministério Público e a Polícia Ambiental, sugere lacunas na articulação com instituições fiscalizadoras ou desconhecimento sobre suas atribuições. Esses números, reforçam a necessidade de capacitação sobre os papéis de cada órgão e estratégias para simplificar denúncias, especialmente em casos que exigem ações urgentes, como poluição ou desmatamento.

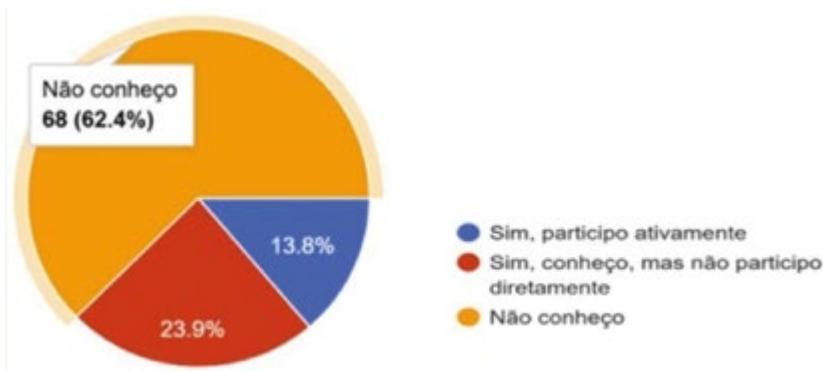
Como vimos, um dos principais desafios, é a falta de conhecimento da população sobre quais órgãos acionar, como formalizar denúncias e quais são seus direitos, agravada pela inexistência de divulgação clara sobre os fluxos de

atendimento. Além disso, a burocracia excessiva e a morosidade nos processos, desencorajam a busca por soluções, já que as demandas muitas vezes se perdem em trâmites complexos ou sequer recebem resposta.

A falta de transparência e a comunicação ineficaz entre órgãos e comunidades, também, contribuem para esse cenário, deixando os cidadãos sem saber como acompanhar suas demandas ou a quem recorrer. Essas barreiras, são ainda mais críticas em áreas periféricas e rurais, onde a distância geográfica, a ausência de canais de comunicação acessíveis e a falta de infraestrutura limitam o contato com as instituições responsáveis.

2.4.3 PARTICIPAÇÃO EM COLETIVOS E REDES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIOTERRITORIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

GRÁFICO 3: Grau de Conhecimento e Envolvimento das defensoras populares em Redes e Movimentos Sociais



FONTE: autoria própria.

Os dados revelam um cenário de baixo engajamento e conhecimento limitado sobre redes e movimentos que atuam na defesa de direitos socioterritoriais, ambientais e cli-

máticos. A maioria dos respondentes (62,4%), declarou não conhecer nenhum grupo ou articulação desse tipo. Entre os que demonstraram familiaridade, apenas 13,8% participam ativamente, enquanto 23,9% conhecem as iniciativas, mas não se envolvem diretamente. Esses números destacam uma desconexão significativa entre as comunidades e as organizações, que lutam por justiça socioambiental, sugerindo a necessidade de estratégias mais eficazes de divulgação, capacitação e inclusão para ampliar a participação popular nessas causas.

2.5 PRINCIPAIS DESAFIOS DOS GRUPOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA POR DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os grupos e movimentos que atuam na defesa dos direitos ambientais e climáticos, enfrentam desafios estruturais que limitam sua eficácia e alcance. Um dos maiores obstáculos, é a falta de informação e conscientização comunitária, marcada pelo desconhecimento dos direitos socioambientais, desinformação sobre impactos climáticos e a carência de educação ambiental, o que dificulta a mobilização popular.

Além disso, a escassez de recursos e apoio, como financiamento insuficiente, falta de respaldo político e institucional, e desigualdade no acesso a suporte jurídico, fragiliza suas ações, especialmente em territórios periféricos.

Outro desafio crítico, é a burocracia e a descontinuidade das políticas públicas, que impedem soluções ágeis e sustentáveis. O excesso de trâmites legais, a desarticulação entre diferentes esferas governamentais e a interrupção de projetos a cada mudança de governo desestimulam ações de longo prazo. Esses fatores combinados, criam um cenário de desproteção ambiental, onde comunidades vulneráveis

ficam ainda mais expostas a crises climáticas e injustiças socioambientais. Superar esses desafios, exige articulação intersetorial, democratização de informações e fortalecimento de políticas públicas permanentes, garantindo que a luta ambiental seja inclusiva e efetiva e, nesse sentido, as defensoras populares e iniciativas similares podem jogar um importante papel em buscar fortalecer a atuação dessas comunidades e grupos.

3 A POSSÍVEL POTENCIALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DE DEFENSORAS POPULARES NO TEMA SOCIOAMBIENTAL

Defensoras e defensores populares podem desempenhar um papel essencial no fortalecimento de grupos e movimentos socioambientais a partir da base, atuando como agentes de educação e articulação comunitária. Uma das principais estratégias, é a promoção de espaços de formação e conscientização, como rodas de conversa, oficinas e mutirões, para discutir direitos ambientais, políticas públicas e práticas sustentáveis (reciclagem, hortas comunitárias, economia de água, tecnologias sociais de saneamento, etc.).

Ao buscar compartilhar saberes tradicionais e técnicos, como agroecologia, permacultura e bioconstrução, entre outros. Essas agentes, ajudam a empoderar as comunidades, transformando conhecimento em ação concreta. Além disso, podem facilitar o acesso à informação, usando redes sociais e outras ferramentas de comunicação para divulgar causas ambientais e mobilizar pessoas, garantindo que as vozes periféricas sejam amplificadas.

Outro eixo fundamental, é o fortalecimento de redes e articulações locais, conectando comunidades a órgãos públicos, ONGs e especialistas. Defensoras populares podem

incidir em diálogos entre moradores e instituições, pressionando por respostas efetivas a problemas como poluição ou falta de saneamento. Apoiar a criação de projetos sustentáveis (mutirões de limpeza, campanhas educativas) e capacitar lideranças comunitárias em direito ambiental e mobilização social, são passos essenciais para garantir autonomia e continuidade das lutas. Por fim, ao participar de formações continuadas e trazer esse aprendizado para o território, essas agentes fortalecem a resistência organizada, transformando vulnerabilidades em potência coletiva para enfrentar injustiças socioambientais.

3.1 SUPERANDO DESAFIOS ESTRUTURAIS

Os obstáculos mapeados, como a baixa efetividade de denúncias (apenas 30,5 % formalizadas) e a seletividade institucional (38,5% das denúncias direcionadas a prefeituras) — demandam:

- i) **Simplificação de processos:** cartilhas ilustradas e plataformas digitais acessíveis para denúncias;
- ii) **Enfrentamento ao racismo ambiental:** incorporar o marco teórico do racismo ambiental para evidenciar como a degradação ambiental recai sobre corpos racializados, exigindo reparações territoriais;
- iii) **Fortalecimento de redes:** parcerias com movimentos como a Associação de base, grupos e articulações que já demonstram eficácia na pressão por políticas públicas;
- iv) **Capacitação contínua:** oficinas sobre justiça ambiental e ferramentas de denúncia e inclusão de temas urbanos (ex.: gestão de resíduos, mudanças climáticas);

- v) **Fortalecimento institucional:** parcerias entre Defensoria Pública, Ministério Público e organizações locais e Criação de núcleos especializados em conflitos ambientais;
- vi) **Estratégias de comunicação:** cartilhas, manual de direitos e materiais didáticos sobre direitos ambientais;
- vii) uso de redes sociais e rádios comunitárias para divulgação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Justiça Ambiental: Ação Coletiva e Estratégias Argumentativas*. (Análise sobre táticas de mobilização comunitária) 2009.

ALIER, Joan Martinez. *O Ecologismo dos Pobres: Conflitos Ambientais e Linguagens de Valoração*. (Aborda a economia política dos conflitos ambientais) 2007.

CARVALHO, Isabel C. M. *Educação Ambiental: A Formação do Sujeito Ecológico*. (Base para metodologias de formação comunitária). 2008.

REIS, Vilma. *Racismo Ambiental e Necropolítica: a luta das mulheres negras por Território*. (Contribuição crítica sobre interseccionalidade) 2020.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na Era das Finanças*. (Contextualiza a financeirização do espaço urbano) 2015.

8 CAMINHOS PEDAGÓGICOS DO I CURSO DE DEFENSORAS POPULARES A PARTIR DOS NÚCLEOS REGIONAIS: CONQUISTAS E RESULTADOS

<https://doi.org/10.47149/978-65-83910-54-7/cap8>

VERA REGINA RODRIGUES DA SILVA

Doutora em Antropologia Social pela USP – Universidade de São Paulo (USP); Mestra em antropologia social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Bacharel em Ciências Sociais pela UFRGS. Professora associada no Instituto de Humanidades da UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira UNILAB), vinculada ao Instituto de Humanidades.
E-mail: vera.rodrigues@unilab.edu.br

LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE

Pós-doutora em Sociologia (CIES-ISCTE-IUL), Doutora em Educação (UFC), Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UERN), graduada em Licenciatura em Ciências pela (UECE); Pós-graduação em gestão e avaliação da educação (UFJF). É docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculada ao Instituto de Humanidades.
E-mail: luma.andrade@unilab.edu.br

VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA

Pós-doutora em Antropologia pela Universidade de Sevilha (Espanha). Doutora em Ciências Sociais (UFRN); Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização na área de violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo LACRI/USP e Graduada em Ciências Sociais pela UFC. É docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculada ao Instituto de Humanidades. Líder do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero - CIEG DANDARA (CNPq/Unilab).
E-mail: violeta@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Esse capítulo tem por objetivo apresentar os caminhos pedagógicos no âmbito do I Curso de Defensoras Populares em seus respectivos núcleos regionais do Cariri, de Fortaleza e de Sobral. A partir das coordenações pedagógicas assumidas por Vera Rodrigues, na região do Cariri, Luma Andrade, na região de Fortaleza, e Violeta Holanda, na região de Sobral, apresentamos a seguir, as principais conquistas e resultados de nossas experiências de ensino e aprendizagens no interior e na capital cearense.

2 NÚCLEO CARIRI: AIUABA, CRATO, JUAZEIRO DO NORTE E BARBALHA

As principais etapas executadas no período, visando ao alcance dos objetivos do projeto na região do Cariri, foram: 1) acolhida inicial em 08 de junho de 2024; 2) “Políticas Afirmativas e Direitos Humanos” em 06 de julho de 2024; e 3) “Racismo e Lutas Antirracistas” em 19 de outubro de 2024.

FIGURA 1: Etapa 1: acolhida inicial em 08 de junho de 2024



FONTE: arquivo próprio.

Na etapa dedicada à acolhida às cursistas, foram trabalhados os objetivos e a metodologia do curso de formação, atentando para o contexto em que as defensoras populares estavam inseridas. No caso da região do Cariri, tinha-se em conta ser a realidade social marcada por uma significativa presença de população negra formada por pretos e pardos. Nosso quantitativo de cursistas selecionadas, foi de 30 (trinta) lideranças comunitárias. Em todo o estado, 64,7% da população se declara parda e 6,8% se declara preta. A cidade de Salitre, no Cariri, é aquela com a maior proporção de pessoas pretas no Ceará, com 14,7% da população. Por conta disso, foi possível perceber que as cursistas da região do Cariri formariam um perfil de lideranças comunitárias envolvidas com organizações negras, especialmente de mulheres negras. Essa percepção, se concretizou com a apresentação dessas mulheres, dentre elas algumas ligadas ao Grupo de Valorização Negra do Cariri e do Terreiro das Pretas (GRU-NEC), ambos espaços de protagonismo feminino e negro.

- **ETAPA 2: “POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS HUMANOS” EM 06 DE JULHO DE 2024**

A etapa seguinte, também composta por um encontro remoto, foi preparatória para o encontro presencial a ser realizado na região do Cariri, na cidade de Juazeiro do Norte. Nessa etapa, apresentamos o tema “Políticas afirmativas e Direitos Humanos”, sob a ótica da contribuição de intelectuais negras(os). Esse momento foi bem-vindo, por oferecer como parte da metodologia, o diálogo entre as demandas trazidas pelas cursistas dentro do tema proposto, tendo como resposta as análises acadêmica e jurídica. Foi assim que a defensora popular Janayna Leite, membra do Grunec, trouxe a seguinte demanda:

FIGURA 1: Apresentação do tema “Políticas afirmativas e Direitos Humanos”, de forma remota



FONTE: arquivo próprio.

Demanda da cursista Janayna Leite Silva/Cariri:
“baseada no estudo do texto norteador “Políticas de igual-

dade racial na realidade cearense” da Professora Zelma Madeira, do módulo Educação em Direitos Humanos e Políticas Afirmativas. A situação apresentada nesse momento, como ponto de referência para estudo de caso, dá-se no âmbito da violação da lei de cotas raciais para seleções e concursos públicos nos municípios cearenses, uma vez que existem documentos norteadores e leis Federal e Estadual que orientam os municípios para implementarem Lei de Cotas Raciais como Políticas de Ações Afirmativas. Indagamos se há instrumentos judiciais, quanto à ausência da execução das leis de cotas raciais, nas seleções e concursos públicos municipais. E quais são os procedimentos legais a serem tomados quando há possível violação do acesso às garantias de direito, promoção da igualdade racial nas políticas afirmativas?”

A demanda foi respondida no foco analítico das ações afirmativas no Brasil, contexto e principais referências teórico-políticas. Já no âmbito jurídico, o Defensor Público Leandro Sousa Bessa trouxe os encaminhamentos necessários no âmbito da Defensoria Pública do Ceará:

FIGURA 2: Defensor público Leandro Sousa Bessa



FONTE: arquivo próprio.

▪ **ETAPA 3: “RACISMO E LUTAS ANTIRRACISTAS” EM 19 DE OUTUBRO DE 2024**

FIGURA 3: Registro de encontro remoto e presencial



FONTE: arquivo próprio

No encontro presencial com o Núcleo Cariri, realizado na Casa da Mulher Cearense e transmitido *online* para os núcleos de Fortaleza e Sobral, compareceram 33 (trinta e três) defensoras populares, sendo 30 do núcleo Cariri e 03 do núcleo Fortaleza. Houve a abordagem contextual sobre a dinâmica das políticas de promoção da Igualdade racial na cidade em face de denúncias trazidas, principalmente, por mulheres negras. Na ocasião, também, foi solicitado a elas que respondessem duas questões:

1. Você conhece a rede antirracista de seu município?
Como ela é formada?
2. O que uma defensora popular pode fazer no enfrentamento ao racismo?

As respostas serão analisadas na questão seguinte, como parte dos resultados que envolvem também os PACs e os Clubes de Leitura na região.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS, DEIXANDO EVIDENTE O AVANÇO TEÓRICO, EXPERIMENTAL OU PRÁTICO OBTIDO PELO PROJETO

1 Exercício “Racismo e lutas antirracistas”:

- Rede de Mulheres Negras do Ceará
- Grunec – Grupo de Valorização Negra do Cariri
- Nepir – Núcleo Núcleo de Educação para Promoção da Igualdade Racial
- Defensoria Pública
- Coletivo Nzinga
- Casa da Mulher Caririense
- Conselho da Igualdade Racial
- Coletivo Camarada
- Ministério Público

A “Nuvem de palavras” acima, representa as principais organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais identificados pelas Defensoras Populares do Cariri como integrantes da rede antirracista regional. Dentre as citadas, cabe destacar que o Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), é uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada no ano de 2001 e atuante na luta antirracista. Desde sua formação desenvolve atividades, por exemplo, com comunidades quilombolas, objetivando o acesso a direitos culturais e territoriais.

No mesmo sentido, atua em parceria com movimentos sociais em prol de justiça social. A estrutura da organização

é formada por mulheres negras no exercício da liderança. É importante lembrar que o GRUNEC foi um dos poucos grupos dentro do Cariri a provocar a Defensoria Pública, também citada no escopo da rede antirracista, em uma audiência, ocorrida em 2018, durante o evento “Artfatos da Cultura Negra”, evento que acontece anualmente na Universidade Regional do Cariri para discutir políticas públicas para juventude, a fim de diminuir os impactos das políticas de segurança que naquele momento era uma política contra a juventude negra. Outra organização a destacar é o Núcleo de Educação para Promoção da Igualdade Racial (NEPIR), criado em 2023 pela prefeitura municipal de Juazeiro do Norte, para atender a demanda por um órgão de combate ao racismo, apesar de reconhecido em sua potencialidade, também é visto como deficiente no seu objetivo por não contar com estrutura física, equipe e orçamento condizentes com as necessidades locais.

Essa situação foi alvo de debate entre as Defensoras Populares como algo a ser encampado na ótica dos encaminhamentos do grupo, conforme expresso a seguir:

FIGURA 4: Acolhimento, apoio e diálogo com a vítima; Encaminhamento aos órgãos competentes; Lutar por políticas públicas de promoção da igualdade racial



FONTE: arquivo da autora.

A segunda nuvem de palavras expressa o entendimento das Defensoras Populares sobre os principais encaminhamentos que elas poderiam ter diante de um caso de racismo. A abordagem das Defensoras Populares em casos de racismo pode envolver várias estratégias, como:

1. Acolhimento e apoio emocional: oferecer um espaço seguro para que as vítimas compartilhem suas experiências e sentimentos;
2. Orientação e informação: fornecer informações sobre direitos, leis e recursos disponíveis para as vítimas;
3. Empoderamento: fortalecer a autoconfiança e a capacidade de ação das vítimas, incentivando-as a tomar decisões informadas;
4. Denúncia e ação coletiva: incentivar a denúncia formal dos casos e promover ações coletivas para combater o racismo;
5. Educação e conscientização: promover a educação antirracista e a conscientização sobre os impactos do racismo na sociedade;
6. Rede de apoio: construir uma rede de apoio e solidariedade entre as vítimas e outros membros da comunidade;
7. Parceria com instituições: trabalhar em parceria com instituições, como organizações não governamentais, movimentos sociais e órgãos públicos, para fortalecer a luta contra o racismo;

Segundo avaliado, essas estratégias podem variar dependendo do contexto e das necessidades específicas das vítimas e da comunidade.

3 PRODUÇÃO DE PROJETOS DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA (PAC POPULAR)

As Defensoras Populares têm um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos das mulheres, incluindo as mulheres trans. Nesse sentido, vale destacar os seguintes pontos trazidos por elas como base para uma atuação comunitária:

Defendendo a Saúde e a Vida das Mulheres Trans: as Defensoras Populares estão comprometidas em proteger e promover os direitos das mulheres trans, que enfrentam uma realidade marcada pela violência, discriminação e exclusão. Nossa atuação comunitária visa garantir o acesso à saúde, educação e segurança para essas mulheres;

Prevenção à Violência contra a Mulher: a violência contra a mulher é um problema grave e complexo, que afeta não apenas as mulheres cis, mas também as mulheres trans. As Defensoras Populares trabalham para prevenir a violência contra a mulher por meio da educação e conscientização nas escolas, comunidades e espaços públicos;

Educação nas Escolas: a educação é fundamental para prevenir a violência contra a mulher e promover a igualdade de gênero. As Defensoras Populares desenvolvem programas de educação nas escolas que abordam temas como:

- Respeito e igualdade de gênero;
- Prevenção à violência contra a mulher;
- Saúde e direitos sexuais e reprodutivos;
- Diversidade e inclusão.

Além disso, as Defensoras Populares também desenvolveram ações comunitárias para:

- Oferecer apoio e orientação às mulheres trans que sofrem violência;
- Promover a conscientização sobre os direitos das mulheres trans;
- Trabalhar com organizações e movimentos sociais para fortalecer a luta contra a violência contra a mulher. Outro ponto necessário é que a saúde da mulher é um direito fundamental que deve ser garantido para todas as mulheres, incluindo as mulheres trans. As Defensoras Populares trabalham para:
- Garantir o acesso à saúde integral para as mulheres trans;
- Promover a conscientização sobre a saúde das mulheres trans;
- Trabalhar com profissionais de saúde para garantir a atenção adequada às mulheres trans.

Diante do exposto, foram desenvolvidos os seguintes Planos de atuação comunitária, como mostram as figuras abaixo:

FIGURA 4: Defensora popular Núcleo Cariri



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 5: Roda de conversa

FONTE: arquivo da autora

FIGURA 6: Comunidade Vila Gregório e Sítio São Vicente, Crato (CE)

FONTE: arquivo da autora

FIGURA 7: Roda de conversa Saúde da mulher

FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 8: Roda de conversa

FONTE: arquivo da autora

FIGURA 9: Defensora popular Janaina Lima Braz – Núcleo Cariri



FONTE: arquivo da autora

FIGURA 10: Palestra Enfrentamento e combate a violência contra a mulher



FONTE: arquivo da autora.

4 CLUBES DE LEITURA NO CARIRI

As Defensoras Populares do Cariri realizaram 13 clubes de leitura nas escolas municipais do Cariri. Os clubes de leitura são uma ótima maneira de promover a leitura e a discussão de temas importantes entre os jovens. Aqui, estão algumas possíveis discussões que podem ter ocorrido nos clubes de leitura:

- Análise de livros que abordam temas como direitos humanos, igualdade de gênero, racismo e outros assuntos relevantes para a comunidade;
- Discussões sobre como os temas abordados nos livros se relacionam com a realidade local e como podem ser aplicados na vida cotidiana;
- Desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas nos jovens participantes.

Os clubes de leitura sobre feminismo e/ou a luta das mulheres, bem como o enfrentamento ao racismo, buscam promover a conscientização e a discussão sobre esses temas importantes. Aqui, estão possíveis discussões inseridas nessa proposta:

- A luta das mulheres negras e periféricas;
- A interseccionalidade entre gênero, raça e classe;
- A resistência e o empoderamento das mulheres;
- A crítica ao patriarcado e ao racismo;
- Discussões sobre como os temas abordados nos livros se relacionam com a realidade local e como podem ser aplicados na vida cotidiana;
- Desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas nos jovens participantes.

No escopo desses temas, foram trabalhados livros como *O Feminismo é para Todo Mundo*, de bell hooks e *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis. Abaixo, seguem os registros dos 13 clubes de leitura realizados:

FIGURA 11: Edineia Ferreira e Jhully Carla de Souza; Pietra Valentim Brito Souza; Tarciana Cardoso de Sousa e Cícera Cícélia Freitas Lopes



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 12: Ana Lídia Pereira Borges, Francisca Clarice Pereira da Silva Leite e Fátima Mirian Lima Diniz; Maria de Fátima Silva e Sandra Margareth Silva Gomes



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 13: homenageadas: as Marias mulheres com trajetórias de vida que vivenciam fragilidades com garra, força, coragem e determinação, enfrentam situações e desafios com bravura



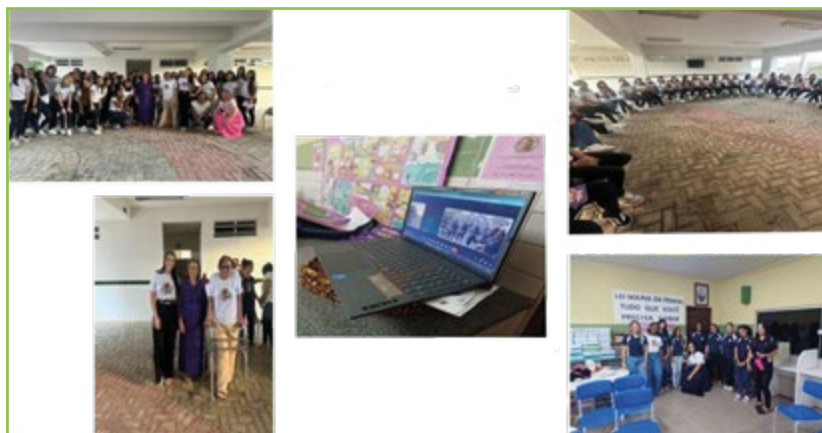
FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 14: Ana Karolina Teixeira Alves e Oneide Maria Coelho Costa



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 15: Ana Rosane Simplicio de Souza e Carla Karoline Barbosa dos Santos; Nágila Batista Coelho



FONTE: arquivo da autora

FIGURA 16: Defensora popular Nágila Batista Coelho



FONTE: arquivo da autora

FIGURA 17: Homenageada, Profa. Silvany Inácio de Souza



FONTE: arquivo da autora

FIGURA 18: Defensoras populares Maria do Rosário Domingos de Sousa e Vitória Régia das Neves Carvalho



FONTE: arquivo da autora

FIGURA 19: Homenageada Verônica Neuma das Neves
Carvalho



FONTE: arquivo da autora

FIGURA 20: Joice Maria de Souza Ferreira



FONTE: arquivo da autora

FIGURA 21: Janayna Leite Silva e Francisca Alves da Silva – Homenageada: Dona Edite



HOMENAGEADA

Dona Edite, cujo nome completo é Edite Dias de Oliveira Silva, é uma mestra da cultura popular brasileira reconhecida como Tesouro Vivo da Cultura do Estado do Ceará. Natural de Pernambuco, ela se estabeleceu no Crato, na região do Cariri cearense, em 1969, buscando melhores condições de vida diante das dificuldades causadas pela seca em sua terra natal.

Em 1979, Dona Edite fundou o grupo “Mulheres do Coco da Batateira”, composto por agricultoras locais. O grupo teve origem em uma sala de aula do antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), onde Dona Edite atuava como monitora. As toadas de grupo são inspiradas nas experiências de vida das integrantes como agricultoras e nas sonoridades que as acompanhavam na roça.

Dona Edite foi reconhecida oficialmente como Mestre da Cultura pela Secretaria da Cultura do Ceará (Secult) e recebeu o título de Notório Saber pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), ambos reconhecimento à sua dedicação à tradição do coco de roça. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a preservação e transmissão da cultura popular.

FONTE: arquivo da autora

FIGURA 22: Bianca Silva Holanda

FONTE: arquivo da autora

FIGURA 23: Maria Aparecida Oliveira do Nascimento e Suelen Doroth Cavalcante Sobral.

FONTE: arquivo da autora

5 ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PAC POPULAR (EVENTO COMUNITÁRIO) /CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS DO CARIRI

PAC Popular - Evento comunitário			
Nome do evento comunitário	Enfrentamento e combate a violência contra a mulher.	Enfrentamento e combate a violência contra a mulher.	Enfrentamento e combate a violência contra a mulher.
Lideranças responsáveis	Janaina Lima Braz	Janaina Lima Braz	Janaina Lima Braz
Município	Crato	Crato	Crato
Associação	ESCOLA: ANTONIO ANTUERPIO GONZAGA DE MELO	ESCOLA: ANTONIO ANTUERPIO GONZAGA DE MELO	ESCOLA: ANTONIO ANTUERPIO GONZAGA DE MELO
Nº Encontros realizados	01	01	01
Nº pessoas envolvidas	50	50	50
Observações qualitativas sobre o resultado da ação	Aumento da conscientização; mudança de comportamento; fortalecimento da rede de apoio.	Aumento da conscientização; mudança de comportamento; fortalecimento da rede de apoio.	Aumento da conscientização; mudança de comportamento; fortalecimento da rede de apoio.

CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS	
Clube de leitura de mulheres nas escolas	
1	"Parte de mim"
2	Homenagem "As Marias"
3	Homenagem "Professora Silvano Inácio de Souza
4	Homenagem "Verônica Neuma das Neves Carvalho"
5	Homenagem "Maria Nilza Pereira"
6	Homenagem "Mestre Edite do Coco das Batateiras"
7	Homenagem "Maria da Penha"
8	Homenagem "Nisia Floresta"
Lideranças responsáveis	
1	Pietra Valentina Brito Souza
2	Maria de Fátima Silva e Sandra Margareth Silva Gomes.
3	Nágila Batista Coelho
4	Maria do Rosário Domingos de Sousa e Vitória Régia das Neves Carvalho.

5	Joice Maria de Souza Ferreira
6	Janayna Leite Silva e Francisca Alves da Silva
7	Bianca Silva Holanda
8	Maria Aparecida Oliveira do Nascimento e Suelen Doroth Cavalcante Sobral.
Município	
1	Barbalha
2	Juazeiro do Norte
3	Crato
4	Crato
5	Barbalha
6	Crato
7	Crato
8	Crato
Escola	
1	Escola de Ensino Médio Integral Almiro da Cruz
2	Colégio da Polícia Militar Cel. Hervano Macedo Jr.
3	Centro EJA Monsenhor Pedro Rocha de Oliveira
4	Escola Estadual de Educação Profissional Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau
5	EMEIF Maria das Dores Sampaio
6	EEFM Juvêncio Barreto
7	EEM José Alves de Figueiredo
8	EEFM Teodorico Teles de Quental
Número de encontros realizados	
1	01
2	02
3	02
4	02
5	05
6	01
7	01
8	08
Número de pessoas envolvidas	
1	30
2	20
3	25
4	20
5	35
6	80
7	40
8	30
Observações qualitativas sobre o resultado da ação	
1	Espaço compartilhado de troca e aprendizagens.
2	Interesse estudantil e diálogo.
3	Aprendizado e aproveitamento estudantil.
4	Aprendizado sobre a Lei 11.340/06 e empoderamento feminino.

5	Importância da autoria feminina e negra
6	Troca geracional e reconhecimento de trajetória de vida..
7	Valorização da memória e contribuição para a luta das mulheres
8	Aprendizado e estímulo à busca de conhecimento.

6 RESULTADOS

Os resultados do projeto Defensoras Populares podem ser avaliados de várias maneiras, dependendo dos objetivos específicos do projeto. Aqui estão alguns possíveis resultados para a universidade, comunidade escolar e Defensoria Pública:

Resultados para a Universidade:

1. Desenvolvimento de habilidades: o projeto pode ter desenvolvido habilidades relativas à liderança, comunicação e resolução de conflitos entre as bolsistas;
2. Conscientização sobre direitos: o projeto pode ter aumentado a conscientização sobre direitos humanos e cidadania entre as estudantes, pois estabeleceram elos de identificação com as cursistas/defensoras populares;
3. Participação comunitária: o projeto pode ter fomentado a participação comunitária e o engajamento das estudantes em atividades sociais, valorizando assim a extensão e o papel da universidade pública.

Resultados para a Comunidade Escolar:

1. Aumento da conscientização: o projeto pode ter aumentado a conscientização sobre direitos e cidadania entre os membros da comunidade escolar;
2. Fortalecimento da comunidade: o projeto pode ter fortalecido a comunidade escolar, promovendo a cooperação e o apoio mútuo.

Resultados para a Defensoria Pública:

1. Fortalecimento da atuação: o projeto pode ter fortalecido a atuação da Defensoria Pública, ampliando sua interlocução com o público feminino em situação de vulnerabilidade social;
2. Aumento da conscientização: o diálogo e o atendimento de demandas podem ter aumentado a conscientização sobre direitos e cidadania entre as/os funcionárias(as) da Defensoria Pública;
3. Melhoria da assistência: o projeto pode ter melhorado a assistência prestada pela Defensoria Pública aos cidadãos, especialmente aqueles que são mais vulneráveis.

Resultados Gerais:

1. Fortalecimento da cidadania: o projeto pode fortalecer a cidadania e a participação comunitária, promovendo a defesa dos direitos e interesses das mulheres em foco;
2. Desenvolvimento de habilidades: o projeto pode ter desenvolvido habilidades nas participantes, como liderança, comunicação e resolução de conflitos;
3. Melhoria da qualidade de vida: o projeto pode ter contribuído para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, especialmente aqueles que são mais vulneráveis.

7 NÚCLEO FORTALEZA: ACARAPE, AQUIRAZ, MARACANAÚ, FORTALEZA, REDENÇÃO

Para atingir os objetivos apresentados, foi necessário estabelecer uma estratégia de trabalho eficiente, desde os primeiros passos. Para atuar na macrorregião de Fortaleza,

foram selecionadas 6 estudantes bolsistas do IH/UNILAB, sendo cinco da graduação e uma da pós-graduação. Cada bolsista de graduação, ficou responsável de acompanhar 10 cursistas, de modo que tínhamos 50 cursistas na referida macrorregião. A macrorregião de Fortaleza, por ser a mais ampla em termos de número de habitantes, foi contemplada com 50 vagas para as lideranças comunitárias.

O objetivo de capacitar as 50 mulheres da macrorregião de Fortaleza para o conhecimento de direitos e sua forma de exercê-los em seus coletivos e comunidades, foram alcançados, inclusive, ao verificarmos a práxis desenvolvida com a efetivação dos PAC's vinculados à atividade do Clube de Leitura de Mulheres nas Escolas, a partir dos termos de cooperação firmado entre a Seduc, a Defensoria Pública e a Unilab. Foi facultado à liderança comunitária a possibilidade de realizar o PAC Popular (através de realização de evento) ou o Clube de Leitura de Mulheres na própria Comunidade em que atua.

De forma simplista e objetiva, podemos apresentar dois tipos de resultados alcançados com o Projeto das Defensoras Populares, que acabaram confluindo para o mesmo objetivo, sendo estes: 1 - O avanço epistemológico/teórico; e 2 - O experimental/prático. O primeiro, ocorreu no decorrer, principalmente, das vinte e duas etapas destinadas aos conteúdos temáticos por meio da leitura dos artigos e/ou livros disponibilizados para as cursistas, assim como os encontros presenciais e virtuais com a presença de profissionais qualificados em cada temática para o desenvolvimento dos saberes pautados. Para além da bibliografia e encontros com intelectuais qualificadas/os nos eixos temáticos desenvolvidos, os diálogos entre as cursistas foram potencializadores na produção de novos saberes, assim como a percepção de outras epistemologias a partir do olhar sobre si e do entorno.

A autobiografia encontrou lugar fértil para empoderar as cursistas e as condutoras do processo. O projeto acionou para estas mulheres, um elo de força e uma rede de apoio entre si e as instituições envolvidas. Os resultados vão para além de saberes teóricos ou práticos isolados, mas centra na práxis necessária à transformação de vidas sem acesso aos direitos fundamentais.

Não foi possível saber na dinâmica do trabalho o que era teoria e o que era prática, pois tudo confluiu em uma nova metodologia, em que a práxis foi determinante para estas mulheres seguirem potentes naquilo que sabem fazer, contribuindo de forma ainda mais incisiva na vida de outras mulheres que necessitam da solidariedade na busca de um mundo mais justo em que elas possam ter acesso aos seus direitos e à garantia de sua plena cidadania.

O combate ao sexismo, machismo, patriarcado, (trans) feminicídio, transfobia, lesbofobia e demais formas de violação da dignidade humana das mulheres foi fator preponderante nesse projeto e fundamental para nossa sociedade.

Destacamos como resultado positivo para esta atuação os eixos temáticos escolhidos que foram centrais para esta formação: 1 - Mulheres em Locais de poder e a (des)estruturação das (in)justiças; 2 - Educação em direitos humanos e políticas afirmativas; 3 - Direitos das Mulheres e enfrentamento à violência doméstica, familiar e no âmbito do trabalho; 4 - Sistema de Justiça: instituições nacionais e internacionais; 5 - Diversidade Sexual e Direitos da população LGBTI+; 6 - Direitos da pessoa consumidora; 7 - Programas de proteção direitos humanos; 8 - Racismo e Lutas antirracistas; 9 - Justiça Restaurativa e Infância e Juventude; 10 - Direito à saúde e bem estar; 11 - Direito ambiental; 12 - Organização Financeira; 13- Justiça Penal e Direitos Humanos; 14 - Direito à Moradia; 15 - Direito ao Trabalho e ao Lazer;

16 – Direitos das pessoas com deficiência; 17 – Organização e luta popular; 18 – Lei de acesso à informação; 19 – Direitos das pessoas idosas; 20- Direito de família e sucessões; 21 – Apresentação dos projetos de atuação comunitária; e 22- Apresentação dos projetos de atuação comunitária.

Importante destacar a ação revolucionária destas mulheres em suas comunidades, em especial, as atuam nas periferias de Fortaleza. As mulheres do bairro Bom Jardim, envolvidas nas cozinhas comunitárias, tiveram uma ampla atuação, por atender diretamente outras mulheres em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar que sobrevivem nas ruas distantes do acesso à cidadania e direitos plenos. As defensoras populares passam a ser o elo entre estas pessoas e o acesso aos direitos fundamentais, mas ainda, é necessário potencializar o trabalho para que mais pessoas possam ter acesso a esta relevante rede de proteção social.

8 ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PAC POPULAR (EVENTO COMUNITÁRIO) CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS DO NÚCLEO DE FORTALEZA

PAC POPULAR - EVENTO COMUNITÁRIO			
Nome do evento comunitário	Enfrentamento e combate a violência contra a mulher.	Enfrentamento e combate a violência contra a mulher.	Enfrentamento e combate a violência contra a mulher.
Lideranças responsáveis	Janaina Lima Braz	Janaina Lima Braz	Janaina Lima Braz
Município	Crato	Crato	Crato
Associação	Escola: Antonio Antuerpio Gonzaga de Melo	Escola: Antonio Antuerpio Gonzaga de Melo	Escola: Antonio Antuerpio Gonzaga de Melo
Nº Encontros realizados	01	01	01

Nº pessoas envolvidas	50	50	50
Observações qualitativas sobre o resultado da ação	Aumento da conscientização; mudança de comportamento; fortalecimento da rede de apoio.	Aumento da conscientização; mudança de comportamento; fortalecimento da rede de apoio.	Aumento da conscientização; mudança de comportamento; fortalecimento da rede de apoio.

CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS

Clube de leitura de mulheres nas escolas

1	“Parte de mim”
2	Homenagem “As Marias”
3	Homenagem “Professora Silvany Inácio de Souza
4	Homenagem “Verônica Neuma das Neves Carvalho”
5	Homenagem “Maria Nilza Pereira”
6	Homenagem “Mestre Edite do Coco das Batateiras”
7	Homenagem “Maria da Penha”
8	Homenagem “Nisia Floresta”

Lideranças responsáveis

1	Pietra Valentina Brito Souza
2	Maria de Fátima Silva e Sandra Margareth Silva Gomes.
3	Nágila Batista Coelho
4	Maria do Rosário Domingos de Sousa e Vitória Régia das Neves Carvalho.
5	Joice Maria de Souza Ferreira
6	Janayna Leite Silva e Francisca Alves da Silva
7	Bianca Silva Holanda
8	Maria Aparecida Oliveira do Nascimento e Suelen Doroth Cavalcante Sobral.

Município

1	Barbalha
2	Juazeiro do Norte
3	Crato
4	Crato
5	Barbalha
6	Crato
7	Crato
8	Crato

Escola

1	Escola de Ensino Médio Integral Almiro da Cruz
2	Colégio da Polícia Militar Cel. Hervano Macedo Jr.
3	Centro EJA Monsenhor Pedro Rocha de Oliveira
4	Escola Estadual de Educação Profissional Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau
5	EMEIF Maria das Dores Sampaio
6	EEFM Juvêncio Barreto

7	EEM José Alves de Figueiredo
8	EEFM Teodorico Teles de Quental
Número de encontros realizados	
1	01
2	02
3	02
4	02
5	05
6	01
7	01
8	08
Número de pessoas envolvidas	
1	30
2	20
3	25
4	20
5	35
6	80
7	40
8	30
Observações qualitativas sobre o resultado da ação	
1	Espaço compartilhado de troca e aprendizagens.
2	Interesse estudantil e diálogo.
3	Aprendizado e aproveitamento estudantil.
4	Aprendizado sobre a Lei 11.340/06 e empoderamento feminino.
5	Importância da autoria feminina e negra
6	Troca geracional e reconhecimento de trajetória de vida.
7	Valorização da memória e contribuição para a luta das mulheres
8	Aprendizado e estímulo à busca de conhecimento.

CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS - NÚCLEO FORTALEZA

Clube de leitura de mulheres

1	Nome do Clube: Heloísa Ferreira Lima
2	Nome do Clube: Ana Luiza de Lima Ribeiro
3	Nome do Clube: Dandara do Santos
4	Nome do Clube: Maria do Carmo Alves de Almeida
5	Nome do Clube: Natany Alves
6	Nome do Clube Geisa Firmo Gonçalves
7	Thina Rodrigues
8	Maria do Carmo Bezerra
9	Maria do Carmo Alves de Almeida
10	Jaqueline Costa
11	Dandara dos Santos

Lideranças responsáveis	
1	Maria Luciene do Nascimento, Antônia Costa de Souza e Francisca Rosirene
2	Maria Das Graças Nunes Dos Santos
3	Maria José Alves dos Santos, Maria Silvana Oliveira Ferreira, Geyse e Cristina
4	Maria Roselir da Silva Souza e Raquel de Queiroz
5	Maria Silvelania Pereira de Souza e Carla Nayra Sousa do Nascimento
6	Maria Solidade; Clemente da Silva e Jacinta
7	Renata de Jesus Bispo; Hozana Lima; Viviane Venancio Maas e Natalia Nascimento Vieira.
8	Marta Bengue Quizembo
9	Raquel de Queiroz Souza Maria; Roseli da Silva Souza
10	Sol Alvese; Ana Eugênia
11	Vera Lucia dos Santos
Município	
1	Fortaleza
2	Fortaleza
3	Fortaleza
4	Fortaleza
5	Fortaleza
6	Fortaleza
7	Fortaleza
8	Ararape
9	Fortaleza
10	Redenção
11	Fortaleza
Escola	
1	EEEP Leonel de Moura Brizola
2	EEM Deputado Manoel Rodrigues
3	EEM Santo Amaro
4	Associação das mães vigilantes, do Jangurussu (Rua E, 40 Conj Joao Paulo II), Fortaleza
5	EEEP Ícaro de Sousa Moreira
6	CEJA José Walter
7	EEM Professor Maria Gomes
8	Maria do Carmo de Lime Bezerra
9	Associação das Mães Vigilantes do Jangurussu (Rua E, 40 - Conj. João Paulo II)
10	EEMTI Jose Brunilo Jaco
11	Instituto Esperança Garcia (Rua Coronel João Correia, 3630 - Granja Lisboa)

Número de encontros realizados	
1	04
2	05
3	03
4	04
5	04
6	05
7	04
8	04
9	04
10	06
11	04
Número de pessoas envolvidas	
1	09
2	21
3	25
4	08
5	30
6	10
7	66
8	50
9	08
10	73
11	19
Observações qualitativas sobre o resultado da ação	
1	Os líderes conseguiram dialogar sobre tópicos relevantes para suas vivências na comunidade, tratando de assuntos como violência, preconceito e futebol.
2	A liderança mencionou que a coordenação escolar não prestou auxílio. Isso fez com que as alunas não comparecessem ao clube
3	Este clube de leitura contou com significativo envolvimento dos/as alunos/as em todas as reuniões, pois contaram com a colaboração da professora Socorro Salles, que trabalha na escola em conjunto com o clube
4	Dona Roselir e Raquel constituíram uma parceria que ao longo de toda a trajetória do clube se apoiaram e repartiram as responsabilidades do grupo
5	A instituição de ensino adotou a iniciativa “Clube de Leitura de Mulheres na escola”, objetivando que as lideranças pudessem discutir assuntos com violência e racismo com um número significativo de alunos
6	Graças ao suporte recebido da escola, a maioria das reuniões que promoveram contou com a participação dos alunos da CEJA.
7	O Clube contou com a presença dos estudantes regulares, mas não houve a presença da comunidade externa
8	O Clube de leitura contou com a presença dos estudantes e da comunidade externa

9	O clube de leitura contou com a participação da comunidade, mas faltou maior apoio da gestão escolar
10	O clube de leitura contou com a participação dos estudantes, mas não houve a participação da comunidade externa
11	O clube de leitura contou com a participação da comunidade, mas faltou apoio da gestão da escola

PAC POPULAR (EVENTO COMUNITÁRIO) - REALIZADO PELAS

CURSISTAS

Nome do evento comunitário

1	Emponderamento feminino e enfrentamento à violência
2	Palestra: Violência contra as mulheres e relacionamentos abusivos
3	Roda de conversa - Barroso em ação: diálogo sobre direito ambiental e lixo urbano
4	Barroso em ação: diálogos sobre o direito ambiental e lixo urbano
5	Ação na comunidade para reconhecer a defensoria

Lideranças responsáveis

1	Maria Alice de Oliveira
2	Maria Aparecida Costa Lima
3	Maria Claudelania de Moraes Silva e Ana; Luisa Costa Santos
4	Ana Lúcia Costa Santos; Maria Claudelania de Moraes Silva
5	Ana Patrícia Silva de Mesquita

Município

1	Fortaleza
2	Fortaleza
3	Fortaleza
4	Fortaleza
5	Fortaleza

Associação

1	Centro Cultural Bom Jardim
2	ONG Velaumar no Poço da Draga
3	Maria José Passos Jereissate, n.45, Barroso
4	Maria José Passos Jereissate, n.45, Barroso
5	CRAS Parque São José

Número de encontros realizados

1	01
2	01
3	01
4	01
5	01

Número de pessoas envolvidas

1	50
2	24
3	18
4	20
5	30

Observações qualitativas sobre o resultado da ação	
1	A liderança, devido a problemas técnicos no local de implementação do projeto, não conseguiu explicar o PAC na data escolhida (16 de abril).
2	A iniciativa de aumentar visibilidade e auxiliar no enfrentamento da violência contra mulheres na comunidade, bem como assegurar o empoderamento local e instaurar justiça, além de incentivar a reflexão, foi concentrada. O evento contou com boa participação, com foco em mulheres de várias idades que fazem parte do projeto de Zumba da ONG Velaumar. Maria Aparecida deseja dar seguimento ao desejo de fortalecer a sua comunidade e aplicar seu conhecimento na função de Defensora Popular.
3	A mobilização conseguiu reunir diversas pessoas interessadas no tema em discussão. Indivíduos engajados na política e em movimentos sociais. Dessa forma, o evento alcançou a visibilidade desejada. As lideranças que conduziram o PAC souberam aproveitar a ocasião para atrair a atenção dos políticos para uma questão que impacta a comunidade, que é o problema do lixo.

A Unilab conseguiu com o projeto contribuir, principalmente, com a formação de mulheres empoderadas e críticas. É relevante destacar que estas mulheres não são apenas as cursistas, mas as estudantes de graduação e pós-graduação que atuaram no projeto. As docentes da instituição, envolvidas também, foram beneficiadas, pois não apenas ensinaram, mas tiveram a oportunidade de aprender pelo contato direto com as 100 lideranças de movimentos sociais ou associações que ensinaram por meio de suas trajetórias nas comunidades em que atuam. Uma aprendizagem direta com a autobiografia e histórias de vida que fizeram ser a razão de existência do curso de defensoras populares com sinergia e afetos. Tais ensinamentos não são possíveis de serem compreendidos apenas na leitura de artigos ou livros científicos, mas no contato presencial, que aproxima dessas mulheres para podermos sentir o que passam na carne.

O curso foi o *locus* de produção não apenas de saberes, mas de epistemologias da favela, dos territórios indígenas, quilombola, dos corpos trans, lésbicos, negros, deficientes, etc, protagonizado por mulheres em suas (escre)vivências.

A universidade permitiu, também, aprender para aprimorar sua dinâmica de trabalho visando, inclusive, à formação de profissionais qualificados para lidar com as mulheres nos diferentes espaços sociais.

As produções realizadas pelas mulheres envolvidas no curso, foram relevantes para o registro científico do trabalho e destacamos as apresentações na I Semana Internacional de Humanidades (I SIH), com vários trabalhos que revelaram os saberes produzidos. A inclusão da universidade no projeto e sua divulgação em todas as ações e materiais produzidos, eleva socialmente e cientificamente o potencial da Unilab e, em especial, o Instituto de Humanidades (IH). Não poderíamos também deixar esquecer a importância do CIEG-DANDARA, grupo de estudo que é central para o desenvolvimento do projeto, de forma a proporcionar maior impacto para além dos muros da universidade.

Outra relevante contribuição foi atuar na permanência de mulheres vulneráveis na universidade, pois as estudantes da Unilab foram selecionadas para contribuir na monitoria do trabalho com bolsa, e o recurso mensalmente recebido, além de emponderá-las, evitou que estas largassem a universidade em busca de outro trabalho formal ou informal.

A Defensoria Pública do Estado Ceará fortaleceu a aproximação com as mulheres/comunidades que mais necessitam de sua atuação na garantia de direitos. Assim como mencionamos anteriormente sobre a aprendizagem que o projeto trouxe para a Unilab, na Defensoria, não foi diferente. Projetos como estes, contribuem para consolidar a atuação da Defensoria Pública junto a quem mais necessita de seu trabalho. Com o apoio das defensoras populares, a Defensoria Pública poderá chegar onde nunca chegou ou teve dificuldade de acesso. As cursistas são mulheres que, com sua simplicidade, atingem um público excluído da socieda-

de. Como diria Foucault, “saber é poder” e estas mulheres encontraram neste projeto o empoderamento necessário por meio da rede de apoio estabelecida.

Através do projeto, também, foi possível chegar às escolas e promover em seu interior uma transformação necessária ao colocarmos no centro de produção dos conhecimentos e saberes das mulheres. Os clubes de leitura de mulheres, protagonizados pelas cursistas e coordenados por monitoras e equipe de gestão do projeto, colocaram a escola para refletir sobre as mulheres e o que elas escrevem. Potencializar as mulheres, ainda, no ensino fundamental e médio, com os saberes feministas, possibilitam estas a compreenderem o mecanismo estrutural que alimenta o sexismo, machismo, patriarcado, transfobia, lesbofobia e dentre outras formas de opressão, para poder, também, conhecer as estratégias necessárias de empoderamento e resistência.

9 REGISTROS FOTOGRÁFICOS - NÚCLEO FORTALEZA

FIGURA 24:
Figura: Card de divulgação do
PAC da liderança
Maria Alice



FONTE:
arquivo da autora.

FIGURA 25: Fotos tiradas no dia 16 de abril, durante a execução do PAC de Maria Aparecida



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 26: Fotos do clube Heloísa Ferreira Lima – Primeira ida à escola



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 27: Primeiro e segundo encontros, nos dias 06/03 e 20/03, respectivamente



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 28: Terceiro encontro do clube, no dia 03/04



FONTE: arquivo da autora.

10 FOTOS DO PAC DA LIDERANÇA CLAUDELANIA MORAIS

FIGURA 29: Aplicação do PAC no dia 14//04



FONTE: arquivo da autora.

11 FOTOS DO CLUBE DE LEITURA DA LIDERANÇA ANA LUIZA DE LIMA RIBEIRO

FIGURA 30: Divulgação do clube na escola



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 31: Primeiro, terceiro, quarto e quinto encontros do Clube de leitura – 13/02; 14/03; 28/03; 11/04



FONTE: arquivo da autora.

12 FOTOS DO CLUBE DE LEITURA DANDARA DO SANTOS

FIGURA 32: Primeiro, segundo, terceiro encontros do clube, no dia 12/03, 26/03, 09/04 respectivamente



FONTE: arquivo da autora.

13 FOTOS DO CLUBE DE LEITURA MARIA DO CARMO ALVES DE ALMEIDA

FIGURA 33: Primeiro, segundo, terceiro e quarto encontro do clube, nos dias 14/03, 28/03, 02/04, 12/04 respectivamente



FONTE: arquivo da autora.

14 FOTOS DO CLUBE DE LEITURA NATANY ALVES

FIGURA 34: Divulgação do clube na escola



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 35: Primeiro, segundo, terceiro e quarto encontros do clube, no dia 21/02, 28/02, 12/03, 27/03



FONTE: arquivo da autora.

15 FOTOS DO CLUBE DE LEITURA GEISA FIRMO GONÇALVES

FIGURA 36: Primeira visita a escola; divulgação, primeiro, segundo, quarto e quinto encontro do clube de leitura 13/02, 21/02, 26/03, 16/04/2025



FONTE: arquivo da autora.

16 NÚCLEO SOBRAL: MASSAPÊ, FORQUILHA, VIÇOSA DO CEARÁ, SOBRAL

Na macrorregião de Sobral, que inclui os municípios de Massapê, Forquilha, Viçosa do Ceará e Sobral, foram selecionadas 20 lideranças comunitárias. O perfil autodeclarado das mulheres selecionadas, apresentou a seguinte representação interseccional de vulnerabilidades: 19,2% negras e pardas; 17,3% mãe solo; 17,3% chefe de família; 17,3% estudante/ativista/conselheira; 13,5% vulnerável econômica e socialmente; 7,7% lésbica/bissexual; e, aproximadamente 2%, cada, de mulher em situação de violência doméstica, agricultora e pessoa de terreiro. Para além dos números, essas lideranças comunitárias de perfis variados atuavam potencialmente em territórios urbanos e rurais do núcleo de Sobral.

O primeiro módulo temático ofertado presencialmente em Sobral, aconteceu no dia 20 de julho de 2024, com o tema “Direitos das mulheres e enfrentamento à violência doméstica, familiar e no âmbito do trabalho”, com a mediação da advogada Rose Marques, da professora Violeta Holanda e da cursista Dorilândia Siqueira. O acolhimento inicial foi realizado pela ouvidora externa da Defensoria Joyce Ramos. A proposta contemplou o debate dos seguintes conteúdos: O que é a violência doméstica e familiar; Quais os tipos de violência (explorar casos concretos); Efeitos do patriarcado e do machismo no cotidiano das mulheres; Dados da violência e do feminicídio; Direitos das Mulheres, Lei Maria da Penha e os Equipamentos da Rede de Proteção às Mulheres em Situação de Violência; Medidas Protetivas; O que fazer quando no município não há os equipamentos de proteção?; Como organizar as mulheres para o enfrentamento da violência à violência doméstica, familiar e no âmbito do trabalho (como

possibilidade)?; Casos exitosos de prevenção e combate a violência contra as mulheres em comunidades; O papel da Defensoria, da Universidade e das Comunidades (lideranças femininas/feministas); Momento de escuta das necessidades locais.

O material didático utilizado foi antecipado uma semana antes do encontro em Sobral e contemplou os seguintes conteúdos: Texto “Enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher – Feminicídio no Brasil – 2020, de Rose Marques; o videodocumentário “O Caminho”, uma realização do Instituto Maria da Penha/Instituto Avon, disponível no YouTube; e o podcast Rádio Novelo – Praia dos Ossos (em 8 episódios), disponível no *YouTube*. Foi estratégico que esse tema tivesse prioridade no início do curso, momento em as defensoras populares pudessem refletir sobre o cotidiano de violências sofridas pelas mulheres e o aparato institucional disponível por meio da Lei Maria da Penha. Em Sobral, algumas cursistas trabalhavam diretamente nos equipamentos de enfrentamento à violência doméstica e familiar, o que favoreceu o fortalecimento das ações e os encaminhamentos de demandas para a Defensoria Pública de Sobral.

Seguindo a metodologia do curso, a liderança Dorilândia Siqueira, que vive no município de Forquilha e trabalha na assistência social (CAIS), inicia os trabalhos informando sobre a situação grave de violência sexual contra crianças e a dificuldade de respostas efetivas, por meio do sistema de justiça e segurança. Indignadas com a situação, as mulheres lutam por visibilidade e busca de seus direitos através de conselhos comunitários constituídos. O município enfrenta a falta de recursos e prioridades em relação às políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em seguida, Violeta Holanda explanou sobre o histórico da luta das mulheres por reconhecimento e justiça. Ressaltou como os movimentos feministas e a academia, consolidaram os marcos conceituais sobre gênero no tensionamento pelo avanço de políticas públicas e, em especial, as de enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar, até a implementação da Lei Maria da Penha.

A advogada feminista Rose Marques ressaltou as questões apontadas por Dorilândia sobre as dificuldades de um pequeno município em identificar e dar respostas aos casos de violência doméstica contra as mulheres e meninas. Demonstrou dados históricos do aumento de feminicídio no país e a dificuldade no enfrentamento de um fenômeno que envolve ameaças, histórico de perseguições incluindo virtuais, violências psicológicas e outras formas variadas. Abaixo, alguns registros desses momentos:

FIGURA 37: Encontro formativo presencial na sede da Defensoria Popular em Sobral, 20/07/2024



FONTE: arquivo da autora.

O segundo encontro em Sobral, aconteceu no dia 23 de novembro de 2024 e debateu o tema do Direito Ambiental. Contou com a participação da ativista ambiental Soraya Tupinambá, da geógrafa Aldiva Diniz (Universidade Vale do Acaraú - UVA) e da liderança Maria Inês, acompanhada de convidados de sua comunidade. O objetivo do módulo foi discutir os seguintes temas: Meio-ambiente, política e Direito Ambiental; Câmbio Climático e Crimes Ambientais; Racismo Ambiental; Política Ambiental no Ceará (projetos internacionais e impactos locais). Problematisação de casos e Denúncias. O papel da Defensoria, da Universidade e das Comunidades.

A liderança Maria Inês narrou sua experiência em seu território, relatando situações de vulnerabilidades na comunidade de Caiçara - São Cristóvão, em Sobral. Narrou as dificuldades do conjunto habitacional e a iniciativa dos jovens na área da educação ambiental. Seu convidado, o jovem Mateus, expôs as ações continuadas de conscientização sobre a destinação de resíduos sólidos na comunidade. Aldiva Diniz relatou os desafios socioambientais que afetam sobretudo as mulheres por meio do racismo ambiental. Relatou a experiência norte-americana de racismo ambiental contra a população negra, prejudicada pelo desenvolvimento urbano industrial e a emissão de poluentes tóxicos nas áreas periféricas. A geógrafa ressaltou que a justiça ambiental só será alcançada com a reforma urbana e agrária.

A ativista ambiental Soraya Tupinambá conceituou Meio Ambiente, refletindo sobre a problemática da relação predatória humana sobre a natureza. Falou sobre a alienação da natureza e a necessidade de reaproximar conscientemente, através da educação ambiental - compreender de onde vem a água, como o nosso alimento é produzido, a energia que produzimos e consumimos. Para conhecer

melhor a realidade socioambiental das Defensoras Populares, Soraya Tupinambá propôs um formulário após o encontro, permitindo mapear suas realidades, suas inserções comunitárias ou suas experiências territoriais prévias com conflitos socioambientais.

Ainda durante o debate, fomos informadas de que a Defensoria Pública do Estado do Ceará mobiliza esforços na constituição de um Núcleo especializado em Meio Ambiente para acolhimento das demandas relacionadas ao tema. Sem dúvida, compreendemos que o Curso Defensoras Populares contribui, mais uma vez, para a ampliação do debate a ações de fortalecimento da democratização da justiça (humana e ambiental) e a construção de uma sociedade mais igualitária, na qual as mulheres se destacam como protagonistas na defesa de direitos. Abaixo, alguns registros desses momentos:

FIGURA 38: Encontro formativo sobre Direito Ambiental, 23/11/2024



FONTE: arquivo da autora.

As defensoras populares da região de Sobral mantiveram o compromisso e a assiduidade durante todo o curso,

seja nos módulos remotos ou presenciais, incluindo a vinda para Fortaleza para apresentação dos PACs desenvolvidos em suas comunidades, bem como para a solenidade de encerramento do curso. Conforme descrito anteriormente, os Planos de Atuação Comunitária (PAC Popular) aconteceram em associações, projetos populares, e em outros espaços em que as lideranças já atuavam diretamente. Foram realizados 03 PACs Temáticos no núcleo Sobral e implantados 05 clubes de leituras de mulheres nas escolas da rede pública de ensino e 03 nas comunidades, sendo 01 em uma biblioteca comunitária, totalizando 08 clubes de leituras de mulheres abertos.

17 ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PAC POPULAR (EVENTO COMUNITÁRIO) CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS

PAC POPULAR EVENTO COMUNITÁRIO	
Nome do evento comunitário	
1	Letramento Racial para Mulheres Agricultoras/conversas na fila do CRAS
2	Roda de Conversa sobre Violência Doméstica e Familiar e a Lei Maria da Penha entre Estudantes
3	MARÇO LILÁS - Rodas de conversas nas comunidades
Lideranças responsáveis	
1	Cristina Costa Souza
2	Francisca Moana Araújo De Oliveira
3	Érica Maria Do Nascimento Lourenço
Município	
1	Viçosa do Ceará
2	Sobral
3	Sobral
Escola	
1	CRAS de Viçosa do CE
2	Faculdade de Direito - Anhanguera Sobral
3	Comunidades de São Francisco, Lagoa dos Lopes, Santa Rita e sede
Número de encontros realizados	
1	02
2	01
3	04

Número de pessoas envolvidas	
1	50
2	20
3	50
Observações qualitativas sobre o resultado da ação	
1	Como vencer os desafios de superar o estresse, o cansaço, o adoecimento pelo excesso de trabalho doméstico, responsabilidades, preocupações, a exploração e opressão que nos adoce e garantir a nós, mulheres, o direito ao bem viver? Aqui falamos um pouco sobre o que é o bem viver. Autocuidado; Estado brasileiro e as políticas públicas; Equipamentos públicos (Delegacia; SUS; Casa Abrigo, Creche Tempo Integral) Por fim, a união entre as mulheres, a dororidade, solidariedade, o autocuidado e auto-organização, nos ajudar lutar por um mundo mais justo e humano
2	Foi realizada uma palestra sobre a Lei Maria da Penha e recentes alterações legislativas no âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher, para os estudantes do 1º e 2º semestre da faculdade de Direito da Anhanguera
3	Foram realizadas rodas de conversas cujo tema foi Saúde da mulher em alusão ao mês Lilás nas comunidades; São Francisco; Lagoa dos Lopes; Santana Rita

CLUBE DE LEITURA DE MULHERES NAS ESCOLAS DA MACRORREGIÃO DE SOBRAL

Clube de leitura de mulheres	
1	Clube de Leitura Auridéa Melo Aguiar Pereira
2	Clube de Leitura Marlucia dos Santos Gomes
3	Clube de Leitura Talita
4	Clube de Leitura Kieza Fran Nascimento
5	Clube de Leitura Bruna Gomes Frota Araújo
6	Clube de Leitura Tia Lila
7	Clube de Leitura Ana Soraia Galdino
8	Clube de Leitura Tia Nazaré
Lideranças responsáveis	
1	Dark Antonia Lucas Farrapo Lima
2	Eliene Da Silva Mesquita; Juliana Gonçalves De Araújo e Tereza Cristina Mendes Carneiro
3	Maria Inês Oliveira Costa; Cirliany Fernandes Albuquerque; Ana Marcia Vasconcelos Gomes; Maria Fabiana Nascimento Sampaio

4	Raiana Venancio de Souza; Maria Thais Gadelha Passos
5	Dorilândia Maria Jerônimo Siqueira
6	Maria Do Socorro Dos Santos Souza; Shirlene Do Socorro Coelho Santos
7	Maritza Fabianne Cedro Silva Saboia; Leticia Marques Ripardo
8	Leomara Braz Lino; Lucivânia Galdino
Município	
1	Sobral
2	Sobral
3	Sobral
4	Sobral
5	Forquilha
6	Viçosa do Ceará
7	Sobral
8	Massapé
Escola	
1	Centro de Educação de Jovens e Adultos Ceja Professora Cecy Cialdine
2	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI Professora Carmosina Ferreira Gomes
3	Escola de Ensino Médio EEM Ribeiro Ramos
4	Biblioteca Comunitária Adalberto Mendes
5	Escola de Ensino Médio Profissional - EEEP Gerardo Jose Dias de Loiola
6	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI Irmã Lins
7	Comunidade Rua Das Dores
8	Comunidade do Morgado
Número de encontros realizados	
1	04
2	04
3	06
4	02
5	02
6	10
7	04
8	01
Número de pessoas envolvidas	
1	40
2	30
3	30
4	30
5	50
6	50
7	40
8	40

Observações qualitativas sobre o resultado da ação	
1	A homenageada foi a Auridéa Melo Aguiar Pereira, nascida em Mucambo/CE, Professora especialista em História. É professora da educação básica da rede estadual de ensino há mais de 20 anos. Foi supervisora do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) acompanhando as/os alunas/os do curso de graduação em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Atualmente, é professora do Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA Cecy Cialdini em Sobral e atua na articulação e na organização de projetos e eventos na proposta e na luta por uma escola antirracista
2	O tema escolhido foi “Direito das mulheres e o empreendedorismo feminino”. O empreendedorismo feminino refere-se à prática de mulheres que iniciam, lideram e gerenciam negócios, com o objetivo de Alcançar independência financeira, contribuir para o desenvolvimento econômico e social, e promover a igualdade de gênero. Fomentar a participação de principalmente das mulheres que sofrem algum tipo de violência. A Comunidade escolhida foi Bairro Sumaré e Padre Pahano, baseada na homenageada que sonha em implantar seu próprio negócio, um restaurante. A proposta de fomentar a iniciativa e fortalecer o empreendedorismo feminino local foi reunir alunas da escola dos bairros escolhidos, para que possam ser multiplicadores da informação aos seus familiares e roda de conversa com convidados durante podcast na sala de multimídia da escola Carmosina
3	O clube de leitura do Nova Caiçara homenageia Maria Elailane d Nascimento (Talita), moradora do território que foi assassinada no dia 14.05.2019. Uma jovem com vida e sonhos que embalava sua vida no território. Jovem nasceu no Bairro Dom Expedito em 2014 sua família foi contemplada pelo Programa Minha Casa minha Vida. Quando garantimos o direito a uma MULHER, iniciamos o movimento da vida. <u>Que as mulheres permaneçam vivas!</u>
4	O clube homenageou a Kieza Fran Nascimento, sobralense, poeta, produtora cultural e podcaster. Cria da periferia, ajudou a fundar movimento slam no Ceará com o Coletivo Fora da Métrica. Idealizou festivais e o Produção de Perifa, projeto de formação para agentes culturais. Teve poesias publicadas, lançou dois filmes, um jogo e recebeu um prêmio e uma homenagem. E já passou na TV.
5	Realizamos o clube de leitura na E.P. Gerardo José com alunas com idade entre 15 e 17 anos de idade, onde falamos acerca da Lei Maria da Penha. Realizamos outro encontro na Associação comunitária de Forquilha

- 6 Antes mesmo da formalização do Clube de Leitura “Tia Lila”, iniciamos um trabalho com as estudantes a partir de temas sensíveis e urgentes que atravessam suas vivências: direitos das mulheres, violência de gênero, racismo, saúde menstrual, entre outros. Esse processo inicial foi marcado por escutas potentes e relatos comoventes, nos quais muitas alunas compartilharam experiências de violência e vulnerabilidade. Três casos em particular ganharam grande destaque, dada sua gravidade e a mobilização que geraram: um maestro de música, acusado de abusar de 52 mulheres, incluindo três estudantes da escola. A denúncia resultou em sua prisão e condenação a 47 anos de reclusão; um caso de violência intrafamiliar, em que o pai abusava da própria filha. Com o apoio da rede de proteção, conseguimos encaminhar a jovem para um abrigo seguro; um relacionamento abusivo, em que o companheiro exercia controle sobre a aluna, impedindo o uso de determinadas roupas e restringindo o acesso ao celular. O caso foi encaminhado ao Conselho Tutelar
- 7 Inauguramos o Clube de leitura itinerante da “casinha azul”, homenageamos Ana Soraia Galdino, natural de Santana do Acaraú, residente no município de Sobral, professora da Educação Infantil. Foi vítima de violência doméstica, assassinada por seu ex companheiro, na véspera de seu aniversário de 33 anos. No dia 31/10/2011. Uma barbárie que chocou a população sobralense
- 8 Realizado um seminário na comunidade cujo tema foi “Lutas Populares de Direitos das mulheres”. Estiveram presentes lideranças comunitária e a presidenta da Associação do Assentamento da comunidade do Morgado, Idenilda Aguiar, e a presidenta da Associação de Baixa Grande, Glória Teixeira. Levamos a história do Assentamento Conquista do Morgado, relatamos a luta dos agricultores e agricultoras, pela terra onde tiveram prisões, perseguições, confrontos com policiais e pistoleiros e a barreira de segurança dos confrontos eram as crianças e as mulheres, com a força e a organização tiveram êxito e ganharam direito à moradia e produzir na terra. Vivenciar essa história e ver a importância da organização popular que é a ação coletiva como forma de resistir e lutar durante a desigualdade com reivindicações e a participação das mulheres foi muito importante em todo processo, unidas, para conquistar seus direitos, à terra, moradia, água e bem viver.

18 REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS NA MACRORREGIÃO DE SOBRAL

FIGURA 39: Registros Fotográficos – Núcleo Sobral – PLANO DE ATUAÇÃO COMUNITÁRIA – PAC POPULAR



FONTE: arquivo próprio.

FIGURA 40: PAC DE ÉRICA MARIA DO NASCIMENTO
Comunidades de São Francisco, Lagoa dos Lopes, Santa Rita e sede de Sobral



FONTE: arquivo próprio.

19 CLUBES DE LEITURA DE MULHERES NA REGIÃO DE SOBRAL

Os Clubes de Leitura de Mulheres na região de Sobral foram organizados, em sua maioria, por equipes entre as Defensoras Populares e mobilizaram encontros circulares, capazes de criar espaços seguros de diálogos e partilhas, afetos, centrados no fortalecimento do autocuidado, da autoestima e dos sonhos coletivos. As temáticas dialogadas versaram sobre suas histórias de vidas, garantia de direitos, acesso à leitura, Lei Maria da Penha, leituras antirracistas e fortalecimento comunitários.

FIGURA 41: Clube de leitura de mulheres EEM Doutor João Ribeiro Ramos



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 42: Clube de Leitura na Biblioteca Comunitária Adalberto Mendes (Bairro Terrenos Novos – Sobral/CE)



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 43: Clube de Leitura na Escola organizado pelas Defensoras Populares – Eliene, Juliana e Tereza



FONTE: arquivo da autora.

FIGURA 44: Clube de leitura de mulheres – Dorilandia Maria Jeronimo Siqueira



FONTE: arquivo da autora.

20 REDE DE DEFENSORAS POPULARES NO CEARÁ - COORDENADORAS DO PROJETO



Amélia Rocha

Bacharela em Direito (UFC), Especialista em Direito Privado (UNIFOR), Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE) e Doutora em Direito Constitucional (UNIFOR). É Defensora Pública titular da 2ª Defensoria do Núcleo do Consumidor, Presidenta do BRASILCON - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Professora da Especialização em Direito do Consumidor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Foi membro eleita do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Ceará (biênios 2012/2014 e 2014/2016, sendo a mais votada nos dois pleitos), primeira diretora do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública Estadual do Ceará (2008-2009), diretora acadêmico-institucional da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), presidenta da ADPEC - Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Ceará.

rá (2019/2020) e Coordenadora da Comissão Especial de Defesa dos Direitos do Consumidor do CONDEGE – Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais. Tem experiência acadêmica e prática na área dos Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria e prática dos Direitos Humanos, acesso à Justiça, defensoria pública e proteção do consumidor. Acredita, imensamente e cada vez mais, que, por mais desafiador seja o onde e o como estejamos, se continuarmos acreditando no amor e na verdade e fizermos a nossa parte, podemos ter uma realidade mais justa e feliz.



Violeta Holanda

É docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculada ao Instituto de Humanidades, Bacharelado em Antropologia e Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB. Realizou Pós-doutorado no Departamento de Antropologia da Universidad de Sevilla/Espanha (2020-2021) e Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC (2018). Possui Doutorado

em Ciências Sociais pela UFRN (2013) e reconhecimento da titulação de doutorado pela Universidade de Sevilha (2023), Mestrado em Sociologia pela UFC (2002), Especialização na área de violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo LACRI/USP (2003) e Graduação em Ciências Sociais pela UFC (1999). Desenvolve pesquisas nas áreas da Antropologia das Populações Afro-brasileiras, Gênero, Feminismos, Violência Doméstica e Familiar, Saúde Sexual e Reprodutiva, Diversidade, Interculturalidade, Decolonialidade e Direitos Humanos. Atualmente, é coordenadora geral do Projeto de extensão “I Curso de Defensoras Populares” (Parceria: Ministério da Justiça, Defensoria Pública do Estado do Ceará e Unilab). É sócia efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e líder do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero – CIEG DANDARA (Diretório CNPq/UNILAB).

20.1 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROJETO



Luma Andrade

Professora Associada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

-, atua na graduação no Instituto de Humanidades e no Programa de pós-graduação (PPGEF). Possui Graduação em Licenciatura em Ciências pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; Pós-graduação em gestão e avaliação da educação (UFJF); Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) em Meio Ambiente, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pós-Doutora em Sociologia (CIES-ISCTE-IUL). Ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos da Hemocultura - ABEH/ABETH. Experiência em gestão na 10 CREDE/SEDUC-CE (26 escolas distribuídas em 13 municípios) e UNILAB (coordenação do PACC 2014 e atuou na Coordenação Institucional do PIBID); indicada pela SEDUC-CE à Medalha do Mérito Funcional (2010); vencedora do II Prêmio Ciências (MEC, CNPQ, ONU), vencedora do Prêmio Educando Pela Diversidade Sexual (Senado Federal), vencedora do prêmio Artur Guedes, e vencedora do prêmio internacional Stonewall 50 anos. Tem experiência na área de gestão, Ciências Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Diversidade Cultural, Etnicorracialidade, Gênero e Sexualidade (da infância à velhice), Educação, Políticas públicas e Movimentos Sociais. Autora do livro Travestis nas Escolas: Assujeitamento e Resistência a Ordem Normativa e Organizadora do E-BOOK: Diversidade Sexual, Gênero e Raça: Diálogos Brasil-África.



Vera Rodrigues

Professora associada no Instituto de Humanidades da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Vice coordenadora no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB. Diretora (região nordeste) da ABA – Associação Brasileira de Antropologia (2025-2026). Professora no seminário especializado O Brasil contemporâneo sob a ótica de pensadores(as) negros(as): o que temos a dizer sobre democracia, fascismo e racismo no Instituto de Investigaciones Afrolatinoamericanas da Universidade de Harvard (2021-2022) e O Brasil contemporâneo sob a ótica de pensadores(as) negros(as): epistemologias negras em marcha (2023-2024). Líder do Grupo de pesquisa Oritá – Espaços, Identidades e Memórias – e coordenadora da Linha de Pesquisa “Identidades e Políticas Públicas”. Vice coordenadora do Comitê de Antropólogos(as) Negros(as) da ABA – Associação Brasileira de Antropologia. Diretora de Áreas Acadêmicas da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) Gestão 2020-2022 e 2022-2024. Membro do Conselho de Admi-

nistração do Instituto Dragão do Mar (CE). Coordenadora do projeto de extensão “Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras”. Membro da Comissão Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (CADARA). Coordenadora do “Projeto de Pesquisa e Extensão: o apagamento do negro na terra do sol – rumos da educação e cultura afro-brasileira no Ceará.” Doutora em Antropologia Social pela USP – Universidade de São Paulo (2012) ; Mestre em antropologia social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006); Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Ex-Coordenadora pedagógica do Curso de Especialização (EAD) UNIAFRO – Promoção da Igualdade Racial no Ambiente Escolar (2014-2016). Ex-Conselheira Estadual de Promoção da Igualdade Racial (2016-2018). Ex-Coordenadora do curso de Bacharelado em Antropologia (2015-2017). Ex-Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford (2007); realizou pesquisas com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: quilombos, políticas públicas, educação, racismo, relações etnorraciais e feminismo negro.

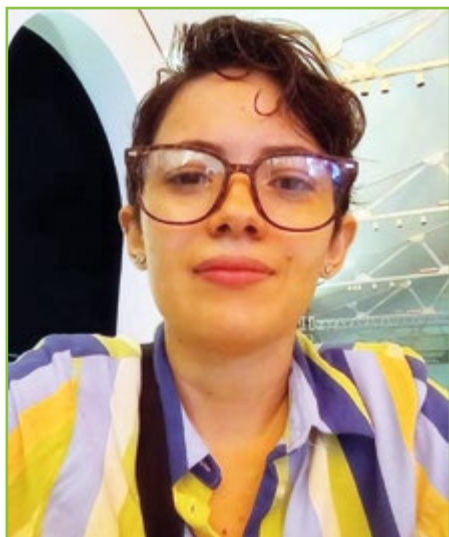
20.2 BOLSISTAS DO PROJETO



Ana Cássia Alves Cunha e Cris
(Mestra em Humanidades – Unilab)

A professora Violeta nos deu uma última e importante missão, fazermos uma autoavaliação sobre a experiência do Projeto Defensoras Populares. E eu fiquei com a missão de transmitir aquilo que nós apontamos como mais importante. As vozes-mulheres que represento, são muitas: interioranas, periféricas, indígenas, africanas. Mulheres jovens, com mais experiências, negras, brancas, lésbicas. Também, somos mães e filhas, assim como todas vocês. Para nós, escrever sobre esta experiência, é algo especial. Primeiramente, porque indica a nossa presença na execução de um curso extraordinário como o I Curso de Defensoras Populares do Ceará. Segundo, porque se trata de um curso coordenado e executado por mulheres, direcionado a mulheres e isso o faz grandioso e potente. O Projeto Defensoras Populares é mais do que um curso de formação, é um movimento de fortalecimento do protagonismo feminino em territórios

historicamente atravessados por violências e exclusões. A proposta teórico-prática da formação permite que as participantes se apropriem de ferramentas jurídicas e políticas que antes pareciam inacessíveis. Mas não é só sobre isso. Aprendemos com vocês, através da escuta ativa, sobre empatia, trabalho coletivo e compromisso social. Tivemos a oportunidade de conhecer histórias de vidas que nos tocaram profundamente e que nos ensinaram sobre resiliência, coragem e a importância do acolhimento. Reconhecemos que falhamos algumas vezes, que houve ruídos na comunicação, que houve desencontros. Mas tudo isso, serviu para reforçar a importância da escuta, da empatia e da sintonia, em um projeto que lida com gente – com vidas reais e urgências legítimas. Vocês transformaram profundamente as nossas vidas! O encontro singular com cada uma de vocês, nos marcou. Suas trajetórias de luta e superação ecoarão para sempre em nossa jornada. Levamos conosco não apenas o conhecimento compartilhado, mas, sobretudo, a força inspiradora e o exemplo vivo das lideranças comunitárias. Muito obrigada!



Silmara Lanai Peixoto Moreira
(Mestra em Antropologia – UFC/Unilab)

A experiência de participar do “I Curso Defensoras Populares” foi gratificante e desafiadora por três motivos. Primeiro, pelo perfil de identidades plurais das mulheres, em segundo, pela situação de vulnerabilidade e desigualdades vividas por elas e terceiro, pela abrangência territorial do projeto. Uma das nossas principais atividades de atuação como parte da equipe de supervisão, foi criar um elo de comunicação entre monitoras, cursistas e coordenação, o que nos exigiu desenvolver habilidades como empatia, sensibilidade, comunicação assertiva e não violenta, mediação de resolução de conflitos, dentre outros. Como bolsista de pós-graduação em Antropologia, a experiência foi fundamental para meu desenvolvimento prático-teórico como profissional, aprendi com a metodologia do curso e com as fortes narrativas de atuação comunitárias das cinquenta lideranças que tive contato que me ensinaram a desenvol-

ver a capacidade de liderar também uma equipe de monitoras de graduação. Entre erros e acertos, nos fortalecemos em cada história de vida compartilhada e em cada conflito encontramos uma oportunidade de exercitar a sororidade pela compreensão e respeito mútuo. Como mulheres, mesmo durante o curso, vivenciamos os impactos e dificuldades decorrentes das inúmeras opressões estruturais como patriarcado e o racismo, que torna o fardo mais pesado sobre a maternidade, trabalho e família, o que não nos permite ter muitas escolhas e privilégios profissionais e sociais diante das inúmeras injustiças e desigualdades sociais. Mas a cada encontro uma esperança nascia e conseguimos superar essas dificuldades, pois o que nos unia era mais forte do que nos separava e esse era o sentido humanitário e social do curso, além da formação qualificada dessas lideranças femininas. Muitas dessas mulheres, também, tinham sua luta dentro de casa contra as violências e abusos e, mesmo com vários anos de atuação comunitária, ajudando outras mulheres, não conseguiam sair do círculo da violência. Com o curso, conseguimos nos fortalecer e nos ajudar criando espaços de escutas qualificadas e encaminhamentos jurídicos/sociais, o que aumentou mais ainda nossa responsabilidade de mediação e de ponte para elas. Não tenho dúvidas de que essas sementes se tornaram árvores frutíferas com raízes fortes e profundas e ainda iremos encontrar pelo caminho flores perfumadas brotando em cada jardim.

Liberté!



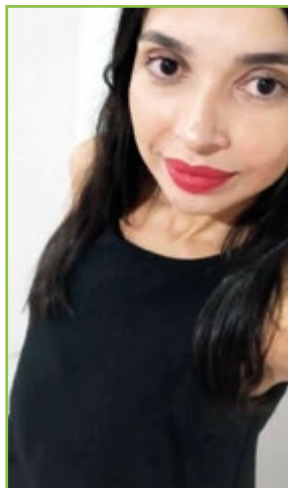
Alcina Ngueve da Silva Epalanga

(Estudante do bacharelado interdisciplinar em
Humanidades – Unilab)

Essa oportunidade proporcionou-me um aprendizado único, que tem se revelado fundamental tanto para o meu desenvolvimento acadêmico quanto pessoal. Participar deste projeto foi, sem dúvida, uma das experiências mais enriquecedoras da minha trajetória. Ao longo do período em que estive envolvida, pude vivenciar de perto o compromisso com a promoção dos direitos das mulheres, especialmente aquelas em

situação de vulnerabilidade social. Como monitora, acompanhei as ações desenvolvidas e contribuí para o fortalecimento do vínculo entre as participantes e as atividades formativas. O momento mais marcante para mim, foi quando tive a oportunidade de viajar até a região de Sobral, local onde atuei diretamente. Estar lá, ver de perto o impacto real do projeto na vida das mulheres daquela comunidade, foi algo profundamente transformador. Escutar os relatos, observar as mudanças e perceber como o acesso à infor-

mação e ao acolhimento pode gerar autonomia e esperança, foi algo que levarei comigo para sempre. Durante esse período, aprendi muito não só sobre os aspectos jurídicos e sociais que envolvem a luta por direitos, mas também sobre empatia, escuta ativa, trabalho coletivo e compromisso social. Tive a oportunidade de conhecer histórias de vida que me tocaram profundamente e que me ensinaram sobre resiliência, coragem e a importância do acolhimento. Finalizo esta carta com um sentimento de imensa gratidão. Agradeço pela oportunidade de fazer parte deste projeto tão significativo que, além de ampliar meus conhecimentos, também me tocou enquanto mulher, cidadã e agente social. Desejo que o projeto continue crescendo e transformando vidas, assim como transformou a minha.



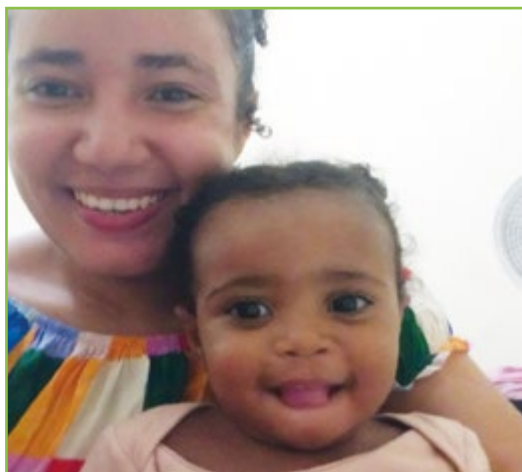
Cristianne da Silva Queiroz

(Estudante do bacharelado em Antropologia – Unilab)

Escrevo para compartilhar uma experiência de vida profundamente transformadora e enriquecedora. Há quase um ano, tive a honra de participar como monitora do

pioneiro curso de defensoras populares. Este projeto ousado demonstrou, ao longo dos meses, sua relevância social e capacidade de gerar impacto significativo. Ao receber o convite para a seleção e conhecer a proposta do curso, uma convicção pessoal ressoou fortemente: o tempo é nosso bem mais precioso, e dedicá-lo a algo verdadeiramente relevante é essencial para que eu seja sempre uma força positiva no mundo. A oportunidade de apoiar mulheres em um contexto desafiador, me motivou a participar do processo seletivo, no qual fui aprovada. Essa jornada iniciou uma transformação interna significativa. Ao receber as cartas das cursistas que acompanhei, fui confrontada com as diversas formas de violência, mas, acima de tudo, com a força e a resiliência inerentes a essas mulheres. Percebi que essa força reside em todas nós, aguardando o momento de ser utilizada. Monitorar essas guerreiras, foi um privilégio. A receptividade e o acolhimento de todas foram notáveis. Tenho orgulho em afirmar que fizemos a diferença em diversos territórios, e espero que o projeto continue a expandir seu impacto. Reconheço que, como projeto piloto, certamente, houve desafios. Contudo, avalio que o curso obteve um sucesso notável. Acredito que as metodologias e os prazos serão aprimorados, dada a competência das mulheres à frente da gestão. As visitas de monitoria confirmaram a urgência e a necessidade deste curso em uma sociedade onde mulheres buscam conhecimento e justiça. Esta iniciativa, é uma ferramenta de equidade, acredito em sua continuidade por muitos anos, transcendendo gestões e governos.

Vida longa ao primeiro curso de defensoras populares!
OBRIGADO PROFESSORA VIOLETA E AMÉLIA



Iannaeli Sousa da Silva e Morena

(Estudante da licenciatura em Sociologia – Unilab)

Sem dúvidas, esse foi o primeiro grande trabalho do qual participei e, através dele, vivi experiências que contribuíram positivamente para o meu crescimento profissional e pessoal. Gostaria de destacar que participar de um projeto tão impactante, que marcou a vida de mais de 100 mulheres, com histórias de luta diferentes, foi uma grande responsabilidade. Tive que superar limitações pessoais para acompanhar as dez lideranças que ficaram sob minha orientação. Lidar com dez mulheres com histórias tão marcantes, foi desafiador, devido à minha pouca experiência. Dentro do meu grupo, haviam mulheres que participavam de coletivos que lutam pelos direitos de filhos encarcerados, mulheres que lutavam pelo combate à violência policial nas periferias e até mesmo mulheres que perderam seus filhos em decorrência dessa violência. Isso exigiu sensibilidade e esforço para compreender suas realidades e encontrar formas de trabalhar com elas, respeitando as particularidades de cada uma. Tive certa dificuldade no início para cobrar

as demandas, pois sempre tive receio de parecer autoritária, mas, com o tempo, entendi que é necessário me impor para que as demandas fossem cumpridas dentro dos prazos. Também encontrei dificuldade em obter respostas de algumas delas quando solicitava algo, o que prejudicou um pouco o trabalho por conta dos prazos que haviam de ser cumpridos. Acredito que por conta de todas as responsabilidades que envolvem os movimentos dos quais elas participam, administrar o tempo para cumprir com as atividades do curso talvez tenha sido um desafio para elas. Em relação à execução dos clubes de leitura, algumas cursistas enfrentaram dificuldades, devido ao excesso de demandas e, também, a princípio, algumas escolas se mostraram resistentes à ideia do clube, exigindo que fosse comunicado previamente pela SEDUC. Mas, após a resolução dessa questão, a ideia foi abraçada pela maioria das escolas. Apesar de tudo, lidar com essas questões, contribuiu para meu crescimento profissional. Além disso, estar em contato direto com mulheres que fazem parte de movimentos sociais, me permitiu enxergar, na prática, o impacto das desigualdades e da violência na vida dessas mulheres e, por outro lado, o poder transformador de suas ações na luta por seus direitos. Como estudante de Sociologia, pude observar concretamente como os estigmas, a marginalização e tantas outras questões, frequentemente vistas como problemas individuais, são, na verdade, questões estruturais e como a atuação das lideranças em suas comunidades representa uma verdadeira oportunidade de transformação social. Sobre o trabalho em equipe, estar no núcleo de Fortaleza com as demais monitoras do grupo, proporcionou trocas de experiências enriquecedoras, já que estive com mulheres de formações e vivências diferentes. Em relação à coordenação do núcleo, Cássia demonstrou ser uma coordenadora sensível às necessida-

des individuais de cada monitora. Mesmo nos momentos em que precisou ser firme, foi respeitosa e, em nenhum momento, abusou da autoridade que tinha sobre o grupo. Não tenho críticas à sua forma de trabalho. Considero essencial destacar como essas histórias me incentivaram a ser a melhor versão de mim como mulher e como pesquisadora. Sou mãe solo, negra, periférica, já vivenciei a violência policial indiretamente e convivo com o TAB (Transtorno Afetivo Bipolar). Esses marcadores tornaram minha trajetória de vida mais desafiadora, mas ter contato com mulheres que enfrentaram adversidades semelhantes, e outras ainda maiores, me fez perceber que é possível transformar dificuldades em combustível, sem nunca romantizar a violência e a desigualdade. Concluo que este trabalho teve um significado profundo para minha carreira acadêmica e pessoal. Os aprendizados que adquiri nesse período, por meio das palestras sobre direitos realizadas em cada módulo, são valiosos e continuarão contribuindo para que eu enfrente situações em que seja necessário me impor para fazer valer os meus direitos e os da minha comunidade. Considero, também, que as trocas de experiências com as lideranças foram fundamentais para compreender como surgem e se organizam os movimentos sociais que elas integram.



Larissa Amorim do Nascimento

(Estudante da licenciatura em Pedagogia – Unilab)

Venho, por meio desta carta, compartilhar uma avaliação reflexiva sobre o percurso vivido enquanto bolsista monitora no I Curso de Defensoras Populares (CE). Do ponto de vista individual, essa experiência foi muito mais do que uma função, foi um processo de crescimento pessoal e político. Ser monitora, nos colocou diante de desafios que exigiram sensibilidade, escuta atenta, empatia e muita responsabilidade. Aprendi, na prática, a valorizar a diversidade dos tempos, trajetórias e dores de cada mulher que compôs esse curso, já que ao longo de cada encontro, tivemos a oportunidade de ouvir suas histórias de luta. A cada mensagem respondida, dúvida esclarecida ou acolhimento oferecido, entendi o real sentido de ser ponte entre a equipe formadora e as lideranças cursistas. Profissionalmente, desenvolvi habilidades em articulação de grupo, comunicação afetiva, organização de tarefas e mediação de problemas ou dificuldades. Mas foi na escuta, silenciosa ou ativa, que mais me

transformei. Houve momentos em que bastava estar ali, disponível, para que alguém se sentisse fortalecida, que a dúvida fosse esclarecida, que um direcionamento foi indicado e etc. No entanto, nem tudo foi leve. O período em que passei a atuar como bolsista voluntária, foi especialmente desafiador. A ausência de uma definição clara sobre a função de voluntária, gerou um sentimento de deslocamento. Esse vazio funcional me trouxe frustração, pois havia dedicação, entrega e desejo de continuar contribuindo. Fiquei parecendo uma cursista entre as demais, mas apenas assistindo aos encontros, quando na verdade, trazia comigo uma bagagem de envolvimento que não desapareceu com o desligamento oficial da bolsa. Essa situação, me ensinou, o quanto é fundamental pensar nos afetos e nos vínculos quando falamos de justiça social inclusive na forma como cuidamos de quem compõe os bastidores de um projeto. No campo coletivo, a experiência foi extremamente rica. Destaco a potência dos encontros formativos, das discussões e, sobretudo, o protagonismo das mulheres participantes. Os espaços de diálogo, a criação das Prateleiras Maria da Penha, foram exemplos vivos de como a educação popular transforma e desperta. A convivência com as lideranças me ensinou muito sobre escuta interseccional, territorialidade e resistência. A troca entre mulheres com histórias tão plurais foi combustível para acreditar que estamos semeando transformação real. Sobre pontos a melhorar, vejo que é importante fortalecer os canais de comunicação; garantir o envio antecipado dos materiais dos módulos; prever e organizar previamente, em edital de seleção, a atuação das bolsistas voluntárias caso aconteça nas próximas edições; ter mais momentos formais de encontro, escuta e acolhimento com as próprias monitoras e gestão para refletir sobre as dificuldades presentes na caminhada, de modo geral, seja de suporte técnico, material

didático, dúvidas frequentes, documentação de atividades práticas e suporte efetivo às demandas que surgem que necessitam de ajuda da própria defensoria pública. Encerrando esta etapa, levo comigo a certeza de que fiz o meu melhor com as ferramentas e condições que me foram dadas. Esta vivência, me atravessou e me fortaleceu. Agradeço por ter feito parte desse processo e desejo que as próximas edições possam acolher ainda mais as singularidades de quem caminha lado a lado na construção de uma sociedade mais justa, plural e feminista.



Lukennya Moreira de Menezes
(Estudante da licenciatura em Pedagogia)

Prezadas (os) leitoras (es), estar escrevendo essa carta, tem um significado um tanto quanto especial para mim. Primeiramente, porque indica a minha presença na execução de um curso extraordinário, como o I Curso de Defensoras Populares; segundo, porque se trata de um curso coordenado e executado por mulheres, é direcionado a mulheres e

isso o faz grandioso e potente. Por fim, significa que as pautas e idealizações tratadas pela Lukennya adolescente ultrapassaram o campo do imaginário e hoje se desenvolvem no campo da realidade. O I Curso de Defensoras Populares fez a junção de áreas da sociedade que são capazes de transformar individualmente e coletivamente a vida de mulheres em diferentes contextos e realidades. É possível perceber esse impacto durante as aulas nas manhãs de sábado, quando as cursistas ouvem atentamente sobre seus direitos, relatam suas experiências e através das falas são sentidos um tom de esperança e novas expectativas, após a apresentação de possíveis soluções para seus anseios. Entre encontros online e presenciais, nota-se a urgência por voz e informação para essas mulheres. Das incontáveis experiências boas que o curso pôde proporcionar, uma escolha importante, articulada a sua execução, foi a realização dos Clubes de Leituras de Mulheres e tê-los direcionado, prioritariamente, ao ensino médio, ou seja, à faixa etária de adolescentes. Durante visitas realizada às cursistas para conhecer os Clubes de Leitura e como estava o seu desenvolvimento nas escolas, foi possível observar o impacto causado pelos Clubes na rotina escolar das (os) estudantes. Atualmente, essas jovens priorizam se expressar de forma virtual, o que, por consequência, as deixam expostas a vários tipos de comentários, muitas vezes negativos e sexistas. O Clube de Leitura de Mulheres vem se apresentar como um ambiente acolhedor e de conhecimento para essas jovens. Alguns clubes contaram com grupos formados apenas de meninas e outros só foram possíveis com turmas mistas. Cada clube tem consigo características específicas, sejam eles mistos ou não.

Durante as visitas, um dos pontos fortes citados também pelas cursistas, foi o de possibilitar o encontro presencial entre monitoras e cursistas, quando relataram também

sentir falta desses momentos presenciais durante as aulas. O I Curso de Defensoras Populares, sem dúvidas, foi uma das melhores escolhas feitas pelas coordenadoras. De cá, vos digo o quão grandioso o curso se tornou e a chama que foi acesa no coração e mente dessas centenas de mulheres cearenses que participaram do curso ao longo deste ano. Aqui deixo escrito parte do meu sincero sentimento a todas. Sigamos!



Maria de Fátima de Souza Alves

(Estudante do bacharelado interdisciplinar em
Humanidades – Unilab)

Escrevo esta carta com carinho e gratidão por esse percurso. Participar deste curso foi, sem dúvida, uma das experiências mais significativas da minha trajetória pessoal e formativa. Por ser o primeiro projeto do qual pude participar, ele ocupa um lugar lioso. Participei do processo seletivo no comecinho de 2024, aos 18 anos. Hoje, aos 20, posso

dizer que, da mesma forma, que o projeto cresceu e andou, eu também pude ter esse crescimento e obter um pouco de maturidade. Proporcionou-me vivências que estarão sempre marcadas. Um dos aspectos que mais me entusiasmaram, foi a expansão do projeto para além da capital, alcançando cidades como Maracanaú, à qual pertencço. Ver duas lideranças potentes daqui, sendo reconhecidas, me deixou muito feliz. Durante quase um ano de curso, participei do núcleo Fortaleza, e gostaria de agradecer às monitoras desse núcleo do qual fiz parte. Não tenho palavras para descrever o quanto foi maravilhoso estar nesse processo com todas, Sandy, Rafa, Iannaelli e Sarah. Em especial, agradeço à Cássia, assistente de núcleo, por sua paciência, organização e cuidado em cada etapa. Sua escuta atenta, apoio nos relatórios mensais e postura sempre acolhedora foram fundamentais para tornar essa caminhada mais leve. No Núcleo 2, tive a oportunidade de conhecer mulheres com trajetórias e realidades muito distintas entre si, mas que, de forma surpreendente e bonita, se conectam por meio da luta, do cuidado e do compromisso com suas comunidades. Mulheres que são lideranças potentes em suas regiões, que desenvolvem trabalhos essenciais e transformadores, muitas vezes de forma silenciosa, mas profundamente eficaz. O curso, nesse sentido, não foi apenas um espaço de formação, mas também de encontro, de escuta e de fortalecimento coletivo. Agradeço também, às monitoras dos núcleos Cariri e Sobral, pelas trocas e contribuições tão ricas vindas de diferentes realidades. Foi uma experiência enriquecedora, ampliou minha visão sobre coletividade, resistência e solidariedade. Fundamental também, reconhecer o trabalho das professoras por encabeçar todo esse projeto. As mulheres sempre tem que se provar todos os dias e esse projeto vem como um tapa na cara de muita gente. Agradeço às professoras, Vio-

leta, Luma, Vera e a defensora pública Amélia por estarem nesse projeto conosco. Em relação ao material pedagógico, destaco a qualidade dos conteúdos e das propostas apresentadas ao longo do curso. Em alguns momentos, senti falta de materiais complementares em determinadas aulas, mas, no geral, os recursos oferecidos são incríveis. As aulas também foram muito boas, os convidados sempre com cuidado ao trazer temas sensíveis e as lideranças sempre tendo o espaço para participar. Sempre tive uma certa dificuldade em me comunicar por *WhatsApp*, por insegurança ou medo de me expressar de forma equivocada. Ao longo do curso, esse medo foi sendo amenizado. Ainda é algo a ser trabalhado, mas já percebo avanços. Mas tive alguns problemas com algumas das lideranças que demoravam muito para responder e eu precisava ligar e, às vezes, mesmo ligando, elas ainda não davam a devolutiva. Também temos os clubes de leitura. As ações junto à SEDUC, como os estandes da Lei Maria da Penha, também, foram experiências impactantes, que me fizeram perceber, na prática, a importância de levar informação e conscientização a outras mulheres. E me fizeram refletir, o quanto eu gostaria de ter tido um clube assim durante o meu ensino médio. Dessa forma, agradeço ao curso Defensoras Populares pela sua grandiosidade, pelo acolhimento e escuta. São projetos assim que fazem a mudança, e se faz necessário estar nesses locais, lutando sempre por melhorias.



Maria Rafaela Lima Ferreira

(Estudante do bacharelado interdisciplinar em
Humanidades – Unilab)

O curso foi uma experiência inovadora, coisas que tenho certeza que se não fosse pelo o curso, eu nunca teria visto o material ofertado pelo o curso será utilizado em algum momento futuro pois é um conhecimento atemporal e muito rico, tanto os materiais virtuais como as aulas híbridas. As aulas em formato híbrido foram um ponto chave para a abranger a as diversas regiões e possibilitar que as lideranças pudessem de fato ter um aproveitamento das aulas. Como monitora, pude aprender com cada uma de minhas lideranças, procurei ter um diálogo com cada uma, acredito que escutando, se aprende mais, compreender as realidades de cada uma, me proporcionou um diálogo mais humano com elas, pois cada uma tem suas trajetórias de lutas, vivências diversas quem em alguns pontos se assemelham, porém diversas. Respeitar a individualidade de cada

uma, fez com o que as informações fossem repassadas de forma fluida e viam não precisavam ter vergonha caso não entendessem um ponto pois sentiram que as dúvidas seriam sanadas, eu procurava falar a mesma língua. Com as visitas, pude ver na prática, como, o que foi aprendido no curso, podem sim transformar a realidade de uma comunidade. A partir do momento que você consegue ver uma situação e compreender que aquela situação é uma violência, você consegue sair dessa situação. um exemplo de uma liderança que, em uma conversa informal, disse me “eu não sabia que o que o meu pai fazia com a minha mãe era violência ...” Agradeço a oportunidade de ter participado do curso, a toda a equipe, em especial, a Cássia, que sempre me deu todo o suporte que precisei, fazendo com que me sentisse acolhida e acredito que todas as outras monitoras tiveram esse mesmo sentimento, acolhimento esse que transpassa até as lideranças. Contudo, compreendo que como sendo o primeiro curso dessa magnitude, ele cumpriu o que se propôs a fazer, sobre o material, sinto falta do impresso, até mesmo para se montar sua própria prateleira, senti falta de um intercâmbio com os núcleos Sobral e Cariri, acredito que teria sido uma experiência enriquecedora, mas compreendo as limitações orçamentárias que se tinha. Em alguns momentos, houveram informações desalinhadas em algumas situações, mas conseguimos contornar, isso não tira tiara ou invalida a importância do curso, e acredito que sim haverá outras turmas e esses pontos serão melhorados.



Nelmira Romão Miranda

(Estudante da licenciatura em Sociologia - Unilab)

Participar da primeira edição do Curso das Defensoras Populares, foi uma experiência transformadora em minha trajetória pessoal, profissional e coletiva. Tive a honra de atuar como uma das monitoras do curso, acompanhando um grupo de 10 mulheres da região do Cariri, contribuindo com apoio, orientação e incentivo à participação durante toda a formação. Do ponto de vista pessoal, essa vivência me fortaleceu enquanto mulher negra, estrangeira e comprometida com a luta por justiça social. Foi um espaço de acolhimento, escuta e aprendizado mútuo. Cada encontro e cada troca com as mulheres participantes, me inspiraram e reforçaram meu desejo de seguir atuando pela defesa dos direitos humanos e da equidade de gênero. No campo profissional, o papel de monitora exigiu responsabilidade, organização e sensibilidade. Procurei estar sempre presente para tirar dúvidas, motivar as cursistas e facilitar a comu-

nicação com a coordenação. Essa função me permitiu desenvolver habilidades de liderança, empatia e trabalho em equipe, fundamentais para minha trajetória. Em relação ao projeto, destaco como pontos positivos a qualidade dos conteúdos abordados, a metodologia acessível e dinâmica, o fortalecimento da consciência crítica das participantes e a construção de uma rede de apoio entre mulheres de diferentes realidades. O curso cumpriu um papel fundamental de formação política e empoderamento. Agradeço profundamente por ter feito parte desta construção coletiva tão potente. O curso deixou marcas em mim e, com certeza, em cada mulher que participou. Sigo comprometida com essa causa e disposta a contribuir sempre que possível.

Com respeito e carinho



Sandy Kelly Santana de Oliveira

(Estudante da licenciatura em Pedagogia – Unilab)

Ao me candidatar à posição de bolsista no I Curso de Defensoras Populares, o que imediatamente me tocou foi o potencial transformador do projeto, que iria impactar po-

sitivamente a vida de mulheres reais, com histórias, lutas e sonhos. Hoje, ao revisitar esse percurso, percebo o quanto essa vivência me transformou também, tanto profissional quanto pessoalmente. Durante um ano, tive o privilégio de acompanhar diariamente um grupo de dez mulheres incríveis. Carinhosamente, chamo esse grupo de “As Marias”, pois todas carregam esse nome tão simbólico. Mais do que um detalhe, esse nome representa a força, a ancestralidade e a resistência que cada uma delas expressa. As lideranças que acompanho, como as outras noventa, são protagonistas em suas comunidades, trazem consigo um histórico de luta, motivação e resiliência, que me impactaram. Por isso, hoje compreendo a importância do curso de Defensoras Populares, haja vista que foi pensado para que mulheres cis, trans, negras, marginalizadas e afins, que muitas vezes foram silenciadas pela vida, pelo sistema ou pela linguagem, se colocassem como autoras de suas histórias, e pudessem reivindicar, a partir de suas vivências e marcos identitários, este conhecimento institucionalizado. Um dos meus maiores desafios, foi construir um espaço de confiança em que elas se sentissem à vontade para se comunicar diretamente comigo, reconhecendo minha função como bolsista no projeto. No início, precisei reafirmar esse papel diversas vezes, com carinho e firmeza. Com o tempo, essa relação se transformou: fomos nos escutando, nos acolhendo, criando vínculos. Aos poucos, percebi a dor que essas mulheres carregavam ao se sentirem desamparadas diante da lentidão ou ausência de respostas institucionais. Essa frustração me atravessava, e, por isso, busquei ser um elo que fizesse diferença. Redigi e-mails, indiquei caminhos, ouvi desabafos. Mesmo deixando claro que não fazia parte da Defensoria Pública e que minha formação não era jurídica, coloquei-me disponível para auxiliá-las. Em certos momentos, falhas de

comunicação entre a equipe prejudicaram nosso trabalho. Isso me fez perceber a importância de uma escuta atenta e de alinhamento constante – algo essencial quando se lida com pessoas que esperam por respostas que vão muito além de simples informações. Nesse ponto, meu olhar sobre projetos sociais se ampliou: compreendi que, fora dos muros da universidade, pulsa uma realidade que exige sensibilidade, presença e engajamento genuíno. Em meio às exigências do projeto, aprendi a importância de me organizar, de criar estratégias para não falhar com nenhuma delas. Cada detalhe era importante. Com “As Marias”, aprendi que ouvir não é apenas escutar palavras, mas acolher histórias. Que estava exercendo a função de bolsista, porém também tinha a oportunidade de escutá-las em seus desabafos, e essas ocasiões foram relevantes para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Essa experiência também me ensinou sobre mim mesma. Aprendi a administrar o tempo, a conciliar responsabilidades, a acolher minhas limitações. Entendi que não posso – nem devo – me cobrar perfeição o tempo todo, e que cuidar de mim também é uma forma de cuidar do outro. A leveza que encontrei no meio do caminho, foi essencial para seguir firme, e por isso, sou muito grata a todas as pessoas envolvidas nesse processo. Expresso minha gratidão, especialmente, à Auxiliar de Núcleo Cássia, que mostrou determinação, orientação e dedicação em seu papel, o que contribuiu para que as responsabilidades na minha função de bolsista fossem menos complicadas. Passei a lhe admirar como pessoa e como profissional. Agradeço, igualmente, à professora Violeta, que acompanho há tanto tempo, pela sua dedicação e empenho em implementar o curso, por sua sensibilidade, por sua atenção e pela sua perseverança feminista. Levo comigo cada lição aprendida, cada sorriso recebido, cada mão estendida. Levo comigo, sobretudo, a certeza de

que a educação e o cuidado são ferramentas poderosas de transformação. Obrigada, de todo o coração, por essa vivência tão rica, tão intensa, tão inesquecível.

Com carinho e gratidão



Sarah Líbia da Mata Temoteo Pereira e Bento Miguel

(Estudante da licenciatura em História – Unilab)

Quando me foi solicitada a escrita desta carta de avaliação, fiquei um pouco em dúvida sobre o que escrever. Voltei meus pensamentos para a carta de apresentação da minha inscrição como monitora do projeto I Curso de Defensoras Populares. Relembrei aquela Sarah Líbia de um ano atrás e percebi o quanto esse projeto foi fundamental no meu processo de ensino e aprendizado, além de ter contribuído imensamente para o meu crescimento pessoal. Gostaria de começar agradecendo à pessoa que mais teve paciência comigo: Cássia Alves. Que mulher incrível, forte, inteligente e determinada! Quando a conheci, ela estava grávida da Cris-

tina e, mesmo passando pelo processo da gestação, manteve-se ativa em todas as questões do curso. Sempre esteve atenta a cada detalhe, explicando, ensinando e produzindo. Quando eu não conseguia entregar relatórios ou alguma demanda, Cássia vinha até mim, perguntar se precisava de ajuda, apesar da alta carga de trabalho, pois estava responsável pelos cinco núcleos de Fortaleza (cinco monitoras e cinquenta cursistas). Gostaria de registrar meu profundo agradecimento a essa pessoa incrível, cheia de paciência e doçura, que nunca foi grosseira ou desagradável. Pelo contrário, apesar do cansaço, sempre se mostrou educada, paciente e gentil. Também quero expressar minha gratidão às minhas colegas monitoras por cada momento vivido, cada ensinamento compartilhado, cada risada e cada relato de luta. Foi um prazer trabalhar com outras mulheres que, assim como eu, são mães. Especialmente de Iannarelli, Cristiane e Cassia. Por muito tempo, eu sentia vergonha de ser mãe e achava que meu filho me colocava em desvantagem em relação aos demais estudantes. Temia que ele estivesse atrapalhando as pessoas, pois não estava em um ambiente para crianças. No entanto, ao longo dos encontros presenciais na Defensoria, percebi que ser mãe é um motivo de luta e orgulho. A maioria das lideranças, são mães e fazem parte de movimentos sociais. Nos encontros presenciais, quando via monitoras e lideranças levando seus filhos para a Defensoria, me sentia acolhida. Aprendi no I Curso de Defensoras Populares que ser mãe faz parte do meu processo e de outras várias mulheres fortes e de lutas, que tudo bem. Ser mãe, não vai me impedir de alcançar meus sonhos e objetivos – pelo contrário, vai me impulsionar! Mulheres fortes e batalhadoras têm filhos, e por eles buscamos uma sociedade mais justa. Como monitora, pude conhecer de perto mulheres que enfrentam violência doméstica, preconceito racial

e de gênero. Acompanhando dez cursistas, ao longo de um ano de formação, tive algumas que enfrentavam dificuldades tecnológicas, como não saber usar o *Google Meet*, converter documentos em PDF ou acessar recursos essenciais para a realização das atividades. Isso me aproximou ainda mais de algumas delas, como Dona Vera, moradora do Bom Jardim, que apoia mulheres vítimas de violência doméstica por meio do Instituto Esperança Garcia. Também tive o privilégio de conhecer Renata Sampaio, uma mulher trans, do interior, que perdeu a mãe muito cedo e conseguiu sair das ruas para se tornar dona do próprio negócio. Outro exemplo inspirador, é Silvania, que promove eventos para fortalecer a autoestima das mulheres de sua comunidade por meio da dança e da prática esportiva. Aprendi a trabalhar com empatia, carinho e cuidado, pois essas lideranças são símbolos de resistência, luta, resiliência e coragem para suas comunidades. Muitas delas, apesar de não terem concluído o ensino formal, desenvolveram habilidades valiosas e um forte senso de liderança por meio da luta por seus direitos. Minha experiência no I Curso de Defensoras Populares foi enriquecedora tanto profissionalmente quanto pessoalmente. Aprendi sobre desenvolvimento de relatórios, observação ativa das vivências das cursistas, planejamento de atividades, capacidade de liderança, trabalho em equipe, resolução de problemas enfrentados pelas cursistas e implementação de um clube de leitura na escola. Além disso, pude compreender melhor a importância da Defensoria na busca por direitos das mulheres. Gostaria de ressaltar alguns pontos positivos do curso. A organização e planejamento de Cássia foram essenciais para garantir eficiência, principalmente por meio da utilização de planilhas para facilitar a busca por informações e auxiliar no desenvolvimento dos levantamentos ao longo do curso solicitado pela

coordenação. Outro aspecto positivo, foi a comunicação da coordenação (professoras Violeta, Amélia, Vera e Luma), que sempre usou uma linguagem clara e objetiva, demonstrando empatia com as lideranças e monitoras. Além disso, destaco a pontualidade nos pagamentos das bolsas que, em muitas ocasiões, caíram até antes do mês virar ou no início do mês. Até onde sei, não houve grandes problemas relacionados a pagamentos, e isso é um fator muito positivo, pois incentiva quem está envolvido no projeto. O único ponto negativo que observei, foi a falta de penalidade para algumas cursistas que, por não conseguirem conciliar suas vidas pessoal e profissional com o curso, acabavam tratando mal as monitoras e até mesmo Cássia. Eu mesma tive um problema com uma liderança que, felizmente, foi resolvido, mas ouvi diversos relatos de colegas sobre lideranças que eram grosseiras ou tentavam impor suas próprias informações sobrepondo o que era passado por nós, monitoras. Por fim, as visitas aos clubes de leitura foram uma verdadeira virada de chave para mim. Os impactos desses clubes no cotidiano das mulheres, são impressionantes. As temáticas abordadas se mostram ferramentas fundamentais para garantir dignidade, segurança, autonomia, igualdade e autoestima das mulheres participantes dos clubes e Pacs. As participantes dos clubes podem ter a oportunidade de se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. Através do I Curso de Defensoras Populares, foram desenvolvidos temas como a prevenção e combate à violência como instrumento fundamentais para que as mulheres conheçam seus próprios direitos e possam identificar situações de abuso ou violência (física, psicológica, sexual ou patrimonial), buscando apoio legal e psicológico com mais segurança. Também foram apresentados conhecimentos sobre direitos trabalhistas, civis e políticos, fortalecendo a capacidade das lideranças

e participantes dos clubes de tomar decisões sobre suas vidas, carreiras e corpos. Além disso, pude aprender que o I Curso de Defensoras Populares tem como missão o combate e prevenção à desigualdade de gênero, promovendo mais igualdade nas comunidades e escolas do Ceará, pois o projeto se estende para além de Fortaleza, alcançando as cidades de Acarape, Redenção, Cariri e Sobral. E, por fim, percebi que o empoderamento coletivo e individual é transformador, pois para cuidar de alguém, precisamos primeiro cuidar de nós. A importância dos trabalhos finais (Clubes e Pacs) é vital, pois compartilhar os conhecimentos adquiridos no I Curso de Defensoras Populares é uma forma de criar redes de apoio e fortalecer a luta por uma sociedade mais justa para nós mulheres.



Tharrara Noroens de Sousa Rodrigues

(Estudante do bacharelado em Antropologia – Unilab)

Atuar como monitora do Projeto Defensoras Populares, tem sido uma experiência marcante, não apenas pelo envolvimento direto com as cursistas, mas principalmente

por presenciar, na prática, os impactos concretos dessa iniciativa na vida das mulheres e em suas comunidades. O projeto, que visa formar mulheres em situação de vulnerabilidade como multiplicadoras de conhecimento sobre direitos humanos, revela-se um potente instrumento de transformação social e política. Logo de início, chamou atenção a articulação e o compromisso das cursistas. Em diversas frentes, demonstraram organização, capacidade de mobilização e sede por aprimoramento constante. A seriedade com que assumem a missão de defensoras populares assegura não só a qualidade das ações, mas também a força coletiva que sustenta o projeto. Uma das vivências mais emblemáticas, ocorreu no bairro Moura Brasil, onde duas cursistas, munidas do conhecimento adquirido durante as aulas e motivadas por suas vivências locais, lideraram uma manifestação comunitária contra a violência policial. O episódio foi revelador: os discursos das mulheres reproduziam conteúdos e reflexões trazidas na última aula do curso, evidenciando a eficácia da formação política. O resultado foi significativo — a operação policial foi retirada do local, demonstrando a potência do saber aliado à ação organizada. Esse momento, reafirmou a importância da educação popular como ferramenta de emancipação, capaz de gerar reações articuladas e efetivas frente a violações de direitos. Além da atuação comunitária, o projeto também adentra os espaços escolares, com clubes de leitura realizados por cursistas em diferentes instituições de ensino. As visitas a escolas como a EEEP Professor de Sousa, a Escola Teodorico Teles e a Escola CPM Cel. Hervano permitiram observar de perto o impacto do projeto na formação crítica de adolescentes, especialmente meninas. Esses espaços, têm se consolidado como territórios de reflexão sobre igualdade de gênero, racismo, sexualidade e violência, permitindo a construção de uma consciência

coletiva mais justa e inclusiva desde cedo. Apesar dos desafios enfrentados, como entraves burocráticos e limitações impostas por algumas gestões escolares, o engajamento das defensoras populares é notável. Em cada escola visitada, o comprometimento e a resiliência das cursistas foram determinantes para a continuidade e o êxito dos clubes. Na Escola CPM Cel. Hervano, por exemplo, mesmo com restrições impostas e ausência de sua dupla, a cursista Sandra persistiu e conseguiu realizar a atividade, revelando não apenas compromisso, mas também capacidade de adaptação e liderança. O Projeto Defensoras Populares é mais do que um curso de formação, é um movimento de fortalecimento do protagonismo feminino em territórios historicamente atravessados por violências e exclusões. A proposta teórico-prática da formação permite que as participantes se apropriem de ferramentas jurídicas e políticas que antes pareciam inacessíveis. Mulheres negras, indígenas, mães solas, trans, lésbicas, com deficiência ou moradoras de periferias — todas encontram no projeto um espaço de escuta, aprendizado e ação. Ao proporcionar formação continuada e bolsa de estudos, o projeto reconhece a realidade das mulheres com quem dialoga, apostando na valorização dos saberes locais e na capacidade dessas lideranças em transformar suas comunidades a partir do conhecimento adquirido. A educação política ofertada pelo Defensoras Populares, tem se mostrado um meio eficaz de empoderamento e resistência, promovendo a ocupação de espaços estratégicos e a construção de soluções baseadas em justiça e equidade. Enquanto monitora, não restam dúvidas: o Projeto Defensoras Populares é uma iniciativa vital. Ele semeia consciência, promove articulação e gera frutos visíveis — tanto nas ruas quanto nas escolas. Fortalecer essa proposta é investir em um futuro mais justo, onde o conhecimento circula de forma

descentralizada e onde as mulheres, especialmente as mais vulnerabilizadas, têm voz, vez e poder de transformação.



Vitória D'avila Serafim de Barros

(Estudante da licenciatura em História – Unilab)

O projeto I Curso de Defensoras Populares “Defensoras Populares” surge como um projeto revolucionário que busca levar capacitação no que tange aos direitos humanos para cem mulheres do estado do Ceará, divididas em três regiões estratégicas. Objetiva o exercício da cidadania plena das mulheres, por meio da atuação contra as violações de direitos e as injustiças, impactando positivamente em seus territórios. Estas foram selecionadas a partir de uma carta de apresentação, onde apresentam suas atuações em seus territórios, suas lutas cotidianas e reivindicações. Uma realização do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, por meio da Secretaria de Acesso à Justiça e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI; da Defensoria Pública do Estado do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Conecta, então, instituições de justiça, universidade pública e a sociedade civil, impactando diretamente comunidades, por meio de mulheres líderes, quilombolas, indígenas, líderes religiosas, mães de família. As cursistas selecionadas são lideranças ativas e reconhecidas, com experiência e vivência social. Destacamos a composição do Núcleo do Cariri, composto pelas cidades do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. O perfil das cursistas da região é composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social, mulheres pretas e pardas, totalizando em sua maioria mulheres negras, chefes de família e mães solo, praticantes de religiões de matriz afro-brasileira. As questões mais recorrentes denunciadas pelas cursistas dessa região, estão relacionadas ao racismo e ao não cumprimento da legislação antirracista, onde trazem reivindicações coletivas para as comunidades negras da região. O curso, na sua primeira edição, se mostra capaz de atingir diversas comunidades e territórios, por meio da atuação das mulheres que ocupam diversos espaços e cargos em suas comunidades. Lélia Gonzalez, ao analisar o papel histórico da mulher negra na formação da sociedade brasileira, afirma que a mulher negra é a base de sustentação da sociedade, ressignifica o papel historicamente dado para esta, de modo a apresentar que as mulheres negras atuam na educação, na formação, organizam e reivindicam os direitos individuais e, sobretudo, coletivos de seus territórios. Portanto, ao participarem de formações, espaços de reivindicações e decisões, estas mostram-se capazes de reivindicar direitos coletivos, pautados nos anseios das comunidades. Durante o percurso do curso, foi percebido que estas são as principais provedoras e responsáveis pelos seus lares e bem-estar familiar. As líderes ocupam também espaços de liderança religiosa, de matrizes africanas, e se mostraram amplamente disponíveis em acompanhar e aprender duran-

te o curso. Mesmo aquelas que possuem grau de escolaridade mais elevado, como ensino superior completo e/ou pós-graduação, ainda assim tinham dificuldades em relação ao maternar, sendo as principais ou únicas responsáveis pelos seus filhos. As aulas, aos sábados pela manhã, se apresentaram como positivas, garantindo uma boa participação das cursistas. As demandas apresentadas em dias úteis e horário comercial eram pouco atendidas em tempo hábil, em razão da ocupação dessas mulheres. Apesar de estarem em espaços de liderança, não estão isentas de sofrerem violência. Portanto, algumas das demandas apresentadas para a ouvidora da defensoria, são questões vividas pelas próprias cursistas, em razão do não recebimento de pensões alimentícias ou de violência doméstica por parte de ex-companheiros e/ou pais de seus filhos. Destaca-se, portanto, a predominância das violações de direitos dentro do ambiente familiar e a insuficiência da atuação ou até mesmo a demora dos órgãos públicos responsáveis, fazendo com que questionemos: como iremos contribuir para a formação e a atuação dessas mulheres em seus territórios sem garantir o seu direito de viver? A experiência do projeto possibilita uma relação entre a academia, instituições de justiça e a sociedade, permitindo uma conexão de saberes cotidianos, ancestrais e científicos, partilhados por mulheres diversas e distintas, organizadas em busca da formação e transformação dos seus territórios. A cada módulo, as cursistas se dedicavam a aprender e partilhar suas experiências. A troca constante entre mulheres, reverbera na sensibilidade de acolhimento mútuo, onde, em cada módulo, além dos conhecimentos acadêmicos, poderiam acrescentar os conhecimentos vividos ao longo de suas trajetórias marcadas por violências interseccionais. As cursistas da região do Cariri, referência no pioneirismo do movimento negro cearense, em sua maioria mulheres negras,

traziam em suas vivências os saberes ancestrais das religiões de matrizes africanas e de povos originários, como os povos Kariris. Possibilita troca de bares mútuos. Ser monitora do curso no núcleo do Cariri foi vivenciar na prática o que Lélia Gonzalez e tantas outras intelectuais negras propõem: construir processos educativos que valorizam o saber das mulheres negras, indígenas, quilombolas e periféricas como fundamento da mudança social. O engajamento e a disposição para aprender, mesmo diante de semanas intensas, rotinas de trabalho exaustivas e das múltiplas responsabilidades familiares e comunitárias, revelam os profundos anseios coletivos dessas mulheres em construir conhecimento e dar visibilidade às lutas que enfrentam em seu cotidiano.



Neusa Gaspar Gonga Vunge

(Estudante do Bacharelado em Antropologia.
Bolsista BICT/FUNCAP)

Sou a Neusa Gaspar Gonga Vunge, africana, de nacionalidade angolana, estudante de Antropologia, na Universi-

dade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e bolsista do projeto Mulheres na Ciência, sob coordenação da profa. Violeta Holanda, e que tem como atuação, a implantação dos clubes de leitura de mulheres nas escolas, na qual o público alvo foram as jovens e adolescentes da Unilab e da Escola de Ensino Médio Maria do Carmo Bezerra, ambas situadas no Ceará, município de Acarape. Os clubes de leitura, mais do que um espaço de leitura, foi um espaço de aprendizado, discussões sobre diversos temas, e poder perceber que muitos dos temas sugeridos para os clubes, eram desconhecidos pelas adolescentes, como por exemplo, machismo, violência de gênero, feminismo, entender o papel da mulher na sociedade, nossas obrigações e direitos, e com o decorrer dos encontros e participações as envolvidas desenvolveram a capacidade crítica e argumentativa e senti-me realizada, pois, esse foi o objetivo inicial do projeto e consequentemente dos clubes de leitura. Foi um espaço de troca, pude aprender muito com os livros e com as meninas. A criação de grupos de discussão, como os clubes de leitura, tem um impacto positivo na conscientização e no desenvolvimento crítico das envolvidas e não só, foi uma das melhores experiências da minha vida não só como estudante, mas como alguém amante de leitura e que está sempre aberta a colher ensinamentos para além do âmbito acadêmico.



Rita Aissatu Bangura

(Estudante do bacharelado em Antropologia – Unilab)

O projeto foi muito bonito e interessante! É muito importante registrar todas essas experiências das defensoras populares, mulheres maravilhosas e potentes que hoje podemos ter como referência de lutas, nos ajudando a conseguir alcançar tudo o que é nosso. Hoje estamos enfrentando lutas para quebrar as barreiras que atravessam as nossas vidas, muitas vezes, sem poder nos defender.

Foi uma honra participar como monitora, onde foi possível nos inspirar com o trabalho instigado pela coordenação geral. Logo na aula inaugural, foi possível refletir sobre a identidade de gênero, problematizando os privilégios masculinos nos espaços de poder. A partir da atuação da Ouvidoria no curso, nos inspiramos a ocupar esses espaços de poder, pois as lideranças já são referências nos seus bairros, nas suas comunidades, e a gente precisa de projeção, e que realmente durante todas essas formações, essas capacitações possam ajudar a unir e crescer ainda mais enquanto mulheres, enquanto lideranças e mostrar a força e a potência da mulher. E de reforçar para cada um de nós a importância de estarmos juntas as nossas comunidades, onde nós vivemos e podemos fortalecer o compromisso coletivo.

Portanto, esse projeto foi muito importante por cada uma de nós, sendo importante oferecer mais vagas, pois ainda tem muitas mulheres que precisam conhecer e lutar por tudo que lhe pertence, como os seus direitos que podem ajudar a melhorar suas vidas, e agradeço, mais uma vez, a equipe do projeto pelo trabalho que fizeram durante o curso, foram momentos marcantes de aprendizado.

DEFENSORAS POPULARES LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Núcleo Fortaleza

Alessandra Félix Xavier
Allana Karyne Sousa Ferreira
Ana Gabriely Abreu Martins
Ana Lúcia Costa Santos
Ana Maria Eugenio da Silva
Ana Patrícia Silva de Mesquita
Antonia Costa de Souza
Antonia Jessika Alves da Silva
Bruna Raquel Ferreira de Castro
Carla Nayra Sousa Do Nascimento
Cintiane Silva do Nascimento
Cristina Nascimento de Sousa
Cyra Nara Francisca Araujo Nogueira
Daniele Alves Marinho
Daniele de Jesus do Nascimento
Denise Eunice Salviano Pereira da Costa
Elisângela Rodrigues Leao
Elisangela Soares Sabino
Elusia Fontenele Soares
Francisca Lilia de Oliveira Lima
Francisca Luciana Albuquerque Benevides
Francisca Rosirene Pinheiro de Sousa
Francisca Vania Machado de Freitas
Geyse Anne Souza da Silva
Heloísa Helena Florencio da Silva
Hozana Lima
Jacinta Maria da Silva Rodrigues
Larissa Vitoria Xavier dos Santos
Lilian Maria Vidal
Lorena Maria Viana de Castro
Maria Alice de Oliveira
Maria Aparecida Costa Lima

Maria Claudelania de Moraes Silva
Maria das Graças Nunes dos Santos
Maria José Alves dos Santos
Maria Luciene do Nascimento
Maria Roselir da Silva Sousa
Maria Silvana Oliveira Ferreira
Maria Silvelania Pereira de Sousa
Maria Solidade Clemente da Silva
Maria Weysianne Sousa Borges
Marta Bengue Quizembo
Natalia Nascimento Vieira
Raquel de Queiroz Sousa
Renata de Jesus Bispo
Silvania da Costa Sousa Gomes
Sol Alves de Lima
Thalia Santos Cavalcante
Vera Lucia dos Santos Braz
Viviane Venancio Matias

Núcleo Cariri

Ana Edna Feitosa Alves
Ana Karolina Teixeira Alves
Ana Lúdia Pereira Borges
Ana Maria do Nascimento Santos
Ana Rosane Simplicio de Souza
Bianca Silva Holanda
Carina Pereira de Sousa
Carla Karoline Barbosa dos Santos
Cicera Cicelia Freitas Lopes
Cícera Pereira do Sousa
Edineia Ferreira Miranda
Emma Rafaella Oliveira Costa
Fátima Mirian Lima Diniz
Francisca Alves da Silva
Francisca Clarice Pereira da Silva Leite
Janaína Lima Braz

Janayna Leite Silva
Jhully Carla de Sousa
Joice Maria de Souza Ferreira
Maria Aparecida Oliveira do Nascimento
Maria de Fátima Silva
Maria Do Rosário Domingos de Sousa
Nágila Batista Coelho
Oneide Maria Coelho
Patrícia de Castro Sousa
Pietra Valentina De Brito Souza
Sandra Margareth Silva Gomes
Suelen Doroth Cavalcante Sobral
Tarciana Cardoso de Sousa
Vitória Régia das Neves Carvalho

Núcleo Sobral

Ana Marcia Vasconcelos Gomes
Cirliany Fernandes Albuquerque
Cristina Costa Sousa
Dark Antonia Lucas Farrapo Lima
Dorilandia Maria Jeronimo Siqueira
Eliene da Silva Mesquita
Érica Maria do Nascimento Lourenço
Francisca Moana Araujo de Oliveira
Juliana Gonçalves de Araújo
Leomara Braz Lino
Letícia Marques Ripardo
Lucivânia Galdino do Nascimento
Maria do Socorro dos Santos Souza
Maria Fabiana Nascimento Sampaio
Maria Inês Oliveira Costa
Maria Thais Gadelha Passos
Maritza Fabianne Cedro Silva Sabóia
Raiana Venancio de Souza
Shirlene do Socorro Coelho Santos
Teresa Cristina Mendes Carneiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Defensoras Populares: aprendizagens em rede (de mulheres), atuação comunitária e acesso à justiça no estado do Ceará**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 23 de setembro de 2025.

Francisco Fred Lucas Linhares e José Carlos Redson



DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Defensoras Populares: aprendizagens em rede (de mulheres), atuação comunitária e acesso à justiça no estado do Ceará**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 23 de setembro de 2025.

Francisco Fred Lucas Linhares e José Carlos Redson

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil*: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964*: novos e velhos atores na luta pela anistia. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (org.). *Educação e saúde*: um olhar interdisciplinar. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). *Golpe de 1964*: história, geopolítica e educação. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janete Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (org.). *Ensino de História na educação básica*: reflexões, fontes e linguagens. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). *Entre o derreter e o enferrujar*: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira*: teceduras e interfaces possíveis. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia*: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.

15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.
16. LEITE, Raimundo Hélio (org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade*. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
25. XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Administração pública: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.
29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.

31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.
32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'ilele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hécio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.
45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.
46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte (org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.

48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (org.). *Ensino médio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (org.). *Eu conto, você conta: leituras e pesquisas (auto)biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
51. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). *Serviço Social: uma profissão, distintos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 278 p. ISBN: 978-85-7826-478-9.
52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
53. SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.
63. OLINDE, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação: afetos e (trans)formações*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.

65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (org.). *Costurando histórias: conceitos, cartas e contos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (org.). *Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.
68. MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego: estudo de caso*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (org.). *Pesquisas educacionais: abordagens teórico-metodológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (org.). *Entrelugares: Tecidos Sociopoéticos em Revista*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. ISBN: 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero: a Orquestra Jovem da Escola “Padre Luis de Castro Brasileiro” em União-Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (E-book).

81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (E-book).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos moveções, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos moveções, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (E-book).
85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Gênero e cultura*: questões políticas, históricas e educacionais. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas*: estratégias, práticas e desafios. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus*: amor, ensino e justiça. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito*: tradições em diálogo. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito*: tradições em diálogo. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza*: Poder e Disputa Local em 1968 . Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas*: estratégias, práticas e desafios. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte*: experiência artística e criação na formação do jurista. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte*: experiência artística e criação na formação do jurista. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).
96. LEITINHO, Meirecele Caliope; DIAS, Ana Maria Iorio (org.). *Discutindo o pensamento curricular*: processos formativos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (org.). *Educação e saúde*: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET). Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (E-book).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará*: memórias, histórias e práticas educativas. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.

99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores*: perspectivas da educação contemporânea. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (E-book).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocysana Cavalcante da (org.). *Práticas de ensino*: semeando produções científicas parceiras. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (E-book).
102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Livia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (org.). *25 Anos de PET Enfermagem*: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (E-book).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De “mulher-maravilha” a “cidadão persi”*: professoras capulana do educar em direitos humanos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (org.). *Círculo de cultura sociopoético*: diálogos com Paulo Freire sempre!. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (E-book).
105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces*: experiências do PIBID na UFAL. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.
106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho*: a atuação do pedagogo na educação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho*: a atuação do pedagogo na educação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é reexistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).
109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade*: reflexões epistemológicas. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces*: experiências do PIBID na UFAL. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book).
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Paisagens da história da educação*: memórias, imprensa e literatura. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Arte, docência e práticas educativas*: experiências e contextos. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1. (E-book).

114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3. (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5. (E-book).
117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).
119. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-51-0.
120. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas: múltiplas experiências em educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 558 p. ISBN: 978-65-86445-62-6 (E-book).
121. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Formação e experiências docentes: práticas pedagógicas em diferentes contextos e cenários: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 475 p. ISBN: 978-65-86445-70-1 (E-book).
122. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. 277 p. ISBN: 978-65-86445-69-5. (E-book).
123. SILVA, Hebelyanne Pimentel da. *Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 289 p. ISBN: 978-65-86445-71-8. (E-book).
124. LIMA, Cacioano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-79-4. (E-book).
125. LIMA, Cacioano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-80-0.
126. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (Org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. Isbn: 978-65-86445-88-6.
127. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (Org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. Isbn: 978-65-86445-89-3 (E-book).
128. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro: uma vida dedicada à educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 166 p. ISBN: 978-65-86445-95-4. (E-book).
129. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima: educadora cearense referência na formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-65-86445-98-5. (E-book).

130. SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Donêta Leite*: biografia de uma educadora religiosa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 207 p. ISBN: 978-65-86445-96-1 (E-book).
131. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2021. 411 p. ISBN: 978-65-86445-97-8. (E-book).
132. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-65-86445-99-2.
133. SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Por uma educação linguística libertadora*: os estudos gramaticais no ensino básico à luz da pedagogia de Paulo Freire. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-788-9 (E-book).
134. FREIRE, Vitória Cherida Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Maria Luiza Fontenele*: formação educacional e política. Fortaleza: EdUECE, 2021. 212 p. ISBN: 978-85-7826-790-2 (E-book).
135. XAVIER, Antônio Roberto; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SOUSA, José Weyne de Freitas (org.). *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável*: demandas sociais contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-787-2 (E-book).
136. XAVIER, Antônio Roberto; SANTOS, José Cleilson de Paiva dos; SILVA, Ana Maria Alves da (org.). *Saberes tradicionais, políticas e ações sustentáveis*: múltiplos atores, diversas abordagens. Fortaleza: EdUECE, 2021. 229 p. ISBN: 978-85-7826-786-5 (E-book).
137. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima*: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-85-7826-796-4.
138. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro*: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 164 p. ISBN: 978-85-7826-795-7.
139. GAUTHIER, Jacques; AMARAL, Augusto Luís Medeiros; AMARAL, Raquel Ávila; ARAÚJO, Natan; GAUTHIER, Maria do Rosário da Soledade; STEIN, Yanée Maudia. *A borboleta cuidador ambiental*: uma pesquisa sociopoética herética com medicinas indígenas e leitura de inspiração guarani dos dados de pesquisa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 248 p. ISBN: 978-85-7826-792-6 (E-book).
140. MACIEL, Jocyana Cavalcante da Silva; BRANDENBURG, Cristine; BARON, Miriam Viviane. *Caminhos para o protagonismo em seus espaços da educação e saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 172 p. ISBN: 978-85-7826-799-5.
141. VIEIRA, Arlindo Mendes; MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; LIMA, Maria Socorro Lucena; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Tecituras decoloniais da formação de professores*: incertezas, desafios e lutas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 258 p. ISBN: 978-85-7826-812-1 (E-book).
142. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-85-7826-803-9 (E-book).

143. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (Org.). *Marcos da constituição da identidade docente*: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-817-6. (E-book).
144. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (Org.). *Marcos da constituição da identidade docente*: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-818-3.
145. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-822-0.
146. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-821-3. (E-book).
147. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Perspectivas sobre formação docente*: experiências contemporâneas e contextos curriculares. Fortaleza: EdUECE, 2022. 270 p. ISBN: 978-85-7826-826-8 (E-book).
148. MACIEL, Maria Jose Camelo; LIMA, Jaqueline Rabelo de; VARELA, Sarah Bezerra Luna; CARVALHO, Marília Nogueira. *Prática docente no ensino superior*: bases, relatos e memórias da formação. Fortaleza: EdUECE, 2022. 574 p. ISBN: 978-85-7826-823-7 (E-book).
149. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). *Educação e trabalho na paraíba*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 311 p. ISBN: 978-85-7826-830-5. (E-book).
150. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-841-1 (E-book).
151. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-839-8.
152. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4 (E-book).
153. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4.
154. MOREIRA, Francisca de Assis Viana; LOPES, Tania Maria Rodrigues; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação a distância e a formação em pedagogia*: Experiências da universidade estadual do ceará. Fortaleza: EdUECE, 2022. 323 p. ISBN: 978-85-7826-838-1 (E-book).
155. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; MORAES, Ana Cristina de; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Docência(s)*: experiências e sentidos. Fortaleza: EdUECE, 2022. 240 p. ISBN: 978-85-7826-843-5 (E-book).
156. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Ensino e pesquisa na pós-graduação*: teoria, prática e práxis. Fortaleza: EdUECE, 2022. 350 p. ISBN: 978-85-7826-849-7. (E-book).

157. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 469 p. ISBN: 978-85-7826-851-0.
158. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos*: tessituras sobre formação e experiências docentes. Fortaleza: EdUECE, 2022. 292 p. ISBN: 978-85-7826-853-4. (E-book).
159. XAVIER, Antônio Roberto; MUNIZ, Karla Renata de Aguiar; OLIVEIRA, Lucineide de Abreu (org.). *Covid-19, políticas públicas e sustentabilidade*: desafios à ciência e aos recursos tecnológicos. Fortaleza: EdUECE, 2022. 254 p. ISBN: 978-85-7826-858-9. (E-book).
160. BESERRA, Raquel Carine Martins; KACZAN, Maria Anita Vieira Lustosa; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação em tempos de pandemia*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 258 p. ISBN: 978-85-7826-863-3. (E-book).
161. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena*: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-859-6.
162. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena*: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-860-2. (E-book).
163. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Retratos da escola pública brasileira em tempos neoliberais*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 261 p. ISBN: 978-85-7826-869-5. (E-book).
164. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos*: tessituras sobre formação e experiências docentes. Fortaleza: EdUECE, 2023. 292 p. ISBN: 978-85-7826-871-8.
165. MORAES, Ana Cristina de; LIMA, Izabel Cristina Soares da Silva; QUEIROZ, Juliane Gonçalves (org.). *Cultura(s), educação e arte nos caminhos da (auto)formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-872-5. (E-book).
166. COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuza (autoras). *Maria Cinobelina Elvas*: docência na Escola Normal (1981-1988). Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-879-4. (E-book).
167. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência*: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-877-0.
168. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência*: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-878-7. (E-book).
169. ALVES, Maria Alda de Sousa; ANDRADE, Michely Peres de; OLIVEIRA, Anderson Souza (org.). *Narrativas e práticas de ensino em Ciências Sociais*: diálogos com a pesquisa e a extensão. Fortaleza: EdUECE, 2023. 290 p. ISBN: 978-85-7826-883-1. (E-book).
170. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Mobile collaborative learning e a prática docente com o suporte de tecnologias móveis*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 312 p. ISBN: 978-85-7826-886-2. (E-book).
171. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Software educativo livre para o ensino de Geometria*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 228 p. ISBN: 978-85-7826-884-8. (E-book).

172. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-887-9.
173. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-885-5. (E-book).
174. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 470 P. ISBN: 978-85-7826-890-9. (E-book).
175. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lucia da Silva (org.). *Educação e educadoras na Paraíba do século XX: um balanço da produção acadêmica*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 257 p. ISBN: 978-85-7826-896-1. (E-book).
176. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Biografias e histórias da formação de mulheres educadoras*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 347 p. ISBN: 978-85-7826-894-7. (E-book).
177. XAVIER, Antônio Roberto; LEMOS, Ana Beatriz da Silva; LIMA, Maria Vandia Guedes (org.). *Sociobiodiversidade, tecnologias sustentáveis e educação ambiental no contexto da lusofonia afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 327 p. ISBN: 978-85-7826-901-2. (E-book).
178. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Formação docente, práticas educativas (decoloniais) e avaliação: múltiplos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 375 p. ISBN: 978-85-7826-902-9. (E-book).
179. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira (org.). *Formação docente e (auto)biografias*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 393 p. ISBN: 978-85-7826-921-0. (E-book).
180. LOPES, Aline Siebra Fonteles; ARAUJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo. *Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em instituições federais de educação superior*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-913-5. (E-book).
181. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Alexandra Lima da; FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; FIALHO, Lia Machado Fiuza; PATROCLO, Luciana Borges; DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez; PEIXOTO, Raphael Gualter (Org.). *Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidades*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-937-1. (E-book).
182. Damasceno, Maria Nobre. *Emoções que invadem a alma: aprendendo com o mundo*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 152 p. ISBN: 978-85-7826-947-0.
183. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Alexandra Lima da; FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; FIALHO, Lia Machado Fiuza; PATROCLO, Luciana Borges; DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez; PEIXOTO, Raphael Gualter (Org.). *Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidades*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-940-1.
184. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Memórias lúdicas e formação de professores: inter-relações e aprendizagens*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 572 p. ISBN: 978-85-7826-955-5.
185. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Memórias lúdicas e formação de professores: inter-relações e aprendizagens*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 572 p. ISBN: 978-85-7826-953-1. (E-book).

186. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SILVA, Emanuel Freitas da (org.). *Políticas públicas e internacionalização do conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 253 p. ISBN: 978-85-7826-957-9. (E-book).
187. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues (org.). *Educação e serviço social: debates contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 320 p. ISBN: 978-85-7826-985-2. (E-book).
188. XAVIER, Antônio Roberto; MAIA JUNIOR, Edmilson Alves. *60 anos do golpe militar no Brasil e o populismo autoritário de extrema direita: desafios à educação política para uma democracia sustentável no alvorecer do século XXI*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 192 p. ISBN: 978-85-7826-987-6. (E-book).
189. XAVIER, Antônio Roberto; FONSECA, Aluísio Marques da; PIMENTEL, Maria Samilli Paulo Gomes (org.). *Tecnologias sustentáveis, educação ambiental e sustentabilidade: pesquisas interdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 357p. ISBN: 978-85-7826-988-3. (E-book).
190. SILVA, Wanderson Diogo Andrade da; GOMES, Suzana os Santos; PONTES, Rosana Aparecida Ferreira (org.). *Didática e docência em diferentes textos e contextos*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 223p. ISBN: 978-85-7826-995-1. (E-book).
191. SALES, José Albio Moreira de; TAVARES, Mirian Nogueira (org.). *Investigação em arte, ensino e experiências transcontinentais*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 295 p. ISBN: 978-85-7826-996-8. (E-book).
192. FREIRE, Vitória Chérída Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Luiza Teodoro Vieira: um legado educacional*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 221 p. ISBN: 978-65-83910-16-5. (E-book).
193. FREIRE, Vitória Chérída Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Trajetórias investigativas: os caminhos teóricos e metodológicos da biografia de Luiza Teodoro Vieira*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 102 p. ISBN: 978-65-83910-12-7. (E-book).
194. FREIRE, Vitória Chérída Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Colégio Juvenal de Carvalho, a educação salesiana e a semana mariana em Fortaleza-CE*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 88 p. ISBN: 978-65-83910-13-4. (E-book).
195. Xavier, Antônio Roberto; Diogo, Sarah Maria Forte; Sousa, Verônica Andrade Braga (org.). *Literatura afro-brasileira: abordagens interdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 254 p. ISBN: 978-65-83910-46-2. (E-book).
196. ROCHA, Amélia Soares da; HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira (org.). *Defensoras Populares: aprendizagens em rede (de mulheres), atuação comunitária e acesso à justiça no estado do Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 313 p. ISBN: 978-65-83910-54-7. (E-book).



AMÉLIA SOARES DA ROCHA

Doutora em Direito Constitucional (UNIFOR), Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE), Bacharela em Direito (UFC), Especialista em Direito Privado (UNIFOR). Defensora Pública de Segundo Grau com atuação na 5a. Câmara de Direito Privado.

E-mail: amelia.rocha@defensoria.ce.def.br

Organizadoras



VIOLETA MARIA DE SIQUEIRA HOLANDA

Pós-doutora em Antropologia pela Universidade de Sevilha (Espanha). Doutora em Ciências Sociais (UFRN); Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialização na área de violência doméstica contra crianças e adolescentes pelo LACRI/USP e Graduada em Ciências Sociais pela UFC. É docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculada ao Instituto de Humanidades. Líder do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero - CIEG DANDARA (CNPq/Unilab).

E-mail: violeta@unilab.edu.br

“ 0

PROJETO

DEFENSORAS POPULARES

é mais do que um curso de formação, é um movimento de fortalecimento do protagonismo feminino em territórios historicamente atravessados por violências e exclusões. A proposta teórico-prática da formação permite que as participantes se apropriem de ferramentas jurídicas e políticas que antes pareciam inacessíveis. Mulheres em situação de violência doméstica e familiar, negras, indígenas, mães solas, trans, lésbicas, com deficiência ou moradoras de periferias — todas encontram no projeto um espaço de escuta, aprendizado e ação. Ao proporcionar formação continuada e bolsa de estudos, o projeto reconhece a realidade das mulheres com quem dialoga, apostando na valorização dos saberes locais e na capacidade dessas lideranças em transformar suas comunidades a partir do conhecimento adquirido. A educação política ofertada pelo Defensoras Populares, tem se mostrado um meio eficaz de empoderamento e resistência, promovendo a ocupação de espaços estratégicos e a construção de soluções baseadas em justiça e equidade. (...) O Projeto Defensoras Populares é uma iniciativa vital. Ele semeia consciência, promove articulação e gera frutos visíveis — tanto nas ruas quanto nas escolas. Fortalecer essa proposta é investir em um futuro mais justo, onde o conhecimento circula de forma descentralizada e onde as mulheres, especialmente as mais vulnerabilizadas, têm voz, vez e poder de transformação”.

Tharrara Noroens

